

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

O DISCURSO DO PIONEIRISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES: TANGARÁ DA
SERRA, MT (1976 - 1997)

ALEX SANDRE MARQUES ANDRADE

Porto Alegre, março de 2009.

ALEX SANDRE MARQUES ANDRADE

O DISCURSO DO PIONEIRISMO E SUAS REPRESENTAÇÕES: TANGARÁ DA
SERRA, MT (1976 - 1997)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Charles Monteiro.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Charles Monteiro (Orientador – PUCRS)
Prof. Dr.^a Cláudia Musa Fay (PPG-História – PUCRS)
Prof. Dr.^a Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFMT)

Porto Alegre, março de 2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A553d Andrade, Alex Sandre Marques
O Discurso do pioneirismo e suas representações :
Tangará da Serra, MT (1976 - 1997) / Alex Sandre
Marques Andrade. – Porto Alegre, 2009.
163 f.

Diss. (Mestrado em História) – Fac. de Filosofia e
Ciências Humanas, PUCRS
Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro

1. Tangará da Serra (MT) – História. 2. Colonização.
3. Identidade Cultural. 4. Pioneirismo. I. Monteiro,
Charles. II. Título.

CDD 981.72

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu Deus, o grande *Eu Sou*, e a meus pais pelo apoio incondicional. Agradeço ao professor Dr. Charles Monteiro por aceitar o desafio da orientação feita à distância e pela disposição com que sempre orientou-me, assim como aos outros professores do Programa de quem fui aluno. Não poderia deixar de agradecer a meus ex-professores: professor Dr. Otávio Ribeiro Chaves e professor Dr. João Edson de Arruda Fanaia. Agradeço às grandes amigas Ione Castilho pelo incentivo e entusiasmo com que sempre me apoiou, como também Suzana Guimarães pela disposição e companheirismo. Sou grato aos depoentes que gentilmente me receberam para contar suas histórias. Deixo também meus agradecimentos, de forma geral, a meus outros amigos de Mato Grosso e aos que conquistei durante o ano que morei em Porto Alegre.

A todas essas pessoas meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa teve por objetivo central problematizar a construção da história da cidade de Tangará da Serra, Mato Grosso. Analisou-se a construção de uma memória coletiva e o papel dos pioneiros no processo de colonização e formação do município. Nosso trabalho propõe-se a refletir a respeito dos textos históricos e relatos sobre o processo de colonização de Tangará da Serra. A delimitação temporal engloba o período entre as décadas de 1970 e 1990. O trabalho vai além do estudo da colonização unicamente como processo de ocupação de novos territórios e procura compreender as representações construídas sobre o pioneirismo a partir das memórias dos primeiros colonizadores, oficializada pelas administrações municipais. As representações são fundamentais para compreensão das tensões e disputas que envolvem o processo de formação das sociedades, nações e cidades. Ao estudar essas representações como produções culturais, pretende-se compreender o funcionamento e desconstruir o pioneirismo enquanto discurso histórico e político. Os pioneiros são sujeitos sociais construídos nas experiências históricas, tensões e disputas entre os grupos sociais no processo de colonização. Os pioneiros constituem-se nesse processo como um grupo social e político sobre o qual problematiza-se o processo de formação de memórias coletivas e de identidade cultural. Tais aspectos são os fundamentos a partir dos quais se elabora o discurso do pioneirismo, objetivo principal deste trabalho.

Palavras chave: Tangará da Serra, pioneirismo, representações, memória e identidade cultural.

ABSTRACT

This research work aimed to question the central building of the city's history of Tangará da Serra, Mato Grosso. Analyzed to build a collective memory and the role of pioneers in the process of colonization and formation of the council. Our work aims to reflect on the texts and historical reports on the process of colonization of the Tangará da Serra. The definition covers the time period between the 1970 and 1990. The work goes beyond the study of the colonization process as only to occupy new territories and seeks to understand the representations built on the pioneering work from memories of the early settlers, which is formalized by the municipal administrations. The representations are fundamental to understanding the tensions and disputes involving the process of formation of societies, nations and cities. When considering these representations as cultural production is to understand the operation and deconstruct the pioneering as historical and political discourse. The pioneering social subjects are constructed in the historical experiences, tensions and disputes between social groups in the process of colonization. Are the pioneers in that process as a social group and political questions about which is the process of formation of collective memory and cultural identity. These aspects are the foundation from which it draws up the discourse of pioneering, purpose of this work.

Key words and terms: Tangará da Serra, pioneering, representations, memory and cultural identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Mato Grosso.....	24
Figura 2 – Mapa de Mato Grosso com Tangará da Serra em destaque.....	25
Figura 3 - Feira de Amostras - Acervo do Centro Cultural municipal, sem autor, década de 1960 [70].....	56
Figura 4 - Planta atual da região central da cidade. Mantém-se o mesmo perímetro da planta original, mas com algumas modificações. Fonte: Secretaria Municipal de Infra-estrutura – SIMFRA.....	99
Figura 5 – Exemplar de edificação em madeira, primeira Prefeitura e Câmara Municipal, década de 1970 – Acervo Centro Cultural.....	103
Figura 6 – Brasão Municipal, fonte Secretaria de Indústria Comércio e Turismo.....	125
Figura 7 – Ilustração da capa, álbum Desbravadores Tangaraenses.....	135
Figura 8 – Página do álbum Desbravadores Tangaraenses.....	138

SUMÁRIO

Lista de figuras.....	6
Introdução.....	9
CAPÍTULO I	
1 AS CIDADES E A AVENTURA DA COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO.....	26
1.1 Mato Grosso: colonização e divisão.....	31
1.2 A caminho de Tangará da Serra: Cuiabá, Centro Geodésico e Portal da Amazônia.....	39
1.3 Barra do Bugres, um lugar a ser colonizado.....	43
1.4 As identidades no contexto da colonização.....	48
1.5 Identidades em evidência: da Feira de Amostras à fábula da emancipação.....	54
CAPÍTULO II	
2 LEITURAS DA CIDADE.....	61
2.1 Primeira leitura.....	63
2.2 Segunda leitura.....	72
2.3 Terceira leitura.....	80
2.4 A região.....	87
CAPÍTULO III	
3 O PIONEIRISMO E SUAS CONSTRUÇÕES: AS CIDADES FÍSICA E IMAGINADA.....	91
3.1 Ruas de memória.....	93

3.2 A narrativa da gênese urbana e a pedra fundamental da cidade.....	108
3.3 A pedra fundamental e suas representações no troféu e no Brasão.....	119
3.4 O pioneirismo nas ruas.....	126
3.5 O álbum.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145
FONTES.....	149
ANEXOS.....	150

INTRODUÇÃO

Mudei-me para Tangará da Serra quando criança, desde então ouço falar sobre os *pioneiros*. Mas quem são os *pioneiros*, ou o que é ser *pioneiro* afinal de contas? Ou ainda, o que faz desses indivíduos pioneiros? Essas inquietações alimentaram minha curiosidade durante muito tempo, posteriormente moveram meus primeiros passos no sentido de encontrar respostas para essas questões. Passando de curiosidade à preocupação acadêmica os *pioneiros* e o discurso que por meio deles foi produzido, o pioneirismo, tornaram-se o tema central do trabalho aqui apresentado.

O atual município de Tangará da Serra é resultado de um projeto de colonização¹ privada implantado no município de Barra do Bugres, Mato Grosso. Como sede de município essa cidade, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, em seu território vários projetos de colonização que futuramente tornaram-se distritos e depois cidades. Tangará da Serra foi um desses projetos, instalou-se na planície localizada no patamar acima da Serra Tapirapuã e abaixo da Serra dos Parecis. Os índios da etnia Pareci tradicionalmente habitavam a região, por esse motivo, além da serra, o nome da etnia nomeou também a Chapada que é o divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Prata e Amazônica. Todo o Estado de Mato Grosso pertence a Amazônia Legal, uma circunscrição que não se baseia unicamente em características ambientais, por isso Tangará da Serra, além das matas, comporta também o bioma do cerrado, (FERREIRA, 1997).

Tangará da Serra tornou-se município em 1976 quando emancipou-se de Barra do Bugres, mas o processo de colonização teve início alguns anos antes. A ocupação da terras

¹ Por muitas vezes no decorrer deste texto vamos empregar o termo colonização. O que nos propomos a fazer é uma história cujo tema central é colonização, porém esse termo permite pensarmos também nos primeiros séculos da história do Brasil. Mas não é esse o caso, as colonizações das quais tratamos são eventos do século XX, portanto observadas através de critérios diferentes das colonizações anteriores.

teve início em 1959 a partir de quando começaram a ser divididas e vendidas por uma empresa colonizadora, a *Sociedade Imobiliária Tupã para Agricultura – SITA*, (PEREIRA, 2000). Com a abertura dessas novas áreas colonos de diversas regiões do país foram atraídos para Tangará da Serra com a promessa de terra fértil a preços acessíveis e especialmente apropriada ao plantio de café, segundo propagandeavam seus colonizadores. Esses migrantes, que em diversos momentos vamos chamar de colonos, são os *pioneiros*. São assim considerados porque participaram do processo de colonização, mas não somente por isso, essas pessoas dispõem de um grande estoque de memórias, narrativas sobre o passado da cidade.

Os *pioneiros* são os sujeitos do processo de colonização e os atores sociais que compõem o objeto deste trabalho. Em alguns momentos faremos referência ao grupo dos *pioneiros* apesar de que eles não formam um grupo com contornos claramente definidos, mas de limites tênues. Por isso entendemos que o pioneirismo é um conceito que permite reorganizar-se para acolher indivíduos que não necessariamente tenham participado do processo de colonização propriamente dito. Além da cidade produzida como espaço urbano os *pioneiros* são produtores também de narrativas que contam essa cidade, essas narrativas foram organizando-se de forma regular e estruturando-se de modo a comporem um discurso, o que aqui vamos chamar de discurso do pioneirismo.

O tema pioneirismo é trabalhado dentro de um recorte temporal que tem como marco inicial a data de emancipação de Tangará da Serra, 13 de maio de 1976. A data em que é comemorado o aniversário da cidade é a mesma da abolição da escravatura, uma referência à liberdade, data que passou a significar a independência em relação à antiga sede do município, Barra do Bugres. No outro extremo desse recorte tomamos por limite final o ano de 1997, quando foi construída a Praça dos Pioneiros. Uma praça no centro da cidade que pode ser considerada um monumento ao pioneirismo.

Os recortes cronológicos são construções que podem ser desfeitas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2000), por isso essas datas não significam limites estanques. Às vezes, faz-se necessário ultrapassar essas fronteiras cronológicas para compreendermos as sedimentações discursivas que lentamente foram acumulando-se, por isso essas balizas cronológicas servem de orientação, mas não de barreira que impeça a abordagem de fatos para além de suas delimitações, ultrapassar essas definições faz-se necessário para contextualizar o objeto da pesquisa ou quando um acontecimento importante contribui para compreensão de aspectos que se necessite explicar.

Colonização é tema de diversas pesquisas em Mato Grosso, além dos muitos trabalhos circunscritos ao âmbito acadêmico alguns livros já foram publicados a esse respeito. As produções historiográficas mato-grossense surgiram de forma sistematizada na órbita do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, fundado em 1919. Essas produções mantinham uma forma de explicar o Estado e os processos de colonização que o formou. Ludmila Brandão, no prefácio do livro de Suzana Guimarães (2007) nomeia tais produções como *historiografia tradicional*. Posteriormente o centro produtor de saber histórico em Mato Grosso foi deslocado para a Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, principalmente com os trabalhos produzidos através do Programa de Mestrado em História, implantado em 1998 (GUIMARÃES, 2007). Vários mestres formados pela UFMT migraram para o interior do Estado e tornaram-se professores no mais novo centro de formação e produção de saber histórico no Estado, a Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Esses diferentes centros de formação foram berço de diversas publicações cujo tema central é colonização.

Apesar da diversidade muitos trabalhos mantêm como preocupação central o processo de colonização propriamente dito, ou seja, preocupam-se em contar a história da ocupação do

espaço, das transformações sofridas por esses espaços anteriormente vazios². Com o objetivo centrado no processo de colonização esses trabalhos acabam empregando seus esforços nos aspectos econômicos e sociais dos agentes envolvidos nesse processo. Poucas são as publicações que têm como preocupação central discutir e compreender operações discursivas que contribuem para organização de memórias coletivas e a formação de identidades regionais. É isso que propomos como diferencial em nossa pesquisa.

O objetivo é somar com as pesquisas já desenvolvidas abordando o pioneirismo como um discurso formador de significados e não apenas como movimento de colonização, deslocamentos de contingentes e expansão de fronteiras agrícolas. Ao definirmos as problemáticas norteadoras da pesquisa não houve a preocupação com o inédito. Uma característica comum aos relatos dos *pioneiros* é o ineditismo como, por exemplo, o primeiro caminhão de mudanças, a primeira casa, e assim por diante até chegar aos primeiros homens, os *pioneiros*. Essa forma de narrar incide também sobre as produções historiográficas, observa-se uma preocupação em narrar o inédito, despimo-nos dessa preocupação e utilizamos como material para nosso trabalho outras produções em história.

O presente trabalho tem como objetivo central compreender o funcionamento do pioneirismo enquanto discurso, para isso lançamos mão de diferentes autores que contribuem, cada qual a sua maneira, para que alcancemos nosso alvo. O objetivo é problematizar as construções discursivas que ao longo do tempo foram fazendo-se em monumentos. Para o historiador Jacques Le Goff (1996) os documentos estão à escolha do historiador, são produtos das sociedades que os fabricaram segundo as relações de força que ali detinham o poder, por sua vez, os monumentos são heranças do passado onde se perpetuam as recordações. Segundo ele devemos reconhecer em todo documento um monumento.

² A idéia de ocupação de espaços vazios faz parte do discurso dos projetos de colonização promovidos ainda na década de 1930, essa noção geralmente ignora, entre outros aspectos, a presença das populações tradicionais. Em diversos momentos neste trabalho vamos empregar essa expressão, mas nunca como conceito e sim para expressar a idéia de discursos que defendem essa noção.

Pensando nisso lemos e relemos todos os documentos, e em especial os relatos de memória dos *pioneiros*, como construções monumentais. Entendemos que os relatos não apenas narram, mas constroem formas de interpretação ao narrarem o passado. Assim vamos lendo e problematizando os diferentes tipos de documento, procurando sempre desconstruí-los de suas aparências monumentais.

O pioneirismo é tratado e analisado como um discurso formador de identidade cultural e organizador de representações. Considerando isso todos os documentos analisados foram deslocados do lugar de narrativas que contam verdades, empiricamente vivenciadas por testemunhas oculares no caso dos relatos de memória, para o campo das representações, dessa forma vamos compreendendo seus significados. Quando nos propomos a entender as informações contidas nos documentos não apenas como dados, mas como representações construídas acerca do passado, entendemos que essas “imagens” podem estar contidas nas produções literárias sobre a história da cidade, em gravações resultantes de entrevistas com *pioneiros*, ou ainda em outros tipos de documentos.

Os relatos de memória narrados pelos *pioneiros* são entendidos como construções, produtos culturais, fabricados por pessoas que, como todas, em todos os tempos, são dotadas de memória e estão sujeitas aos jogos de interesse que se dão no presente e interferem na forma como essas memórias são organizadas e o passado é interpretado, entendido e representado (CHARTIER, 1990). Eis a importância de não simplificar o tema colonização, e por conseqüência o pioneirismo, tratando-os apenas enquanto deslocamento de contingentes populacionais, ocupação de novas áreas e expansão de fronteiras agrícolas, mas enquanto um discurso produtor de verdades.

Considerando isso nosso esforço está em compreender como o pioneirismo comanda atos na construção de representações e nas estratégias de perpetuação do passado. O historiador Roger Chartier fornece o aporte necessário para compreendermos as

representações e a importância delas para as leituras do passado e a construção do saber em história. Quanto ao trato com as representações Roger Chartier faz a seguinte afirmação.

Por isso estas investigações sobre as representações supõem-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (1990, p. 17).

Com a ajuda de Chartier passamos a entender a relevância das representações. Em Tangará da Serra os *pioneiros* conseguiram produzir representações que comandam atos oficiais como, por exemplo, a nomeação de ruas e outros lugares públicos em homenagens a pioneiros falecidos. Esses atos são entendidos como uma estratégia de perpetuação do passado em benefício do pioneirismo.

Para compreensão do pioneirismo enquanto discurso é necessário entendermos como organizaram-se as memórias coletivas que narram a cidade e a identidade cultural por elas orientada. Para entendermos essas questões é necessário considerarmos que as relações de força entre os diferentes grupos de uma sociedade definem o que vai ser preservado como memória e o que pode ser deixado aos efeitos da corrosão do tempo. Nesse sentido Jacques Le Goff afirma o seguinte:

A memória coletiva é posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (1996, p. 426).

Os *pioneiros* de Tangará da Serra formam um grupo de pessoas cuja memória é valorizada, por serem participantes do processo de colonização, esses colonos são depositários da memória da cidade, podendo ser considerados como o que Jacques Le Goff (1996) chama de homens memória, contemporâneos e participantes do processo de fundação da cidade, eles são os guardiões dessa memória.

Todavia a importância da oralidade não deve ser elevada ao extremo, pois apesar da relevância social atribuída ao estatuto de *pioneiro* é preciso considerar que não se trata de uma sociedade tradicional, onde não haja escrita. Por isso as memórias subsistem em lugares diversos e não unicamente na memória de pessoas. Para Pierre Nora a “memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos.” (1993, p. 25). A noção de lugares de memória segundo esse autor diz que esses não necessariamente são lugares topográficos, espaços físicos da cidade ou do campo, mas lugares aos quais atribui-se uma aura simbólica. Nos baseamos também no trabalho de Fernando Catroga, que a respeito dos lugares de memória afirma que “estes só serão suscitadores de recordações quando lhes é atribuído um valor simbólico.” (2001, p. 23). Assim vamos buscando compreender os lugares de memória, seus sentidos e a forma como foram sendo construídos.

A memória é o elemento essencial da identidade, sendo assim ao tratarmos do pioneirismo enquanto discurso não poderíamos deixar de problematizar a questão da identidade cultural. Ao longo do trabalho o leitor vai percebendo como o discurso do pioneirismo fomentou a construção de uma identidade que se fez pela diferença. Os indivíduos formam suas identidades em relação ao outro, ao diferente, em relação a alguém que ele não é, ou seja, a identidade é marcada pela diferença, (SILVA, 2000). Em Tangará da Serra isso se deu principalmente em relação aos mato-grossenses natos, os barra-bugrenses.

Com relação ao estudo das identidades Stuart Hall fornece-nos subsídios importantes ao explicar que as identidades culturais são “formadas e transformadas no interior das representações”, (1999. p. 47). A partir dessa consideração buscamos perceber em cada documento, em cada trecho de relato de memória, independente do suporte documental que o contenha, como as representações que explicam o passado da cidade foram surgindo e tomando forma durante o período que propomos estudar. Stuart Hall (1999) lembra ainda que para compreensão da formação das identidades é muito importante considerarmos as origens,

o mito fundacional. São histórias que explicam o passado e o tornam inteligível e organizado, a identificação com esse passado, o desejo de partilhar uma herança em comum, é o que forma a identidade da comunidade que com ele se identifica.

É dessa forma que o discurso do pioneirismo narra o passado da cidade fundada pelos *pioneiros*, os *desbravadores*. Ao lidarmos com representações sobre o passado consideramos também, que as identidades não são naturais e nem são inerentes aos indivíduos. Tomaz Tadeu da Silva (2000) afirma que a identidade preexiste ao indivíduo e não é permanente e nem estática, mas ao contrário é dinâmica, fluída e móvel. Ao nos depararmos com fontes, primárias ou não, contendo relatos de memória ou representações a partir deles construídas consideramos sempre o lugar de onde se escreve, narra ou interpreta, pois como afirma Tomaz T. da Silva “a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (2000, p. 81).

Diversos tipos de fontes foram utilizados para construção deste trabalho: publicações comemorativas (não periódica), Atas do Legislativo Municipal, Leis e Decretos, além desses destacamos a pesquisa bibliográfica. Antoine Compagnon (1999) em seu livro sobre Modernidade lembra a imagem de um vitral da Catedral Chartres³ onde os evangelistas são figuras pequenas em cima dos ombros de grandes profetas. Dessa forma me utilizo dos trabalhos já produzidos sobre Tangará da Serra, faço deles minha base de apoio. São materiais de trabalho para minha produção, aproprio-me deles como documentos, deles leio o discurso analisando seu funcionamento. Como os evangelistas os tomo por base para construção de um outro discurso.

Proponho-me a ler e analisar três produções, fontes bibliográficas das quais não me preocupo em questionar a credibilidade, mas em procurar entender, na estrutura de suas narrativas, as representações que fazem e as imagens que constroem. Por isso são encaradas mais como fontes do que como alvos de uma crítica a produção historiográfica. Esses três

³ A mesma imagem é lembrada por Jacques Le Goff, (1996) no capítulo Antigo/Moderno.

trabalhos têm em comum a preocupação com o inédito, buscam o princípio, fazem um inventário de todas as primeiras coisas; a primeira casa, o primeiro caminhão que subiu a serra, e assim por diante. Todas essas primeiras coisas orbitam em torno dos primeiros homens, os *pioneiros*. Esse ineditismo é o cerne do pioneirismo, que permeia essas produções. É em primeira instância a exaltação dos primeiros, dos *pioneiros*.

Considero importante a leitura dessas produções porque são elas também pioneiras, são o princípio da história escrita sobre Tangará da Serra. Duas delas são produções acadêmicas, dissertações de mestrado, uma em Geografia e outra em História. O terceiro trabalho é feito com uma linguagem acessível, que se propõe a atingir um público bem amplo. A leitura dessas fontes é importante porque elas tornaram-se componentes fundamentais do discurso como, são criadoras de discursos sobre o passado, e também pioneiras em suas categorias. Na busca pela compreensão do discurso vamos percebendo como as narrativas sobre o passado são construídas e com a ajuda de outras fontes localizamos o lugar social dos narradores o que nos possibilita entender porque a história foi construída da forma como foi e não de outra maneira (CERTEAU, 2006). Essa é a leitura e a crítica que nos propomos a fazer.

Trabalhando com o tempo presente não poderíamos ignorar o rico estoque de fontes orais guardadas pelas memórias dos *pioneiros*. Num universo de potenciais depoentes optamos por trabalhar com apenas quatro entrevistados. Uma grande variedade de depoimentos não enriqueceria o trabalho, pois, além de conservarem uma certa regularidade, um grande volume de informação apenas o aumentaria em tamanho, não necessariamente contribuindo para compreensão do discurso do pioneirismos, proposta da pesquisa.

Os entrevistados foram selecionados de acordo com o objetivo do estudo. Ao procurarmos os moradores mais antigos da cidade, esses sempre nos indicavam várias pessoas com as quais deveríamos conversar. Dentre essas indicações selecionamos os entrevistados, considerando a disponibilidade e principalmente a relação de cada um com o período

pesquisado, assim como as experiências vividas nos processos de colonização e emancipação. Exceção a esses critérios foi a entrevista com o senhor Jovino S. Ramos,⁴ antigo morador de Barra do Bugres, autor de livros sobre a história de sua cidade e também de artigos e poemas.

Os depoimentos utilizados neste trabalho são resultado de entrevistas realizadas pelo autor. Após a seleção dos depoentes estabelecia-se o contato para então preparar o roteiro da entrevista que era orientada por perguntas, de forma a permitir que o depoente relembresse assuntos diversos. Entendemos o trabalho com as fontes orais como uma metodologia. A coleta e a análise de entrevistas com testemunhas de acontecimentos contemporâneos é uma rica fonte de pesquisa da qual não deve prescindir quando disponível (MONTENEGRO, 2001). Os depoimentos orais podem ser confrontados entre si e também com outros documentos. Ao analisarmos esse tipo de fonte é possível perceber como cada depoente viveu os acontecimentos passados, os apreendeu e os narra no tempo presente. Essas narrativas carregam em seu bojo, além da mera descrição dos acontecimentos, mitos, tradições e crenças. Enfim são os valores do grupo social a que pertence o depoente.

Além dessas, outros tipos de fontes também foram utilizadas na construção do trabalho. Os jornais não foram utilizados em grande escala por não comporem um corpus documental específico, portanto não foram criadas categorias de análises onde as unidades de informação fossem sistematicamente estudadas de acordo com os referenciais teóricos próprios das análises de conteúdo, contudo foram analisados e suas informações submetidas a análises interna e externa, de forma que o seu conteúdo foi importante para compreensão das manifestações simbólicas do pioneirismo no contexto estudado.

Da mesma forma as fotografias são documentos importantes e reveladores de informação, a imagem fotográfica não é apenas ilustração, mas rica em significados. As fotografias, enquanto documentos, têm uma trajetória e um contexto que deve ser levado em

⁴ Jovino S. Ramos foi entrevistado na sua casa, em Barra do Bugres, na manhã do dia 03 de março de 2008. Alguns meses depois adoeceu vindo a falecer.

conta. Com exceção das extraídas do álbum de figurinhas, as imagens utilizadas neste trabalho são vistas urbanas das quais se conhece o contexto e o período histórico de sua tomada. Conhecendo o contexto é possível explorar tais documentos, relacionar as informações visuais a informações que nos venham de outra forma que não através da imagem fotográfica. É preciso estar atento à riqueza documental da fotografia, mas temos que tomar o cuidado de não fazer a transposição de um registro imagético ao modelo lingüístico, seria fatalmente um reducionismo. A imagem, segundo Ulpiano T. B. de Menezes “ocupa um lugar onde o discurso não é capaz de chegar com palavras” (2005, p. 46).

As fotografias da cidade foram escolhidas entre muitas que compõem uma coleção do acervo do Centro Cultural Municipal de Tangará da Serra. Nesse acervo não existe nenhum tipo de arranjo que as organize, não há nenhuma forma de identificação de modo que através delas seja possível conhecer o local exato, a data da tomada ou o autor. Contudo são documentos fantásticos e quando suas informações são cruzadas com outras fontes tornam-se reveladores de significados.

Acreditamos que as idéias de um autor não invalidam a de outro, a despeito de pertencerem a diferentes correntes historiográficas ou terem afinidade teórica distinta. Da mesma forma não há diferenciação hierárquica entre fontes, pois dos diferentes tipos de fonte pode-se conseguir informações importantes, desde que sejam exploradas de acordo com suas possibilidades e com o apoio de referencial teórico de acordo com suas especificidades.

É importante esclarecer que este trabalho não faz juízo de valor quanto ao processo de colonização ou às pessoas nele envolvidas, não é nossa proposta julgar qualquer mérito, postura ou forma relativa aos *pioneiros* e suas maneiras de interpretar ou representar o passado. Por sua vez as produções que nos propomos a analisar são alvo de observações e críticas o que é, em certa medida, impossível de se fazer omitindo nossos posicionamentos teóricos e nossas escolhas metodológicas, postura que, às vezes, pode assemelhar-se a

emissão de juízo de valor. A intenção é entender como o discurso é construído, não trata-se de opor a história com seus métodos, e preocupações de disciplina acadêmica, as narrativas produzidas pelos diferentes indivíduos, que a seu modo reconstróem o passado dando significado a ele. A intenção é propor uma análise que diferencie memória e história, o trabalho do historiador e o trabalho do memorialista, que não trate a memória como um fragmento da realidade passada, mas como discurso, uma construção monumental, passível de ser compreendida e desconstruída.

Com relação à temporalidade o objeto não permite manter um grande distanciamento, por isso temos a noção de estarmos lidando com o tempo presente, sujeito aos interesses de diferentes grupos sociais⁵. Por outro lado reconhecemos que toda história está submetida a interesses e também que toda história é do presente e “atende a problemas e embates do nosso próprio tempo.” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2000, p. 123). O tempo presente segundo Keith Jenkins é “onde toda história começa e para onde toda história retorna.” (2001, p. 104).

Às vezes usamos o termo *história* para nos referirmos ao passado, todavia isso não deve ser entendido como nos relatos de memória, quando alguns afirmam conhecer a história porque viveram no passado. Entendemos a história como uma produção, fruto de um esforço de pesquisa que resulta em uma narrativa escrita. A história como discurso independe também de ser feita por profissional ou do vínculo acadêmico de quem a produz. Também o termo *pioneiro*, ao longo do texto, estará destacado em letras itálicas por designar um conceito carregado de significados. O destaque faz-se necessário porque *pioneiro* e pioneirismo são idéias que buscamos compreender e não disseminar. Em alguns trechos do texto permito-me narrar em primeira pessoa, como por exemplo, na introdução e no início do terceiro capítulo, também em mais um ou outro lugar que julgo necessário para que a narrativa ganhe mais

⁵Os diferentes interesses não se manifestam somente com relação as representações que se fazem do passado, mas também com relação a práticas de pessoas. Por exemplo, há pessoas que sabidamente possuem diversas fontes mas não as disponibilizam para pesquisa.

ênfase, mas de modo geral opto por narrar de forma impessoal, numa forma de reconhecer as influências e as contribuições da orientação.

O trabalho está dividido em três capítulos, partições suficientes para organizar os assuntos que nos propomos a discutir. No primeiro capítulo *As cidades e a aventura da colonização em Mato Grosso* abordamos como as cidades são formadas, a hierarquia urbana antes da República Nova e as experiências de colonização em Mato Grosso através de investimentos do Estado e principalmente sob a iniciativa privada. Outro aspecto importante é o processo de divisão do Estado que culminou com a criação de Mato Grosso do Sul em 1979 e suas repercussões sobre o desenvolvimento de Tangará da Serra.

Consideramos ainda o exemplo de Cuiabá como o lugar a partir do qual novos colonizadores adentravam a Amazônia Legal, lançando-se à exploração de novas regiões. É o discurso que atribui à Cuiabá o título de cidade *Portal da Amazônia*. Por último analisamos as tensões entre Tangará da Serra e Barra do Bugres que iniciou-se junto com o processo de colonização, com a chegada dos primeiros colonos, e como a partir dessas tensões as identidades culturais de cada localidade foram tomando forma.

No segundo capítulo, *Leituras da cidade*, são apresentadas três produções que tratam da história da cidade, através delas discutimos dois assuntos: primeiro, como na prática o pioneirismo funciona enquanto discurso, e em segundo lugar, como foi inventada a região Médio Norte, uma operação discursiva que eleva Tangará da Serra à condição de capital.

Essas produções foram lidas, e analisadas, como produtoras e portadoras de significados, são trabalhos que produzem interpretações sobre o passado, reproduzindo de forma semelhante a história contada pelos relatos de memória dos *pioneiros*. Todas têm em comum o fato de serem ricamente documentadas com transcrições de relatos orais. Por isso considero muito importante os relatos publicados nesses trabalhos, por serem a sobrevivência das memórias dos *pioneiros* que fatalmente tendem a desaparecer com seus portadores. Uma vez

publicados, esses relatos de memória ampliam sua abrangência podendo produzir novos sentidos ao mesmo tempo em que foram perpetuados através da escrita. Ao lermos essas produções sobre o passado da cidade fomos localizando pontos em que os relatos dos *pioneiros* foram tomados como fatos, e não como memória, representações feitas a partir de fatos. O que esses autores produziram é um relato de relatos e não de fatos. Da mesma forma o que nos propomos a fazer nesse capítulo é, também, uma narrativa a partir das narrativas que lemos, ou mesmo que ouvimos, sem perdermos a noção de que estamos sempre lidando com discursos, uma linguagem que carece de compreensão.

O terceiro e último capítulo, *O pioneirismo e suas construções: as cidades física e imaginada*, é onde discutimos a forma como as memórias são organizadas pelo discurso do pioneirismo. Propomos uma análise sobre algumas transformações que alteraram o espaço urbano, buscamos entender algumas experiências urbanas que iniciam o processo de distanciamento entre os espaços rurais e a vida urbana. Ao passo que descrevemos as regiões centrais da cidade procuramos perpassar por espaços urbanos que são lugares de memória fortemente marcados pelo imaginário coletivo, orientado pelo pioneirismo.

Em seguida abordamos o relato de memória que chamamos de *narrativa gênese*, uma descrição do momento em que o proprietário das terras efetivamente toma posse e nomeia o lugar como Tangará da Serra. É o ato fundante, o momento em que os símbolos são escolhidos e a partir de quando as representações começam a ser construídas, o espaço natural é representado pelos primeiros colonizadores de onde se originam os símbolos que vão representar a cidade depois de emancipada. Essas narrativas que contam a cidade mantêm-se regular quanto a forma de representar o homem e o ambiente de dificuldades por ele desafiado.

As estratégias de preservação da memória utilizadas pelo pioneirismo como, por exemplo, a nomeação de ruas e outros espaços públicos são lugares onde a memória se fixa pela identificação do pioneirismo com o poder político. É literalmente a oficialização da memória que em Tangará da Serra não se perpetua através de práticas culturais discursivas como festas e comemorações, mas por via oficial atribuindo nomes de *pioneiros* falecidos a lugares públicos. O capítulo finaliza-se com o álbum de figurinhas dos *pioneiros*, um instrumento usado para perpetuar as memórias e as representações construídas pelo pioneirismo, uma forma de legitimar e consolidar o grupo dos pioneiros, os *Desbravadores Tangaraenses*.

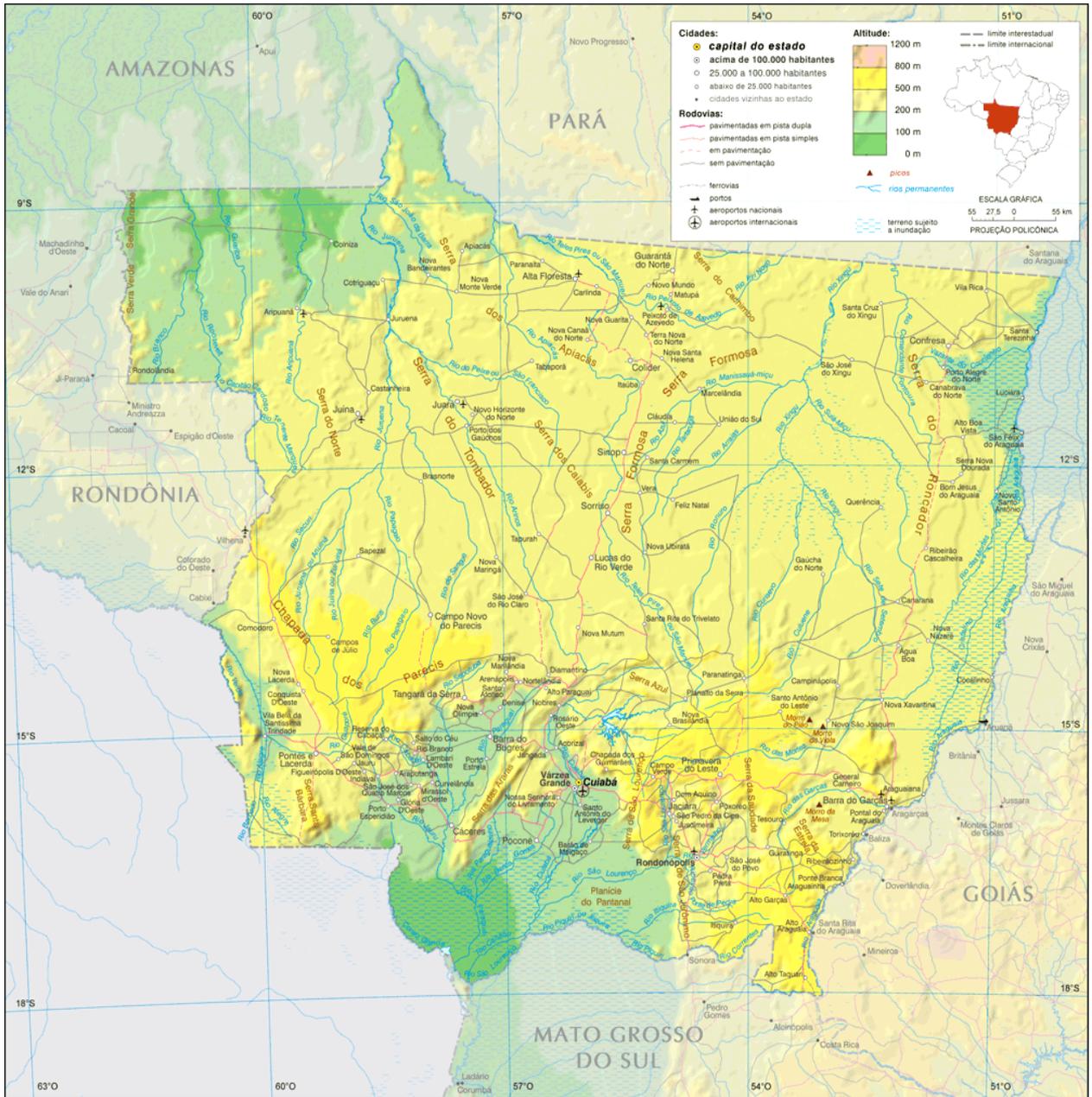


Figura 1 – Mapa de Mato Grosso – fonte: IBGE.



Figura 2 – Mapa de Mato Grosso com Tangará da Serra em destaque – fonte: IBGE

CAPÍTULO I

1 AS CIDADES E A AVENTURA DA COLONIZAÇÃO EM MATO GROSSO

Fale de sua aldeia e estará falando do mundo – Leon Tolstói

Entre muitas narrativas sobre cidades, seja da história ou da literatura, *A Cidade Antiga* de Fustel de Coulanges (1998) mostra-nos o fascínio que as cidades exercem sobre as pessoas. Os ambiente urbanos e a vivência de suas experiências afloram a imaginação dos literatos e a curiosidade dos pesquisadores. Em *A Cidade Antiga* Coulanges conta que as cidades da antiguidade nasceram a partir do estabelecimento de cultos, segundo ele os deuses eram primeiro das famílias, depois das fratrias ou cúrias, depois das tribos e por último das cidades. Ao referir-se à antiguidade descrita por Coulanges a intenção não é recuar até esse período, e a partir dele traçar uma linha evolutiva até atingir o tempo presente, tempo de nosso objeto de análise. A intenção não é mais que buscar nessa fantástica narrativa elementos que inspirem nossa compreensão e nosso desejo de conhecer mais das cidades de nosso tempo. Entre a antiguidade e o tempo presente há em comum o fato de as cidades continuarem a fascinar e a serem objetos do esforço de pesquisa e da narrativa de pesquisadores em história. Este trabalho, a história aqui construída, é um produto do tempo presente, pela proximidade entre o objeto e observador ou talvez pelo fato de que toda história é mesmo do presente, como nos faz entender Durval M. de Albuquerque Júnior ao afirmar que o passado “é desenhado na incessante batalha que os homens travam no presente.” (2000, p. 119).

Coulanges (1998) explica as cidades antigas sempre a partir da religião e do culto, pois para ele a organização de todas as sociedades antigas se dava a partir da idéia de religião. Esta

estabelecia regras e normas para as famílias que se organizavam em fratrias, tornando o culto um rito comum a sociedade. Era a unificação sob um culto, em comum, o elemento que dava coesão às cidades antigas. Coulanges resume isso da seguinte forma.

Mas, assim como muitas fratrias estavam reunidas em uma tribo, muitas tribos puderam associar-se, sob a condição de o culto de cada uma delas ser respeitado. No dia em que nasceu essa aliança nasceu a cidade.” (1998, p. 134).

Diferente da antiguidade, no Brasil as cidades contemporâneas nascem a partir do momento em que são emancipadas, ou seja, quando ganham um território próprio e autonomia para administrá-lo. Mas nem sempre as cidades nasceram já sob esse status como acontece hoje. No período colonial um instrumento importante do aparato burocrático da administração portuguesa eram as Câmaras Municipais, (CENTURIÃO, 1999). Elas foram instaladas em todos os domínios portugueses, no Brasil a primeira Câmara Municipal foi estabelecida não em uma cidade, mas em São Vicente quando, em 1532, esta deixou de ser arraial e foi elevada à categoria de vila através de ato régio. Nas cidades de Coulanges há uma diferenciação entre cidade e urbe. A cidade era a localidade que surgia a partir da aglomeração das fratrias ou cúrias. A urbe, por sua vez, era a organização da sociedade em torno de um mesmo culto. A fundação da urbe era um ato religioso que pode ser comparado à instalação do aparato administrativo municipal. Na cidade antiga a religião era municipal, o culto era urbano e próprio de cada cidade, disso decorre a noção de cidadão que para esse autor era o indivíduo que estava autorizado a participar do culto público.

No Brasil colonial antes de ser cidade uma localidade era geralmente fundada como arraial ou freguesia, posteriormente vindo a tornar-se vila e depois cidade. Em Mato Grosso, por exemplo, um bandeirante foi o fundador do arraial de Forquilha, localidade que futuramente veio a ser a capital do Estado. O bandeirante Pascoal Moreira Cabral ao encontrar ouro no córrego por nome Coxipó, fundou ali o Arraial de Forquilha. Como narra o historiador Rubens de Mendonça, Pascoal Moreira Cabral ao fundar o arraial fez “evocação

de Nossa Senhora da Penha de França.” (1982, p. 13). Dois anos depois, com o êxito da mineração, o arraial já contava com uma capela dedicada a essa mesma santa. A relação com as divindades não se afastou do processo de fundação das cidades, sendo que na antiguidade erigia-se um altar em honra a um ou mais deuses que ali seriam cultuados e evocados como protetores daquela cidade. Também no período colonial evocava-se o nome de um santo que seria o padroeiro da localidade recém fundada. Mesmo sob a organização burocrática do Estado Nacional os homens mantêm uma aura divina ao representarem o ato fundante.⁶

Os fundadores têm papel importante para as cidades. Segundo Coulanges (1998) é ele quem institui o culto municipal, quem celebra o ritual de fundação. Esse ritual pode ser o culto a um deus, escolhido como o deus da cidade, ou uma celebração solene onde o espaço era demarcado. De qualquer forma a cidade nasce em um momento específico que, juntamente com seu protagonista eram imortalizados pela memória dos cidadãos. Fustel de Coulanges diz do fundador da cidade que “Durante a sua vida, os homens viam no seu fundador o autor do culto e pai da cidade; morto, tornava-se antepassado comum para todas as gerações que se sucedessem.” (1998, p. 151). Representações e posturas análogas são comuns ao discurso do pioneirismo como veremos no decorrer do texto, sobretudo no terceiro capítulo.

O culto municipal antigo não era dedicado apenas a deuses escolhidos dentre o panteão da cultura a que pertencia a cidade, mas também à seu fundador, que depois de morto era considerados como um deus. Os fundadores eram cultuados e seus nomes eram evocados como ascendentes dos filhos daquela cidade. O desejo de partilhar uma herança em comum é um dos elementos fundamentais na formação de uma identidade cultural, (HALL, 1999). A cultura judaico-cristã nos legou algo semelhante, a evocação do patriarca. Nos Evangelhos,

⁶ É preciso ponderar que o apoio logístico da jurisdição eclesiástica sob a qual o arraial ou vila estava sendo fundado era muito importante para a estabilidade desses aglomerados urbanos.

em diversas passagens o nome de Abraão é evocado como o pai de todos os hebreus⁷, nesse caso, fundador de uma cultura e não apenas de uma cidade. Contudo, o monoteísmo ético cristão não permitiria o culto a diversos deuses, tampouco o culto aos fundadores de cidades. Diferente da antiguidade, na cultura cristã ocidental os fundadores deixaram de ser cultuados, mas de diversas formas são exaltados e perpetuados na memória coletiva, por isso é comum em diversas cidades, monumentos, bustos ou estátuas de seus fundadores. Mesmo não havendo monumentos físicos, materiais, a memória que lembra os fundadores e o evento da fundação tendem a tornar-se monumental.

Voltando ao exemplo do Arraial de Forquilha, ao seu fundador, como de costume, coube estabelecer o culto, sendo também na ocasião exaltado pelos seus. Segundo o historiador mato-grossense Rubens de Mendonça o bandeirante Pascoal Moreira Cabral foi aclamado “Guarda-mór das minas e Capitão-mór Regente.” (1982, p.14). Com isso estavam lançados os fundamentos dos poderes temporal e espiritual dessa nova unidade administrativa ainda que sem limites claramente definidos. Esse foi o momento fundante da futura capital de Mato Grosso.

Durante o período colonial vários termos eram usados para designar as aglomerações urbanas ou semi-urbanas: missão, redução, aldeia, povoado, arraial, vila e cidade. Vamos considerar apenas os três últimos. A qualificação de arraial era empregada para designar uma localidade com fins específicos, o arraial é, primeiramente, o acampamento militar, é a localidade fundada com a finalidade de proteger militarmente uma região ou para servir de posto avançado para tropas em defesa de seu território. Porém, o arraial não é unicamente militar, é também a aglomeração que surge com a finalidade de conquistar, proteger ou garantir a ocupação de uma região, (DELSON, 1997).

⁷ Um exemplo disso é o Evangelho de João, capítulo 8 versículos 33 e 39.

Durante o período colonial as vilas eram importantes unidades administrativas. Não necessariamente sendo mais ou menos urbanizada que um arraial as vilas surgiam com esse estatuto ou eram resultado da elevação de arraiais à essa categoria. As vilas abrigavam importante aparato administrativo da colônia, somente vilas ou cidades podiam ter Câmaras Municipais. A vila colonial era, portanto, a sede do município e o centro de uma jurisdição territorial, uma unidade administrativa com governo local, abrigando, além da Câmara Municipal, a cadeia e o pelourinho.

No período colonial fundar cidades era prerrogativa exclusiva da Coroa portuguesa. Aos capitães gerais era permitido fundar vilas, mas nunca cidades. A cidade era o mais alto grau da hierarquia urbana, e só poderia ser fundada em terras subordinadas diretamente ao rei. Segundo o Professor Rubenilson Brazão Teixeira, (2003) em seu artigo sobre os nomes das cidades brasileiras essa característica era uma inspiração do direito romano, de igual forma o fato de somente uma cidade poder ser sede de uma arquidiocese. Embora não na mesma medida que na antiguidade, mas o poder espiritual fazia-se presente no período colonial contribuindo na definição da estrutura urbana, tanto na disposição física e na arquitetura como na organização administrativa colonial.

A primeira capital de Mato Grosso foi uma vila, fundada em 1751, Vila Bela da Santíssima Trindade foi construída para abrigar a capital da recém fundada Capitania de Mato Grosso, em 1748. Vila Bela foi projetada com quarteirões retangulares, grandes prédios administrativos e militares e principalmente uma catedral cujas ruínas são tombadas e preservadas como patrimônio histórico, (FERREIRA, 1997). Cuiabá, a atual capital, conquistou essa condição apenas em 1835, sendo que apenas 17 anos antes tinha sido elevada à categoria de cidade através de Carta Régia em 1818. Antes disso foi, em 1722, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá que, por sua vez, fora precedida pelo já mencionado Arraial de Forquilha, (MENDONÇA, 1982).

A cidade colonial manteve seu status que a diferenciava de vilas e arraiais, mesmo durante a Primeira República, essa distinção manteve-se até 1938 quando um Decreto do Governo Federal determinou que todo município passasse a ter por sede uma cidade e que todos os municípios deveriam levar o nome de sua sede, (TEIXEIRA, 2003). No decorrer dos séculos de nossa história o Brasil foi se tornando urbano, a população foi deixando o campo e ocupando as cidades que em ritmo lento foram industrializando-se. Em nossos dias a hierarquia urbana não parece mais ter tanta importância, a diferenciação entre cidade, vila ou distrito não é uma preocupação relevante no imaginário popular, a importância está no nível de urbanização, conforto, diversidade de serviços, opções de lazer, estudo e trabalho oferecidos por uma cidade.

Desde a antiguidade que os aglomerados urbanos, chamados de cidades, designam unidades territoriais e administrativas dotadas de uma história própria. Cronologicamente distantes ou próximos do início de sua história, as diferentes gerações de cidadãos têm noção de fazerem parte de uma cidade que está localizada em um lugar específico, foi fundada em uma determinada data, sempre lembrada através de um ato realizado por uma ou mais pessoas. Em todos os tempos as cidades foram objeto da paixão de seus habitantes e da preocupação daqueles que se ocuparam em escrever sua história.

1.1 Mato Grosso: colonização e divisão

O homem organizado em sociedade tem suas ações precedidas pelos discursos que o autorizam, que o limita, que o induz ou que o convoca para uma ação. Os discursos das propagandas criam e estimulam desejos de consumo, como o discurso da moda, por exemplo,

que tende a levar à homogeneização os padrões de vestimenta e beleza. Não é muito diferente o mecanismo que levou famílias a deslocarem-se de seus lugares de origem em direção a um lugar desconhecido, ambientes inóspitos que sabidamente não se deixaria domar com facilidade. Os colonizadores⁸ são atores de um discurso que os envolve e a eles reserva papéis distintos dentro dos movimentos de colonização. Ao atenderem o chamamento desse discurso surgem os movimentos migratórios, deslocamento de contingentes populacionais que resulta na ocupação de lugares até então *vazios*, visando a fundação de povoados e cidade. É esse o ambiente dos movimentos de colonização e a base dos discursos que os impulsionam. Um discurso potente, mas de face romântica que justifica suas nobres causas e fabrica seus heróis, mas que carrega em seu cerne interesses econômicos e políticos, enfim um discurso de poder. É o que veremos a seguir observando mais especificamente o contexto que envolve Mato Grosso e Tangará da Serra.

O Brasil começou no litoral. Poderíamos afirmar que não apenas começou, mas em torno do dele permaneceu por muito tempo e até hoje, em certa medida, dele não nos afastamos. Frei Vicente do Salvador, cronista do século VXII, descreveu a ocupação das terras brasileiras dizendo de seus habitantes que esses limitavam-se a “andar arranhando as terras ao longo do mar como caranguejos.” (NOVAIS, 1997). As primeiras capitais brasileiras foram cidades litorâneas, apenas tardiamente na nossa história transferiu-se a administração do país para o interior com a construção de Brasília. Devemos os primeiros passos em direção ao interior à pecuária nordestina que tão lentamente quanto os passos do gado foi tocando sua marcha de costas para o litoral (FAUSTO, 1999). Outro movimento em direção ao interior foi o dos bandeirantes, o bandeirantismo foi um movimento tipicamente paulista e de grandes efeitos para configuração do território brasileiro. Ignorando os tratados

⁸ Utilizamos os termos colono e colonizador como derivado de colonização, os agentes envolvidos nesse processo. O processo de colonização em Mato Grosso não criou exatamente colônias, como em outras experiências no Brasil.

de limites e fronteiras entre as Coroas Ibéricas os bandeirantes incorporaram aos domínios portugueses o que antes pertencia aos monarcas espanhóis.

O fato de a ocupação pela cultura européia, ocidental, no Brasil ter começado pelo litoral e apenas tardiamente avançado para o interior nos permite afirmar que nossa noção de civilização, de evolução, de progresso e de modernidade “vem” do litoral para o interior. As metrópoles brasileiras com tudo o que podem oferecer estão próximas ao litoral. As universidades e os Centros de Excelência onde se produz o saber científico, das mais diferentes áreas, são parte dessas metrópoles. Se comparado a outros Estados Mato Grosso foi tardiamente ocupado, entre outros fatores⁹, devido a sua posição central, às dificuldade de comunicação e transporte fizeram com que as regiões mais próximas ao litoral se desenvolvessem primeiro. Como resultado disso Mato Grosso foi sempre descrito e interpretado por um discurso que o descreve como um ambiente de natureza pródiga, exuberante e as vezes exótico¹⁰.

Descrito pelos bandeirantes do século XVIII e depois pelos viajantes do século seguinte¹¹, Mato Grosso é um ambiente tropical onde a natureza é exuberante e voluptuosa. Nascida com as primeiras narrativas essa visão foi sedimentando-se ao longo de nossa história e posteriormente reproduzida pela propaganda turística que sempre “vende” uma imagem de Mato Grosso o associando com a fauna selvagem dos pantanais e da selva amazônica (GUIMARÃES, 2007). Porém a outra face desse discurso permite interpretá-lo como atrasado

⁹ Afirmer que Mato Grosso não teve o mesmo nível de desenvolvimento que o de outras regiões do país apenas pelo fato de estar “isolado” geograficamente pelas dificuldades de acesso é simplificar as possibilidades de explicação que a história permite. Contudo problematizar essa questão não é objetivo deste trabalho. Sobre esse tema consultar o trabalho de Romir Conde Garcia e o de Suzana Guimarães no item Referências Bibliográficas.

¹⁰ Luiza Volpato traz em seu livro relatos de viajantes que descreviam Mato Grosso como sendo um lugar de natureza rica, lugar de ouro e diamantes além de fauna e flora exuberante, porém sem nenhuma estrutura para o desenvolvimento, consultar no item Referências Bibliográficas.

¹¹ No século XIX a Expedição Langsdorff produziu várias descrições de Mato Grosso. Narrativas detalhadas descrevendo a fauna, a flora e os habitantes. consultar Referências Bibliográficas.

e esquecido pelo desenvolvimento¹². O discurso da exuberância é reducionista, é o discurso da estereotipia, um discurso que simplifica, não explica e se arroga “o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 20). Por isso não é raro encontrarmos pessoas que, ainda hoje, pensem que os mato-grossenses convivam de perto com animais selvagens. Esse mesmo discurso que, desde os primórdios da colonização, conta Mato Grosso como periferia construiu no imaginário dos potenciais colonos o sonho de conquistar a prosperidade na *terra prometida*. Por isso as propagandas governamentais e posteriormente das empresas colonizadoras encontravam respostas positivas ao oferecerem terras abundantes, férteis e a preços acessíveis (OLIVEIRA, 2002).

A propaganda da terra propriamente dita, o anúncio no jornal, no rádio ou em qualquer outra mídia é o final, o resultado do discurso que move o desejo de colonização e alimenta sonhos; da possibilidade de enriquecimento, de tornar-se fazendeiro. Adquirir terras em Mato Grosso significava, enfim, a promessa de redenção numa terra de fertilidade sem igual. A condição material para que as propagandas existissem era, naturalmente, a terra. As terras desocupadas eram abundantes em Mato Grosso. Até a década de 1960 o Estado contava com gigantescas áreas de *terra desocupada* e grande parte dessas terras pertenciam ao Estado, eram as chamadas terras devolutas (LENHARO, 1982). O órgão de Estado responsável por controlar a venda e ocupação dessas terras era o Departamento de Terras e Colonização – DTC. A criação de Departamentos para esse fim ou Divisões análogas remonta ao Império. A Lei número 601, Lei de Terras, de setembro de 1850, foi regulamentada pelo Decreto de número 318, de 30 de janeiro de 1854. Porém o Estado de Mato Grosso somente em 1893 criou o Departamento de Terras para executar o que determinava essa Lei, (BRASIL, 2002).

No século XX a deficiência do Departamento de Terras e Colonização permitiu que grande parte das terras de Mato Grosso fossem distribuídas sem critérios definidos. A

¹² A noção de desenvolvimento própria de discursos como esse é reduzida a idéia de desenvolvimento econômico.

corrupção dos funcionários do Departamento permitia que o interesse político aliado a possibilidade de lucro com a especulação imobiliária entregasse a particulares as chamadas terras devolutas¹³ a preços insignificantes. Tal como Alcir Lenharo, Andréia de Cássia Heinst (2003) em estudo específico sobre a colonização de Mirassol D' Oeste descreve as práticas do Departamento de Terras e confirma que grandes áreas eram vendidas a um mesmo proprietário gerando, com isso, os latifúndios, especulação imobiliária e por conseqüência eventuais conflitos pela posse da terra. O DTC, também, muitas vezes emitiu títulos de posse a diferentes proprietários para a mesma área de terra resultando em disputas, muitas vezes, violentas pela sua ocupação. O Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso foi extinto em 1966 e posteriormente substituído pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, (LENHARO, 1982).

Não podemos deixar de mencionar que, naturalmente, Mato Grosso estava dentro do contexto nacional e de uma política de colonização voltada, sobretudo, para o Centro Oeste. Em 1938, logo após o golpe do Estado Novo, o governo federal criou a Divisão de Terras e Colonização, órgão integrante do Ministério da Agricultura e responsável por projetar e implantar as Colônias Agrícolas Nacionais – CAN. Essas Colônias faziam parte de um projeto maior, A Marcha para Oeste, um projeto do governo Vargas¹⁴ para colonização de “áreas desocupadas” das regiões Centro Oeste e Norte do Brasil, (PONCIANO, 2001).

A Marcha para o Oeste foi um projeto nacional, iniciado em 1938 que propunha a participação de todos os brasileiros na *construção da nação*. Era uma convocação aos *trabalhadores do Brasil* feita pelo presidente Vargas que através de propaganda oficial chamava a todos para integrarem as colônias no interior do território. A idéia era a criação de

¹³ A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 define nos quatro parágrafos de seu Artigo 3º o que são terras devolutas. A despeito dessa Lei imperial, entende-se por terras devolutas as que não são aplicadas ao uso público e nem estão sob domínio particular. Conferir BRASIL, 2002 no item Referência Bibliográfica.

¹⁴ Importante lembrar que a Era Vargas foi o período entre a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e sua morte em 1954. Esse foi um período de grandes transformações para o país.

um movimento nacional sob o signo da brasilidade. O lema da campanha era “O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste.” (PONCIANO, 2001). Mas essa necessidade de ocupação dos “espaços vazios” não revelava as imposições do cenário internacional que afetava o Brasil desde a falência da Bolsa de Nova York em 1929, que resultou em uma crise mundial chamada de a *Grande Depressão* (FAUSTO, 1999). Essa crise econômica potencializou na economia nacional a crise do café que lançou nas cidades um exército de trabalhadores que por sua vez não foram absorvidos pela indústria, ainda incipiente. No campo simbólico a Marcha para o Oeste utilizou-se do nacionalismo, evocando a identidade brasileira como se fosse monolítica na condução dos trabalhadores, pelas mãos do grande líder, para ocupar, desbravar e conquistar as riquezas ainda inexploradas das terras do Brasil Central.

Na porção meridional do Estado, atual Estado de Mato Grosso do Sul, foi implantada a Colônia Nacional Agrícola de Dourados – CAND. A implantação dessa colônia iniciou-se em 1941 com base na pequena propriedade e condições para fixação dos colonos no campo, além dos lotes eram fornecidos aos colonos maquinários, materiais para construção de suas residências, financiamento e trabalho, nos anos iniciais da implantação da colônia. Um dos objetivos do Estado Novo em implantar uma colônia na região era geopolítico, visava retomar o controle sobre grandes porções de terra na linha de fronteira que até então eram controladas pela Companhia Mate Laranjeira. A Mate Laranjeira era uma empresa estrangeira que obteve concessão para exploração dos ervais nativos dessa região. A concessão para explorar os ervais do sul do Estado foi obtida ainda no período imperial, o fundador da companhia, Thomaz Laranjeira era arrendatário de terras devolutas da, então, Província de Mato Grosso desde 1882 (PONCIANO, 2001).

A fim de efetivar o total controle sobre a região Getúlio Vargas, sob o argumento oficial de manter a soberania nacional e combater o banditismo na região, cassou a concessão da

Mate Laranjeira e criou, em 1943, o Território Federal de Ponta Porã¹⁵. O Território Federal teve vida curta, pois foi extinto pela Constituição de 1946, mas os objetivos do governo tinham sido atingidos; a Mate Laranjeira tinha deixado o país e a exploração dos ervais passado às mãos de extrativistas nacionais, sob a fiscalização do governo. O germe da colonização estatal estava plantado, a colônia agrícola foi efetivada e prosperou, o modelo de pequenas propriedades foi a forma utilizada para lentamente afastar-se dos grandes latifúndios e acomodar contingentes ociosos de outras regiões com alta densidade demográfica, sobretudo a mão-de-obra não absorvida pelas cidades e suas indústrias (LENHARO, 1982).

O que até agora foi apontado sobre colonização em Mato Grosso diz respeito ao Estado antes de sua divisão. Os bandeirantes que encontraram ouro onde hoje é a cidade de Cuiabá fizeram suas descobertas em território paulista. Considerando apenas marcos cronológicos definidos pela historiografia observemos que a Capitania de Mato Grosso passou a existir através de um Decreto Real no ano de 1748 quando foi desmembrada da Capitania de São Paulo. No período imperial a mesma unidade administrativa passou a ser Província e depois, com o advento da República tornou-se Estado. Segundo Jovam Vilela da Silva (1982), os ideais separatistas remontam ao século XIX, quando em 1891 o coronel João da Silva Barbosa promoveu uma rebelião a fim de separar Mato Grosso da República brasileira. O movimento foi chamado de República Transatlântica e não obteve êxito algum. Porém esse movimento não teve vínculo com o movimento separatista que culminou com a divisão de Mato Grosso.

Pode-se tomar, então, como o momento inicial do processo de divisão do Estado o episódio da Revolução Constitucionalista de 1932. Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930 através de um golpe que depõe o presidente da República e se estabelece como chefe de Estado. Em 1932 o Estado de São Paulo, não satisfeito com a política de Vargas reivindica uma Constituição para o país e rebela-se contra o governo federal, por isso o movimento foi

¹⁵ O Território Federal de Ponta Porã era formado pelos seguintes municípios: Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito.

chamado de Revolução Constitucionalista. A porção sul de Mato Grosso declarou-se favorável a São Paulo e independente do restante do Estado, que permaneceu legalista. Os revoltosos proclamaram a independência do Sul, em relação ao Norte, com a criação do Estado de Maracaju. O novo Estado com capital em Campo Grande durou menos de três meses, deixando de existir quando os revoltosos depuseram armas sem que houvesse confrontos entre Sul e Norte ou contra as tropas legalistas.

Outra questão importante foi a liderança de Vespasiano, líder separatista que iniciou sua carreira política como prefeito de Campo Grande a partir de quando começou uma forte campanha separatista fundando comitês da Liga Sul-mato-grossense em várias cidades ao sul do Estado. O principal objetivo dessa Liga era alcançar a divisão entre as regiões Sul e Norte, para isso promoviam reuniões e comícios conclamando os sulistas à emancipação. Apesar dos esforços sulistas a divisão veio somente no final da década de 1970 sob o governo ditatorial de Ernesto Geisel que, em 1977, sancionou a Lei Complementar número 31 no dia 11 de outubro, criando o Estado de Mato Grosso do Sul. Assim estavam encerrados os esforços separatistas (SILVA, 1982).

É importante mencionar que a divisão do Estado não se efetivou completamente com a publicação da lei. A data comemorativa festejada como a da criação do novo Estado é a data da publicação da lei, porém a divisão completa efetiva-se a primeiro de janeiro de 1979. Observemos alguns artigos da Lei Complementar número 31 que dividiu o Estado de Mato Grosso. O artigo quarto traz o seguinte texto, “A Assembléia Constituinte do Estado de Mato Grosso do Sul será eleita no dia 15 de novembro de 1978 e instalar-se-á no dia 1º de janeiro de 1979.” Parágrafo único do artigo sexto, “O Governador do Estado de Mato Grosso do Sul será nomeado até 31 de março de 1978 e tomará posse no dia 1º de janeiro de 1979, perante o Ministro de Estado da Justiça.” (SILVA, 1982). Estes artigos demonstram que a efetiva

divisão de Mato Grosso, com a criação de Mato Grosso do Sul, deu-se a partir de primeiro de janeiro de 1979.

Outro aspecto importante é como ficou definida a questão de incentivos ao desenvolvimento de Mato Grosso e ao novo Estado dele originado. A mesma lei que fracionou Mato Grosso criou condições para que a perda de sua porção Sul não causasse prejuízos que viessem a atrasar o desenvolvimento econômico da região. Para isso foram criados programas especiais de incentivo. O primeiro artigo (Artigo 38) do capítulo das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº. 31 prevê que a partir de 1979 o Governo Federal implementaria programas de desenvolvimento propiciando apoio financeiro para os dois Estados com duração de dez anos. Esses programas seriam planejados e executados pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO. Além disso o Estado de Mato Grosso ficou dentro da região chamada de Amazônia Legal, o que significava poder acessar financiamentos destinados à região amazônica, mas ao mesmo tempo que significa estar sujeito a restrições ambientais definidas para os Estados com características amazônicas. Sendo assim a Amazônia Legal é uma definição tão jurídica e geopolítica quanto ambiental, (SILVA, 1982). Os incentivos assegurados pela lei que dividiu o Estado foram fundamentais para o desenvolvimento de Tangará da Serra e também de outras cidades de colonização recente em Mato Grosso, impulsionando principalmente as atividades agropecuárias até o ano de 1989.

1.2 A caminho de Tangará da Serra: Cuiabá, Centro Geodésico e Portal da Amazônia

Cuiabá, a capital de Mato Grosso está localizada no centro geodésico da América do Sul, isso significa que em termos de continente os mato-grossenses estão tão distantes das metrópoles brasileiras quanto do litoral do Oceano Pacífico. Cuiabá era passagem obrigatória para os migrantes que vieram ocupar as diferentes regiões da Amazônia meridional. Nas décadas de 1960 e 1970, muitos projetos estatais e privados de colonização conduziram grandes levas de migrantes a ocupar os “espaços vazios” da Amazônia Legal. Esses empreendimentos de colonização, tinham em comum a característica de formar centros urbanos ao passo que se ocupavam as terras com atividades agrícola ou pecuária. Essa característica pode ser observada desde os projetos da década de 1940 com a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais.

Em 1909 o Marechal Rondon, a frente da Comissão que levava seu nome localizou em Cuiabá o centro geodésico da América do Sul,¹⁶ marco que posteriormente foi confirmado por outros estudos como centro do continente, (MENDONÇA, 1982). O ponto central do Continente Sul-americano foi marcado pela construção de um pequeno monumento no centro da capital. Localizado no Campo D’Ourique, antigo pelourinho, o pequeno marco erigido pela Comissão Rondon foi ampliado na década de 1970. Mantendo o antigo monumento construiu-se sobre ele um obelisco com aproximadamente 20 metros de altura, com isso Cuiabá se afirmava como cidade privilegiada pelos feitos do memorável Marechal Rondon. Esse monumento é o marco de um novo momento onde a capital pretende se afirmar como centro irradiador de progresso e modernidade, como uma metrópole regional. O obelisco evoca a pretendida grandeza da capital que passara a receber migrantes de diversas regiões do país.

¹⁶ Há também na cidade de Chapada dos Guimarães, a aproximadamente 70 quilômetros de Cuiabá, um ponto turístico chamado de Centro Geodésico da América do Sul.

Em Cuiabá, a exemplo de outras capitais, uma campanha publicitária¹⁷ no ano de 2004 convocou seus moradores a escolherem um símbolo para a capital: uma edificação, um monumento, ou qualquer símbolo que pudesse representar a cidade e sua cultura, a cuiabania. Respondendo à consulta popular os cuiabanos escolheram para representá-los o Marco do Centro Geodésico. Esse que era um monumento ao ponto central do continente e ao Marechal Rondon passa agora a ser também símbolo turístico da capital de Mato Grosso. Por ocasião dessa escolha a secretária do Instituto de Memória da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, Ísis C. Martins Brandão, definiu simbolicamente o Marco da seguinte forma.

Para mim, o Marco é o símbolo do desbravador, é o símbolo de conquistas, de vitórias e sendo ele escolhido como símbolo turístico de Cuiabá, é uma homenagem à todos os desbravadores antigos e atuais. É também, o reconhecimento dos trabalhos de Rondon em prol dos brasileiros. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2004).

O presente, o passado e o futuro da capital são evocados pela descrição bastante representativa da secretária do Instituto de Memória, representações como essa ligam os desbravadores contemporâneos, os *pioneiros*, aos feitos do Marechal Rondon. Além desse monumento que é construído sobre uma fundação simbólica tipicamente cuiabana, a figura do Marechal Rondon, os novos desbravadores que agora passavam a ocupar Mato Grosso e outras partes da Amazônia Legal também ganharam seu espaço no discurso que exalta a conquista e o desbravamento de lugares inóspitos. Dessa forma foi construída mais uma marca referencial para a capital do Estado, o título de cidade Portal da Amazônia. Desde a década de 1960 Cuiabá já era chamada de “Portal da Amazônia” (GUIMARÃES, 2007, p. 85). Esse título, Portal da Amazônia, ganhou repercussão na década de 1980 quando um grande projeto estatal de fomento à ocupação de terras foi implantado. O *Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – Polonoroeste*, sob a coordenação da

¹⁷ A campanha foi promovida nos meses de fevereiro e março de 2004 pela TV Cidade – SBT com o apoio da Secretaria Municipal de Turismo.

Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO incentivou a colonização ao longo da BR 364 entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho. Cuiabá era a primeira capital, já dentro da Amazônia Legal, por onde os migrantes passavam a fim de ocupar as terras oferecidas pelo Programa Polonoroeste. O epíteto, Portal da Amazônia evoca, primeiro, a posição geográfica de Cuiabá, por ser a maior cidade dessa região da Amazônia Legal. Segundo, pelo grande salto desenvolvimentista que modernizaria a capital do Estado.

A fase de maior crescimento, no entanto, têm início na década de 1970, quando o Governo Federal inicia os programas de povoamento do interior do país. Para se ter uma idéia do ritmo do crescimento de Cuiabá nessa época consideremos o aumento da população que em cinco anos, de 1970 a 1975, passou de 83 mil, para 127 mil habitantes (FERREIRA, 1997). Contudo, o desenvolvimento de Cuiabá, com o significativo aumento da população, urbanização e reurbanização dos antigos espaços aconteceu no momento em que os pequenos núcleos populacionais já estavam instalados e em franco desenvolvimento, por isso Cuiabá não é tomada como modelo ou padrão de modernização para essas novas cidades que vão surgindo nesse período. Isso se confirma com o depoimento do senhor Antonio Alvez Moreira, em entrevista ao autor (2008), morador de Tangará da Serra desde 1963 que faz a seguinte afirmação.

Mas Cuiabá também não era muita coisa companheiro, quando eu cheguei em Cuiabá, Cuiabá não tinha nenhum edifício, aliás pra não dizer que não tinha nenhum, tinha o palácio Alencastro, que tem até hoje que é a Prefeitura. Não tinha nada! Cuiabá só tinha ali um, dois ou três quilômetros de asfalto na rua Getúlio Vargas, não tinha asfalto nenhum em Cuiabá.

Tangará da Serra surgiu nesse contexto, num Brasil que desde alguns anos antes tinha deixado de se desenvolver unicamente próximo ao litoral e como resultado de uma série de esforços, sobretudo de investimentos públicos, destinados à ocupação das regiões centrais do território brasileiro. O surgimento de Tangará da Serra se dá no momento em que no Brasil as

idades superavam o campo e o país transitava do mundo rural para o urbano (FAUSTO, 1999).

1.3 Barra do Bugres, um lugar a ser colonizado

Barra do Bugres surgiu a partir do extrativismo da poaia¹⁸. Em 1938 tornou-se distrito de Cáceres, município ao qual pertencia e posteriormente emancipou-se da sede no ano de 1944, tornando-se cidade. Segundo Jovino S. Ramos em entrevista ao autor (2008) o comércio de Cáceres fechou suas portas no dia em que Barra do Bugres tornara-se município independente. Os comerciantes declararam luto e cerraram suas portas pela perda de parte considerável de seu território de onde recebiam quantidades consideráveis de poaia. Até a metade da década de 1950 a população dessa cidade não ultrapassava os 3.500 habitantes, (PEREIRA, 2000), para os quais as riquezas extraídas das matas eram a principal, senão, a única fonte de renda. No nosso entendimento o extrativismo é para a história de Barra do Bugres mais do que simplesmente a atividade econômica que a fez surgir e a susteve por um período considerável de sua história. Para além de atividade econômica o extrativismo produziu no homem de Barra do Bugres uma relação muito próxima com a mata, dando a idéia de pertencimento mútuo, uma simbiose, seja para os trabalhadores pobres que a tinham

¹⁸ A poaia é um arbusto que cresce sob a mata sombria e úmida, era importante para indústria farmacêutica e tinha considerável valor econômico.

como ambiente de trabalho, seja para os comerciantes dos produtos dela extraídos. A forma de relacionar-se com o meio ambiente pode, também, ser entendido como uma relação cultural se considerarmos que as práticas que faziam o cotidiano da maioria dos barra-bugrenses eram organizadas com base nas atividades relacionadas ao extrativismo.

Não reduzindo a análise apenas ao fator econômico e social é possível perceber e explorar um entendimento no sentido de que as práticas do dia-a-dia, norteadas pela atividade extrativista, promovem um sentimento de pertencimento que somado com as representações coletivas feitas a partir do ambiente e das atividades nele exercidas contribuem para a formação de uma identificação com o meio ambiente da qual surgirá uma identidade local. Esta noção de pertencimento, ligação com o ambiente, é a base para a identidade cultural dos moradores de Barra do Bugres. Uma identidade própria. É possível esse entendimento se considerarmos que toda identidade produz sentidos que explicam e organizam o passado. É mais ou menos dessa forma que Stuart Hall (1999) explica as culturas nacionais como produtoras de sentidos, sentidos com os quais nos identificamos e construímos identidades através de histórias que conectam nosso presente ao passado e imagens dele criadas. Exatamente como no caso de Barra do Bugres que tem suas origens explicadas através de representações da prática do extrativismo vegetal. Essas representações sobre o meio ambiente, o aglomerado urbano e seus habitantes produziram um gentílico, o barra-bugrense. É esse o homem e essa a identidade que os colonizadores de Tangará da Serra vão encontrar e por vezes confrontar em embates discursivos ao ocuparem o planalto do Tapirapuã.

A partir de 1959, ainda quando demarcavam-se as glebas no lugar onde seria Tangará da Serra, as primeiras famílias que ocupariam aquele espaço começaram a se estabelecer. Ao chegar em Barra do Bugres era necessário atravessar o rio Paraguai pela balsa porque na

época ainda não havia ponte. Na década de 1960 Barra do Bugres era um pequena cidade¹⁹ com poucas casas de alvenaria espalhadas e separadas por ruas estreitas, existiam também outras casas de paredes barreadas, cobertas com palhas ou tabuinhas (RAMOS, 1992).

Como vimos anteriormente, os mesmos relatos de memória que narram as dificuldades encontradas no ambiente contam, também acontecimentos da viagem até Tangará da Serra e a receptividade dos moradores de Barra do Bugres. Ao chegar nesta cidade os colonos eram recebidos com desânimos e desaconselhados a seguir viagem, as referências sobre Tangará da Serra eram as piores possíveis. Os moradores de Barra do Bugres tinham como estratégia desestimular os colonos para que não seguissem adiante, o ambiente acima da serra era descrito com pessimismo. Utilizando-se dos mais variados argumentos desenhavam aos olhos dos forasteiros um ambiente desolador, a serra era descrita como intransponível, as terras como imprestáveis, habitadas por animais selvagens e infestadas por insetos insuportáveis. A intenção era causar a impressão de que haviam sido enganados por falsas propagandas.

Essa postura é descrita por Antonio Alves Moreira que em entrevista ao autor (2008) afirma que “Barra nunca quis que Tangará crescesse”. Também o senhor Joaquim José Goulart, popular Quinzim, em entrevista ao autor (2008) descreve sua passagem por Barra do Bugres quando de sua mudança para Tangará da Serra da seguinte forma:

Quando a gente veio de mudança nós paremos lá pela primeira vez, a gente foi pergunta lá, conversando com uns povo lá, eles falavam assim. Perguntou pra nós, vocês vão pra Tangará né? Eu falei é. Mas vocês vão para ficar? Sim, nós vamos pra ficar sim. Eles falaram assim, vocês tão é doido, Tangará não é lugar de gente não. Se vocês forem lá, você não ficam, lá não é lugar de gente morar não. A gente já vinha com um pouco de medo aí acabou né, mais medo ainda. Mas Deus ajuda que não foi assim não, deu tudo certo.

¹⁹ Em entrevista Jovino S. Ramos lembrou que no ano de 1968 houveram rumores de que o “Governo Revolucionário”, como se referiu ao Governo Militar, extingiria alguns municípios. Lembra-se que um dos critérios para manutenção do município era que o mesmo tivesse em sua sede no mínimo 200 casas de “material”, alvenaria. Quantidade que Barra do Bugres não tinha, portanto, se de fato, a norma fosse aplicada fatalmente voltaria a ser distrito de Cáceres. Tratava-se realmente de uma cidade bem pequena.

Como veremos no próximo capítulo, os autores que escreveram sobre a história de Tangará da Serra ao abordaram o assunto argumentam que esse expediente era usado para preservar as matas, garantindo o modelo extrativista de produção, impedindo com isso o desenvolvimento de Tangará. Destacando apenas um exemplo, Aires José Pereira ao abordar esse tema dá ênfase às diferenças entre os dois modelos de ocupação aplicados em Barra do Bugres e em Tangará da Serra. Pereira afirma que Tangará desenvolveu-se como resultado de um “moderno modelo de produção” (2000, p. 28). Este é evocado por ele diversas vezes em oposição ao modelo extrativista. A posição defendida por Aires J. Pereira, e também pelos outros autores analisados no capítulo dois, é muito próxima do entendimento elaborado pelos *pioneiros*.

Os colonos que passaram por essa experiência, que tiveram seus sonhos confrontados e sofreram a tentativa dos moradores de Barra do Bugres em dissuadi-los de seus objetivos começaram a desenhar uma imagem a respeito dos barra-bugrenses. É nesse momento que surge a querela entre as duas cidades e é aí também que nasce a imagem do barra-bugrense como preguiçoso, sem coragem para derrubar a mata e transformar o ambiente em terra produtiva, seja para o plantio de cereais ou para criação extensiva de gado. Essa má recepção aos colonos foi o início de um processo que culminaria com a emancipação de Tangará da Serra, é também um forte impulso e um ponto de marcação da identidade a partir do qual começaram-se a definir as semelhanças e as diferenças.

É importante observar que essa estratégia de desqualificar o outro é uma luta travada no campo das representações e que vai ser evocada novamente, e com muito mais intensidade, quando Tangará da Serra decidiu reivindicar sua independência política. O destaque dado para Tangará da Serra como cidade moderna, fruto de um “moderno” sistema produtivo é apenas um aspecto analisado entre outros possíveis. Para além do aspecto econômico é possível

perceber que logo nos primeiros contatos entre os que vinham para ocupar as terras acima da Serra Tapirapuã e os moradores de Barra do Bugres estabeleceu-se um embate entre diferentes formas de compreender e organizar o mundo. No choque entre essas diferenças temos de um lado uma comunidade, pequena, semi-isolada, onde não haviam grandes empreendimentos geradores de lucros. De outro lado temos colonizadores, capitalistas, proprietários de grandes áreas de terras dispostos a investirem na exploração imobiliária.

Além dos meeiros, empregados e agregados em geral temos também os colonos, donos de pouco capital e muitos sonhos a serem realizados em um novo lugar, sobre o seu pequeno pedaço de terra do qual seja dono. Ainda que brevemente, é preciso salientar aqui dois pontos importantes: primeiro, os trabalhos que contam a história de Tangará da Serra não consideram as diferenças de compreensão e percepção de mundo entre os vindos de fora e os habitantes da comunidade semi-isolada de Barra do Bugres; segundo, somente apresentam a disposição de trabalho e empreendimento dos *pioneiros*, colonizadores, e seu modelo de produção como o responsável pelo progresso e prosperidade de Tangará, mas silenciam-se sobre os incentivos previstos pela lei que dividiu o Estado.

Sobre esses incentivos elaborou-se a “tese” do desenvolvimento em duas frentes. Primeiramente levantada por Jovino S. Ramos, em seu livro publicado em 1992, essa idéia afirma que Tangará da Serra prosperou por proporcionar desenvolvimento em duas frentes, ou seja, criou mecanismos para desenvolver os perímetros urbano e rural ao mesmo tempo. Esse mecanismo seria, basicamente a doação de terrenos urbanos aos colonos que adquirissem lotes rurais. Posteriormente essa forma de explicação para o rápido desenvolvimento econômico de Tangará da Serra foi defendida por Aires J. Pereira (2000), e também por Carlos E. de Oliveira (2002), em sua Dissertação de Mestrado.

Esses trabalhos ao defenderem essa “tese” não consideram dois outros fatores: primeiro, essa é uma estratégia pensada na década de 1940 quando da implantação das Colônias Agrícolas Nacionais pelo Governo Vargas que procurava desenvolver núcleos urbanos como parte da logística de colonização. Portanto, não se trata de algo inventado pelos colonizadores de Tangará da Serra, como sugerem os que defendem tal “tese”. Em segundo lugar não podemos esquecer que a lei que dividiu o Estado definiu que a partir de 1979 os dois Estados receberiam incentivos através de diferentes programas. Esses incentivos do Governo Federal para Mato Grosso perduraram até o ano de 1989. O grande esforço dos *pioneiros* para desenvolver a cidade contou com o, não menos importante, financiamento da União pelo período de dez anos. Período em que, coincidentemente a cidade viveu um rápido desenvolvimento, a década de 1980. Numa analogia, poderíamos dizer que Tangará da Serra não é simplesmente uma dádiva do pioneirismo assim como o Egito antigo não é uma dádiva do Nilo²⁰. Ao ocultar o fomento estatal ao desenvolvimento maximiza-se os feitos dos pioneiros e por consequência seu valor simbólico.

1.4 As identidades no contexto da colonização

As identidades não são naturais e nem são inerentes aos indivíduos. Tomaz Tadeu da Silva (2000) afirma que a identidade cultural preexiste ao indivíduo e, como a cultura, a

²⁰ Afirmação feita por Heródoto, historiador grego, século V a.C.

identidade é dinâmica, não é permanente nem estática, mas é fluída e móvel. Por isso ao falar da formação de identidades locais não quer dizer necessariamente que elas estejam nascendo ali. O pioneirismo é um discurso que surgiu em outro tempo e outro espaço que não Tangará da Serra da década de 1960, mas é possível falar do surgimento de uma identidade dos *pioneiros* pelas suas particularidades, suas representações, construídas e negociadas num tempo e espaço que é seu, particular, portanto histórico. As identidades são construídas em relação ao outro, é, portanto, relacional, definidas em relação àquilo que o indivíduo não é. Para Tomaz T. da Silva “a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (2000, p. 81), são construções discursivas como as feitas pelos tangaraenses ao começarem a desenhar seus antípodas, logo a partir do primeiro contato. É aí que se manifesta a alteridade em pares que se opõem; *pioneiros versus* habitantes locais, Barra do Bugres *versus* o que começa a se desenhar como Tangará da Serra, extrativismo *versus* empreendedorismo. A recepção dos barra-bugrenses foi o início da estereotipização daqueles que seriam a síntese dos opostos das qualidades de neobandeirante reivindicadas pelos *pioneiros*.

O mote do discurso estava dado, os *pioneiros* eram herdeiros de um discurso nacional e agora tinham também os elementos locais. A partir daí as narrativas foram tomando formas sempre no sentido de desqualificar Barra do Bugres e seus moradores, os tomando como o reflexo invertido dos colonizadores que vinham ocupar o Vale do Sepotuba²¹. Estes por sua vez, desde o princípio, evocavam para si os méritos de desbravadores. Esse discurso que os impulsionavam não é outro senão o de tomar posse das riquezas inexploradas e levar a civilização a lugares despovoados. Os movimentos de colonização das décadas de 1960 e 1970 em Mato Grosso foram influenciados, ainda que não diretamente, pelos esforços de propaganda que desde o Estado Novo convocavam os brasileiros para ocuparem as regiões

²¹ Sepotuba é o principal rio do município e forma um semicírculo ao redor da cidade, por isso o lugar é chamado de Vale do Sepotuba.

centrais do território e constroem um “país grande”. A Expedição Roncador Xingu e a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais são exemplos do chamamento aos brasileiros para tornarem-se desbravadores, *pioneiros*.

A imagem criada a respeito dos barra-bugrense é por extensão aplicada também aos demais mato-grossenses. De igual forma o discurso do pioneirismo aplica a imagem que se tinha dos mato-grossenses aos moradores de Barra do Bugres sem fazer diferenciação alguma. O senhor Antonio Alvez Moreira (2008) em entrevista ao autor, ao falar a respeito da exploração de poaia na região de Tangará da Serra, relembra que os poaieiros²² eram quase todos moradores antigos da região e que moravam em Barra do Bugres. Ao referir-se a eles o depoente os classifica como mato-grossenses da seguinte maneira: “Os poaieiros daqui mesmo eram quase que ninguém, mais o pessoal, os mato-grossenses mesmo da Barra. Os menos favorecidos vinham trabalhar pro pessoal de poder aquisitivo melhor.” Da mesma forma, outro depoente, o senhor Joaquim José Goulart, (2008), a respeito do mesmo assunto diz o seguinte: “Conheci a poaia com a turma aí, até os poaieiros eram os cuiabano só que sabiam mexer com isso, quem conhecia a poaia, quem trabalhava na poaia era só cuiabano.” O gentílico *cuiabano*, utilizado pelo depoente, não é uma referência apenas aos nascidos ou vindos de Cuiabá, mas é extensivo a todos os mato-grossenses, servindo para distinguir entre os mato-grossenses e os não mato-grossenses.

A distinção feita entre migrantes vindos de outros Estados e mato-grossenses é comum e o termo *cuiabano* é utilizado para marcar essa distinção. O estudo sobre a colonização da cidade de Sorriso, ao norte do Estado, feito por Regiane C. Custódio, diz o seguinte:

A professora Ana foi uma das primeiras moradoras do loteamento São Domingos. Morou lá durante oito anos e é natural de Cuiabá – MT. Considero importante dizer que os mato-grossenses, independente de seu local de nascimento,

²² Trabalhador que extrai a poaia durante o período chuvoso.

são genericamente considerados pela maioria dos entrevistados em Sorriso (principalmente do núcleo principal) como cuiabanos. O prefeito de Sorriso, por exemplo, é natural de Nortelândia e alguns dos entrevistados do núcleo central afirmaram que ele se identifica com os moradores 'da periferia' por ser cuiabano. (2002, p. 51, grifo da autora).

Estes exemplos demonstram a distinção feita entre os nascidos em Mato Grosso e os migrantes. Por isso o local de nascimento ou de origem é usado para marcar diferenças entre as identidades. Ao referir-se aos entrevistados do núcleo central da cidade de Sorriso Regiane C. Custódio está fazendo menção a um perfil de pessoas que ocupam aquele espaço, trata-se geralmente de migrantes da região Sul do país que vieram para Mato Grosso a partir do final da década de 1970.

Mato Grosso era um Estado muito grande e pouco habitado, sua pequena população até a década de 1970 concentrava-se em Cuiabá. Os núcleos de colonização como o de Tangará da Serra recebiam pessoas de todas as regiões do país, por isso os *pioneiros*, fazem questão de distinguirem entre o “nós”, migrantes, colonizadores ou *pioneiros*, e o “eles”, os mato-grossenses, os cuiabanos. Diferenciação que, obviamente, não é natural e sugere uma hierarquização. Isso faz do pioneirismo um discurso de poder.

Já mencionado anteriormente o senhor Jovino S. Ramos é uma figura interessante, sendo antigo morador de Barra do Bugres é muito conhecido e conhecedor de sua cidade. Foi secretário da Prefeitura na gestão que antecedeu a emancipação de Tangará da Serra, participou das tentativas da Prefeitura em melhorar a cidade para não mais perder moradores para Tangará, presenciou as provocações entre os moradores das duas localidades antes da emancipação, é autor de artigos, poemas e um livro sobre a história de Barra do Bugres. É também presidente do Centro de Tradições Mato-grossenses em Barra do Bugres e depoente que contribuiu para este trabalho.

Jovino S. Ramos evoca a nacionalidade como o teto sob o qual todos são acolhidos. A identidade nacional é o elemento de união, o ponto comum entre as diferentes identidades

regionais que entraram em conflito no processo de colonização de Tangará da Serra. Nesse sentido Stuart Hall afirma que as “diferenças regionais e étnicas foram subordinadas sob o teto político do Estado-nação.” (1999, p. 49). É exatamente este aspecto da cultura nacional que Jovino S. Ramos evoca em seu livro.

Tão importante como respeitar esse direito é a obrigação de saber conduzir a sua consecução dentro das normas de sabedoria e prudência necessárias para evitar o extrapolamento ao lado negativo representado pela agressão a nossa origem comum, a nossa brasilidade.(RAMOS, 1992, p.83)

O próprio senhor Jovino narra em seu livro alguns conflitos entre moradores das duas cidades, mas tenta mediar essas tensões entre identidades assumindo uma explicação em que não precise se posicionar claramente contra os *pioneiros*, *colonizadores*, porque, de fato, Tangará da Serra alcançou um desenvolvimento urbano maior que o de Barra do Bugres. Mas, por outro lado, também não poderia ignorar o problema, não reconhecendo a existência do preconceito contra os mato-grossenses. Para esse fim a apaziguadora presença da identidade nacional é evocada na tentativa de explicar que os *pioneiros*, ao defenderem seus interesses, colocaram sua “identidade regional” acima da origem comum a todos, a brasilidade. Mais de uma década e meia depois da publicação de seu livro Jovino S. Ramos reitera sua posição mantendo sua forma de explicação sobre o passado dessas duas cidades e suas diferenças em entrevista ao autor em 2008.

Então esse pessoal que chegou. Você é mato-grossense, ou o que, que você é? [pergunta ao entrevistador] – eu sou paranaense. Esse pessoal já veio com outra compreensão, eles já conhecem o progresso, eles sabem que um pedacinho de terra pode valer a vida deles. O mato-grossense não conhecia isso. Mato-grossense escolhia onde queria morar. Então você vê que é uma mentalidade natural. O caboclo dizia assim. Se eu tiver um lugar pra morar e viver, o que mais que eu quero? Então falam, ah mato-grossense é preguiçoso! Não é preguiçoso. O mato-grossense é valente, sempre foi valente, senão ele não agüentava sobreviver nesse sertão todo esse tempo sem progresso. Então, não é por ser mato-grossense, mas eu contesto essa idéia de que mato-grossense é preguiçoso. Não é questão de ser preguiçoso, tinha tudo!

Jovino justifica que “não é por ser mato-grossense”, mas não aceita a idéia dos mato-grossenses serem vistos como preguiçosos. Segundo ele os mato-grossenses natos têm uma “mentalidade natural”, não conheciam o progresso, e por isso tendiam a uma vida baseada na subsistência. Certamente, por diversas vezes, Jovino sentiu recair sobre si e seus concidadãos a acusação de indolência. Por isso tanto no seu livro, publicado em 1992, quanto na entrevista, em 2008, Jovino deixa a impressão de estar na defesa, protegendo-se de um discurso que o ataca, que o acusa.

Essas diferentes formas de se relacionar com o ambiente, esses diferentes estilos de vida provocaram uma tensão que colocou em pólos opostos os antigos moradores e os *pioneiros* colonizadores. Os *pioneiros* “naturalmente” assumem posições, como sujeitos que são, de um dado contexto histórico e social, criam suas representações, armazenam e narram suas memórias e assim vão dando forma, ainda que não definitivamente, à sua identidade.

No nosso entendimento, a tensão “naturalmente” resultante de processos como esses, foi potencializada pelos autores que trabalharam o assunto. Como veremos detalhadamente no segundo capítulo, ao contarem suas histórias, em vários momentos, a narrativa desses autores assume sem reservas o discurso de seus depoentes, os *pioneiros*. Os relatos de memória colhidos como fonte para pesquisa são operações discursivas que constroem discursos sobre o passado, ao contrário do que aparentam ser, num primeiro olhar, eles não são fragmentos sólidos e estáticos desse passado, mas são o que Jacques Le Goff chama de monumentos e assevera que é “preciso reconhecer em todo documento um monumento.” (1996, p.545), portanto podem ser desconstruídos. As produções sobre o passado não são neutras, pois têm a pretensão de contar como “realmente foi”, são discursos que constroem interpretações e representações reproduzindo, assim, discursos excludentes e preconceituosos que reivindicam

e afirmam identidades por meio da relação antagônica identidade/diferença, que é sempre problemática.

Ao contrário de Jovino os pesquisadores que produziram a partir de Tangará da Serra optaram por reproduzir o discurso do pioneirismo ao invés de desmontá-lo, criticá-lo. Poderiam ter escolhido demonstrar as tensões e a hierarquia de valores presentes nele, no entanto, não só as ampliaram como também desconsideraram a possibilidade dos moradores de Barra do Bugres sentirem-se invadidos pelo movimento de colonização. Preferiram assumir a explicação que vinham de suas fontes, segundo a qual os barra-bugrenses tentavam impedir o desenvolvimento de Tangará da Serra porque eram preguiçosos e não tinham disposição para o trabalho que não fosse extração vegetal. Na relação entre Tangará da Serra e Barra do Bugres uns são desqualificados para que as qualidades do outro se destaquem, é em meio a esse jogo de representações que as identidades são construídas e transformadas.

1.5 Identidades em evidência: da Feira de Amostras à fábula da emancipação

Desde o princípio os moradores de Tangará da Serra souberam jogar com as representações. Atualmente em vários Estados brasileiros existem grandes feiras agropecuárias, em Tangará da Serra desde antes da emancipação havia a Feira de Amostras. Esta feira foi anualmente realizada entre os anos de 1967 e 1972. Segundo Carlos E. de Oliveira (2002) a feira era um evento onde os agricultores de Tangará da Serra expunham os resultados de suas produções, demonstrando, dessa forma, a fertilidade da terra e o que era

possível retirar dela com seu trabalho. O objetivo da feira não era vender os produtos, mas a imagem deles, a intenção era divulgar a fertilidade das terras.

Na feira eram expostos os produtos da agricultura local que se destacavam por terem tamanho e qualidade superiores a média. Além dos produtos agrícolas cada barraca colocava a disposição dos visitantes pratos típicos de seu Estado de origem. A Feira de Amostras instalava-se em barracas cobertas com folhas de coqueiro ou lona plástica onde, além da exposição dos produtos agrícolas eram vendidas comidas típicas de diferentes Estados e regiões.

O senhor Joaquim José Goulart, em entrevista ao autor (2008), lembra que “todos os povo de cada Estado que tinha apresentava suas cultura né. Inclusive as comidas né, cada um é dum jeito, no caso nosso a comida mineira era uma né.” Pratos salgados, doces e bolos podiam ser encontrados nas barracas que representavam o Estado de origem dos diferentes grupos de migrantes. As barracas da feira eram enfeitadas com as bandeiras dos Estados de cada expositor e identificada por faixas com os nomes de seus respectivos Estados. Mais que a exposição de produtos, a feira era o lugar onde se expunham os sujeitos.



Figura 3 – Feira de Amostras - Acervo Centro Cultural, sem autor, década de 1960 [70]. Reprodução, disponibilizada em formato digital²³

A fotografia acima é a visão do ambiente da Feira de Amostras descrito por Carlos E. Oliveira (2002) e pelo senhor Joaquim J. Goulart em sua entrevista (2008). Trata-se de uma fotografia em preto e branco que mostra um ambiente de festa tipicamente do interior, com várias pessoas, adultos e crianças. O foco central da imagem é uma barraca de festa, em formato retangular onde em cada uma de suas extremidades há um mastro sustentando as bandeiras dos Estados dos expositores. Lê-se facilmente na imagem que a barraca fotografada pertence a migrantes que representam a cultura pernambucana. Como está perpetuada na imagem fotográfica a presença das culturas regionais, também na feira eram marcadas e manifestadas as identidades de cada região. As comidas, as bandeiras e as faixas são os pontos de marcação dessas identidades. As faixas e as bandeiras não têm apenas o sentido de anunciar ou indicar a oferta de pratos típico de determinado Estado, mas têm a função de

²³ As fotografias do acervo do Centro Cultural Municipal foram disponibilizadas em formato digital, por isso têm dimensões variadas. Esse acervo é composto quase que totalmente por reproduções e não dispõe de dados como; data, dimensões do documento ou nome do autor.

manifestar a presença desses migrantes, suas identidades e o espaço que ocupam nessa pequena sociedade.

O recém formado núcleo urbano era composto por famílias vindas de vários Estados cujo regionalismo cultural estava representado na Feira de Amostras: alagoanos, pernambucanos, gaúchos, paulistas e mineiros, entre outros.²⁴ Essa manifestação de pertencimento a uma dada identidade permite que o sujeito se posicione dentro do grupo, e seu grupo em relação aos outros grupos. São essas culturas regionais, expostas e comemoradas durante a feira, que formam a base da população, é essa amalgama cultural que vai promover a emancipação política de Tangará da Serra, porém sob a identidade de *pioneiro*. Sendo assim, considerando a identidade nacional como teto político, seguindo a explicação de Stuart Hall (1999), o pioneirismo está para a identidade dos moradores de Tangará da serra como a identidade nacional está para os Estados Nacionais.

É importante salientar que havia em Tangará da Serra o desejo de emancipação desde vários anos antes da concretização dessa vontade. Segundo Jovino S. Ramos (1992) o anseio por emancipação em Tangará da Serra ganhou força e evidência a partir dos dois últimos anos da década de 1960, quando cogitou-se a possibilidade de transferir a sede no município para Tangará. O prefeito de Barra do Bugres na época era José Amando, que administrou a cidade de 1970 a 1973. Amando era simpático a causa dos tangaraenses e gozava de prestígio entre eles. Em entrevista ao autor (2008), Jovino S. Ramos afirma que a possibilidade de transferência da sede era resultado de uma preocupação do Governo Militar com municípios fantasmas, criados somente para receber verbas do Fundo de Participação dos Municípios. Mas isso não passou de cogitação e boataria. Segundo Jovino essa possibilidade era remota, mas ganhou significado e fez o prefeito de Barra do Bugres perder prestígio na sede e

²⁴ Outras fotografias do mesmo arquivo mostram barracas com faixas onde se pode ler o nome de outros Estados brasileiros.

conquistá-lo em Tangará da Serra. Foi aí o início do acirramento das indisposições entre a sede e o distrito.

As desavenças entre Tangará da Serra e Barra do Bugres iniciaram-se com a chegada dos primeiros colonizadores e culminou com a emancipação política de Tangará em 1976. A sede não desejava a emancipação de seu distrito, mas quase nada podia fazer para evitar que isso acontecesse. Pouco tempo antes da emancipação os barra-bugrenses atribuíram aos tangaraenses um apelido, por morarem acima da serra e para lá terem que subir com dificuldades passaram a ser chamados de macacos. Em contrapartida os tangaraenses apelidaram os de Barra do Bugres de tatu, por morarem embaixo. Com isso as identidades ganharam representações alegóricas com os animais e seus respectivos significados, “animais” que são sujeitos; falam, constroem representações, se acusam e se depreciam mutuamente. É fábula da emancipação.

Jovino S. Ramos, em entrevista ao autor (2008), conta que se lembra dos apelidos e narra um episódio em que no encerramento da campanha eleitoral do ano 1973, por ocasião do último comício, muitas pessoas de Tangará da Serra foram à Barra do Bugres em apoio a Antonio Porfírio de Brito, candidato apoiado por José Amando, então prefeito de Barra do Bugres e incentivador da emancipação. Segundo ele os acontecimentos se deram da seguinte forma:

No comício final tinha dois palanque, tinha um ali na Marechal e tinha outro no Maracanã. Eu não sei onde que tava o comício do Antonio Porfírio, esses dois comício, já começo mal daí né. E tangaraense desceu em massa para cá, ali tem uma baixada né, tem um córrego, uma ponte, ali o nego pegava o outro e era tijolada, era tudo, briga, briga, briga. Barra-bugrense quando viu aquele contingente ficou meio encrespado né, o que que essa turma quer aqui? Eles vieram no comício né. Tem o direito, aí começa aquela discussão, xinga um, xinga outro deu briga, briga, briga. Ainda bem que não teve morte, só teve gente ferida, mas a coisa fico. Amando perdeu a política.

Também Carlos E. de Oliveira (2002) conta que os tangaraenses assumiram o apelido de macacos e utilizaram essa figura quando das comemorações pela conquista da emancipação.

A representação dos animais não rompe com a concepção binária onde a identidade é construída em relação ao outro e mantém a classificação hierárquica estabelecida desde o início da relação entre os barra-bugrenses e os *pioneiros*. Com a independência política conquistada os tangaraenses representaram a distinção que sempre marcaram em relação a Barra do Bugres, utilizando-se dos animais e o lugar a eles atribuído, conforme descreve Carlos E. Oliveira.

No mês de maio de 1976, durante a festa da emancipação política, uma bandeira carregada por populares ostentava uma figura de um macaco em cima de uma árvore, segurando o rabo de um tatu; em forma circular estava escrito: *Chegou a vez do macaco mandar no tatu*. (OLIVEIRA, 2002, p. 164, grifo do autor).

A importância da religião para as cidades antigas estudadas por Fustel de Coulanges equivale à importância de compreendermos as lutas entre representações e as identidades culturais das cidades contemporâneas. Impulsionados pelo discurso nacionalista que pregava a necessidade de ocupar os “espaços vazios” os movimentos de colonização no século XX em Mato Grosso foram promovidos, primeiramente pela iniciativa estatal e depois por empreendimentos privados. Ambos modificaram profundamente a estrutura demográfica e fundiária da região, pois os movimentos de migração que ocuparam os espaços, até então, vazios ou pouco habitados promoveram a fundação de novas cidades e junto com elas surgiu também a tensão entre diferentes concepções de mundo, diferentes formas de ver o outro, enfim, diferentes identidades.

A divisão do Estado em 1977 promoveu em Mato Grosso um período de desenvolvimento econômico acelerado, provocando profundas mudanças em Cuiabá, que passou a ser considerada a cidade *Portal da Amazônia*. Todavia os migrantes que ocuparam Tangará da Serra passaram pela capital do Estado, mas não a tomaram como parâmetro para construção de uma nova cidade, tampouco Barra do Bugres ofereceu esse referencial. Ao contrário, foi interpretada como subdesenvolvida por seu modelo de exploração extrativista. O

lugar precisava ser colonizado, então instalaram-se ali e começaram a estabelecer as diferenças que faziam deles *pioneiros*, o conflito entre as identidades estava posto. A construção de representações e a forma como a história de Tangará da Serra tem sido contada, sob o signo do pioneirismo, por diferentes agentes e de diferentes formas é o que vamos ver nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

2 LEITURAS DA CIDADE

Ao fim a história é teoria, e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material.
Keith Jenkins

A história é feita a partir de documentos, a escola historicista recomendava-nos documentos escritos e sobretudo oficiais. Posteriormente os historiadores dos Annales sugeriram uma ampliação da noção de documento que resultou, na atualidade, em uma abrangência ainda maior da noção de fontes para a história. A originalidade e veracidade dos documentos não é mais uma das preocupações centrais da história. Uma vez livres da exigência de fontes primárias e oficiais apresentamos ao leitor neste capítulo um pouco da história já produzida sobre Tangará da Serra. Ou seja, como a história da cidade foi contada até então, ou melhor, como ela foi escrita e dada a ler. Com esse propósito analisamos alguns livros onde se pode ler sobre o passado da cidade. Não basta levar em conta o que já foi produzido, antes é necessário um esforço no sentido de entender como a história tem sido apreendida, como essas produções historiográficas são lidas. Se considerarmos a emergência de sites, revistas não científicas especializadas em história e o crescente interesse por biografias não seria exagero afirmar que o interesse pelo passado, e intrinsecamente pela história, cresce a cada dia. Esse crescimento da demanda por história exige a produção e a circulação para que haja acesso e aprendizado.

Numa cidade de colonização recente como Tangará da Serra o início da história não está distante do tempo presente, alguns eventos importantes como a emancipação política, por exemplo, chega a ter menos tempo que a vida de muitos moradores. Todavia, independente do distanciamento, há uma demanda pelo passado e esse público consumidor de textos históricos em Tangará é formado principalmente por alunos do ensino fundamental e médio, que instigados por seus mestres vão a procura de livros de história sobre a cidade. Além dos colegiais, também, aos candidatos que concorrem em concursos ou testes seletivos promovidos pelo serviço público é exigido conhecer a história da cidade e do Estado, por isso a demanda é constante e crescente.

Apesar da presença dos *pioneiros*, portadores vivos da memória, não é possível recorrer a estes para que nos narrem o passado. A demanda, seja de alunos da educação básica ou de qualquer outro público, exige um conhecimento histórico sistematizado, escrito e de preferência conciso. Quem precisa saber sobre o passado tem que recorrer, então a uma biblioteca. Poucas pessoas têm sua própria bibliografia sobre a história da cidade, isso pode ser afirmado sem muito esforço de pesquisa, basta procurar uma das livrarias da cidade e perguntar sobre os títulos disponíveis sobre a história de Tangará. Não há nessa cidade mais que dois títulos à disposição do leitor interessado pelo tema, de modo que o interessado acaba recorrendo às bibliotecas públicas. Em Tangará da Serra, com exceção das bibliotecas escolares, com seus acervos diminutos, tem-se apenas dois endereços à disposição do leitor interessado por sua história. A biblioteca da Unemat²⁵, que fica fora do perímetro urbano e a Biblioteca Pública Municipal, no centro da cidade. Seguindo nas mesmas trilhas dos estudantes vamos à procura da história contada pelos livros.

²⁵A Unemat, Universidade do Estado de Mato Grosso. É uma instituição do governo estadual que tem onze campi espalhados por todo o Estado. O campus de Tangará da Serra fica fora do perímetro urbano, distante sete quilômetros do centro da cidade. Por isso sua biblioteca é utilizada quase que exclusivamente por alunos da universidade.

Na principal avenida da cidade há uma praça com árvores e canteiros e no centro dela um grande prédio de apenas um pavimento, é o Centro Cultural, lugar que abriga a Biblioteca Pública Municipal. Esse é o endereço mais apropriado para se ler sobre a história de Tangará da Serra. Ao entrar por uma porta de vidro vê-se um salão com mesas, cadeiras e computadores, à esquerda de quem entra uma porta larga dá acesso ao acervo. Estantes de aço acomodam muitos livros e, naturalmente, os livros de história estão entre eles, mas há uma particularidade, os livros que contam a história da cidade não ficam junto com os demais livros de história, estes ficam numa estante próxima a porta, nas prateleiras mais acessíveis.

Não muito diferente das livrarias a diversidade na biblioteca também não oferece muitas opções, contudo o leitor é apresentado a no mínimo quatro títulos, sendo dois desses do mesmo autor. Desses quatro, dois são trabalhos acadêmicos, dissertações de mestrado que posteriormente foram publicadas em forma de livro. Um deles é um compêndio de artigos anteriormente publicados em jornais e acrescido de poemas. Por último, o mais lido de todos é um livro feito sob encomenda para a Prefeitura Municipal, na administração do prefeito Jaime Luiz Muraro. Deste não se tem acesso ao original. Tamanha a procura por esse livro que a biblioteca solucionou o problema da falta de exemplares,* e de eventuais danos à publicação original, copiando o material e disponibilizando apenas as cópias. Como faz o público não especializado vamos começar pelo que já se produziu sobre o passado de Tangará. Este capítulo é o resultado de leituras e o que dela conseguimos apreender, um aprendizado possível transformado no texto a seguir, uma história da história da cidade.

2.1 Primeira leitura

Começamos pelo livro mais lido. O livro tem encadernação bem acabada, feito em tamanho A4, com capa dura e ricamente ilustrada com fotografias. Seu título é *Tangará da Serra, sua terra, sua gente*. Não há no livro muitas informações sobre o autor, seu nome é Milton Rozeira e, diferentemente dos outros, este não é um pesquisador acadêmico e nem um antigo morador da cidade. A ficha catalográfica indica que o livro foi produzido no Estado do Paraná em 1999. No cabeçalho, em todas as páginas, lê-se a frase *Projeto Resgate Histórico* emoldurada por duas imagens do passaro tangará, uma em cada canto da folha. Logo na introdução o autor explica que o *Projeto Resgate Histórico* é uma ação do Governo Municipal, a quem o texto de Rozeira não poupa elogios, destacando a iniciativa do prefeito, do vice-prefeito e de seus secretários, como exemplifica o trecho a seguir. “A iniciativa dos administradores em recuperar suas raízes é louvável, pois se sabe que um povo sem memória jamais atingirá objetivo algum.” (ROZEIRA, 1999, p. 3). O objetivo do trabalho e o discurso explicitado no texto de Milton Rozeira é o de promover o “resgata a história”, talvez do esquecimento e da corrosão provocada pelo tempo, esse “resgate” se dá com a preservação da memória livrando a cidade de ser um lugar cujo povo é “sem memória.” Ao mesmo tempo que justifica as razões e a importância de seu trabalho o autor liga o passado, lugar evocado pela memória, à imagem do prefeito promotor e financiador do livro²⁶.

Dessa forma, sem maiores explicações, o texto associa o prefeito e outros políticos aos *pioneiros* que, segundo narra o livro, lutaram para construir a cidade. De igual forma o texto de Milton Rozeira não mede elogios à cidade, de forma ufanista afirma que “Tangará da Serra é a capital do Médio-norte mato-grossense, uma rica região.” (1999, p. 6). Parece não fazer

²⁶O fato do autor desse livro não ser morador da cidade, o livro ser editado em outro Estado e o amplo espaço no livro dedicado ao prefeito e seus feitos políticos nos leva a entender que o livro tenha sido produzido sob encomenda para a Prefeitura.

muita diferença para o autor do texto o fato do prefeito, contemporâneo a publicação, estar distante trinta anos, ou mais, dos primeiros colonizadores. Num exercício anacrônico ambos são colocados no mesmo patamar, na tentativa de atribuir aos diferentes atores o mesmo status.

Os *pioneiros* são apresentados como homens valentes que venceram as dificuldades do sertão, nesse sentido os adjetivos se multiplicam na construção da imagem desses “heróis do passado”, os fundadores da cidade. A exemplo de outros trabalhos o livro de Milton Rozeira contribui para criar, ou no mínimo reforçar, no imaginário popular, a imagem do *pioneiro* como bandeirante. Aos migrantes que, principalmente, a partir da terceira década do século XX começaram a ocupar as regiões centrais do país, até então desabitadas por homens brancos, foi atribuída a imagem do bandeirante devidamente resignificada. Estes são os neobandeirantes. Antes de continuarmos com a leitura/análise do Trabalho de Milton Rozeira faz-se necessário algumas observações a respeito da construção do conceito de neobandeirante.

O neobandeirantismo é uma construção discursiva que tem, naturalmente, como referência os bandeirantes. Exploradores dos sertões brasileiros que no período colonial formavam expedições chamadas bandeiras que partiam de São Paulo para o interior do território, esse trabalho dos bandeirantes contribuiu para o aumento dos domínios portugueses dando nova configuração ao território brasileiro de então. Todavia esse novo bandeirante não carrega as más características de seus predecessores, ao contrário, apenas as qualidades são evocadas para essa nova roupagem de explorador. A valentia é a principal das características evocada do antigo bandeirante, enquanto outras são escamoteadas como por exemplo a ambição exagerada, e a violência usada contra as populações autóctones.

O discurso que constrói esse herdeiro dos bandeirantes limpa-os de todo o pejo próprio daqueles homens violentos e gananciosos do passado, apesadores e matadores de índios.

Esses bandeirantes do século XX representam o homem civilizado, destemido e com muita vontade para o trabalho, ele é por natureza colonizador, é o indivíduo que vem não apenas ocupar, mas para civilizar lugares inóspitos, atribui-se a esse novo bandeirante o processo civilizador que ocupou as regiões centrais do país, o chamado Brasil Central²⁷, na década de 1940, (VILLAS BOAS, 1994). Apesar da nova roupagem o neobandeirante manteve uma marca dos homens do século XVII e XVIII, que é constantemente evocada, ele é essencialmente paulista.

Antonio Celso Ferreira (2002) em seu livro *A epopéia bandeirante* nos mostra como, desde o fim do século XIX, a imagem do bandeirante começou a ser recuperada dentre os arquivos do passado e reinterpretada na construção do discurso do paulista neobandeirante. Textos diversos, de almanaques a romances históricos, contribuíram para glorificação do passado bandeirante de São Paulo. Preocupação própria do início do século XX, essa busca no passado tinha como uma de suas funções encontrar solução para uma crise de identidade. A idéia de que o Brasil era formado por uma miscelânea de raças (ORTIZ, 1994) era considerado um problema. O atraso e subdesenvolvimento eram defendidos abertamente por diversos pensadores, entre eles Monteiro Lobato, como resultado da formação étnica do país, (GOMES, 2004). A “teoria” da convivência harmônica entre negros, índios e brancos e a miscigenação dessas três raças seria a causa das mazelas e do atraso econômico e cultural do país, por isso, a busca por uma identidade nacional.

A Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo no ano de 1922 foi um marco para o ingresso do Brasil na modernidade, esse movimento de artistas e intelectuais entendia que o Brasil deveria ter seus próprios padrões para as artes abandonando os padrões ditados pelo mundo considerado desenvolvido, sobretudo o europeu. Ao contrário da modernidade

²⁷ Em 1943 o Governo Vargas fundou uma autarquia a fim de incentivar a colonização de regiões desabitadas na Amazônia e no Centro Oeste, nomeando-a como Fundação Brasil Central.

européia que em sua época opôs-se às tradições, principalmente a herdada das sociedades clássicas, no Brasil a modernidade vai em busca de uma tradição, a idéia era que não poderíamos ser herdeiros apenas de criminosos degredados e escravos jogados aqui pela coroa portuguesa (FERREIRA, 2002).

Contrariando a idéia da má formação da “raça” alguns modernistas buscavam uma identidade para o povo brasileiro por outro viés que não o da eugenia. Com esse objetivo alguns partiram para o interior do país na intenção de conhecer melhor a própria pátria, compreender nossa formação étnica e cultural e assim valorizar a cultura brasileira (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999). Contudo, os modernistas não formavam um grupo coeso, os partidários do *verdeamarelismo* levavam ao exagero o regionalismo paulista, ignorando outras regiões consideravam a cultura paulista como ideal para todo o país, a legítima brasilidade. É nesse contexto que o bandeirante é recuperado do passado como a síntese da “raça brasileira”. Apesar de ser o resultado de uma mistura étnica, o bandeirante não era danoso, mas ao contrário, fortalecia a raça brasileira. Sendo ele herdeiro do mameluco, era o brasileiro ideal, forte e trabalhador, isso somado ao determinismo que dizia ser o clima de São Paulo ideal para o progresso de um povo justificava a idealização e glorificação desse personagem do passado colonial. Re-significado, limpo das características ruins do passado e exaltados pela valentia esse novo bandeirante agrega o adjetivo de empreendedor. Além de valente o neobandeirante é também o investidor capaz de se lançar em novos empreendimentos de colonização. Assim está construído o discurso do colonizador ideal, o indivíduo perfeito para ocupar o Centro Oeste brasileiro.

A bravura do bandeirante do passado se traduz em empreendedorismo no século XX e é esse discurso que Milton Rozeira reproduz em seu trabalho sobre Tangará da Serra. A empresa colonizadora que iniciou a ocupação da cidade é formada por três sócios, todos paulistas. Dando ênfase a essa peculiaridade, o livro de Rozeira não apenas aceita, mas

reforça o discurso neobandeirante, descrevendo como tais os colonizadores dessa e de outras regiões de Mato Grosso. É preciso frisar que tanto em Milton Rozeira como em outros autores, na maioria das vezes, o termo neobandeirante é preterido em favor do termo *pioneiro*. Talvez isso ocorra para permitir que migrantes de outras regiões também se apropriem do status de neobandeirante. *Pioneiro* e bandeirante torna-se sinônimo, os dois termos alternam-se na designação da mesma figura, indivíduos diferentes, mas que representam o mesmo papel, o de herói e desbravador. Milton Rozeira associa a imagem do *pioneiro* com a do bandeirante para exaltar a intrepidez e o heroísmo dos paulistas, como a referência feita a um deles, o senhor “Damasceno Mozer, o *pioneiro*, um verdadeiro bandeirante em Tangará da Serra.” (1999, p.33). Segundo a ordem desse discurso é necessário que a imagem de colonizador, de desbravador destemido sirva para representar e acomodar diferentes migrantes, de todas as regiões do país. O autor não nega, ao contrário, descreve o grande número de migrantes vindos de outras regiões como, por exemplo, os paranaenses e os mineiros.

Construções discursivas como essa, que não é exclusividade de Milton Rozeira, dá a entender que o termo *pioneiro* permite uma abrangência no conceito de bandeirante, o alargando de forma que acomode outros regionalismos, além do paulista. A idéia de bandeirante é por demais paulista, talvez seja por isso os colonizadores se auto-definam como *pioneiros* ao invés de bandeirantes.

Dito isso sobre o heroísmo neobandeirante e *pioneiro* não é difícil entender o quanto é interessante para imagem do homem público ser associado aos *pioneiros* da cidade. Sendo assim quanto maior for a glória do *pioneiro*, maior será a sombra que abriga os homens no presente. Em outras palavras, a história é feita de narrativas sobre o passado, mas totalmente influenciada pelas relações do poder vividas no presente ou como prefere Durval M. de

Albuquerque Junior, a história, nossas leituras e narrativas sobre o passado são organizadas “visando atender alguma demanda de nosso próprio tempo.” (2000, p. 123).

Retomando a leitura do trabalho de Milton Rozeira vemos que, logo nas páginas iniciais, após exaltar os *pioneiros* e seus feitos vinculando-os ao prefeito, financiador da obra, o livro passa a apresentar algumas características de cada uma das cinco regiões do Brasil como clima, vegetação, relevo e outros dados geográficos. Junto a isso o texto apresenta também a infra-estrutura que a cidade oferece, falando de números de eleitores, arrecadação de impostos, escolas, universidades, agroindústrias, saneamento etc. Informações desse gênero dão ao livro características de enciclopédia. Após essas informações genéricas o texto volta-se novamente a abordar a história da cidade e passa a narrar os princípios da colonização de Mato Grosso, fala dos bandeirantes que chegaram no início do século XVIII, da descoberta das minas de ouro e da fundação de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Em poucas páginas passa-se por dois séculos de história e volta ao início do século XX quando passa a descrever as aventuras do Marechal Rondon em terras mato-grossenses. Uma figura muito importante.

Em 1956 o Território do Guaporé passa a chamar-se Rondônia em homenagem a Candido Mariano da Silva Rondon, ou simplesmente Marechal Rondon. O Marechal Rondon assume um papel importante nesse e em outros trabalhos sobre Tangará da Serra. Para uma cidade com menos de cinquenta anos de colonização e apenas trinta e três de emancipação política é necessário buscar no passado, o mais longe possível, os fundamentos de sua história. É uma forma de aumentar cronologicamente o passado ao passo que legitima a história da cidade ligando-a a eventos marcantes da história nacional. Para esse fim Rondon é perfeito, pois além de mato-grossense nato é um brasileiro ilustre. Homenageado com nome

de Estado e cidade²⁸, foi o fundador do Serviço de Proteção ao Índio, além de premiado no Brasil e no exterior.

Segundo Rozeira (1999) Rondon pisou essas terras por volta de 1906 quando atingiu a fronteira do Paraguai e da Bolívia instalando as redes e estações telegráficas. A passagem por terras onde hoje é Tangará da Serra aconteceu porque o projeto era ligar o Amazonas e o Acre ao sistema de telégrafo. O marechal era um intelectual de orientação positivista e antes de suas expedições foi professor do liceu cuiabano. Além das redes telegráficas esteve presente também na expedição Roosevelt e depois em uma expedição para inspeção de fronteiras. Por suas características a figura do Marechal é ao máximo aproximada do passado da cidade, vindo a fazer parte de sua história. Esse esforço em aproximar Rondon da história da cidade minimiza o fato de sua passagem pela região ser muito anterior às primeiras tentativas de colonização, o que ocorreu somente a partir do final de década de 1950.

Depois de Rondon o autor aborda apenas brevemente a presença dos poaieiros na região. Em seguida passa a narrar a instalação da empresa colonizadora, a questão das glebas que deram lugar a cidade. Logo passa a listar uma série de famílias que fizeram parte de uma grande onda migratória em 1963, vinda de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Esses são, segundo o autor, *os precursores*. Mais que o Marechal Rondon a chegada de migrantes tem grande importância no trabalho de Rozeira, sobretudo quando se trata das primeiras ondas migratórias, são esses os *pioneiros*, os primeiros.

Ao narrar a chegada dessas famílias o autor elenca vários nomes de *pioneiros* e suas respectivas ocupações. É importante e representativa a forma como os migrantes são apresentados. Além do nome os *pioneiros* são sempre apresentados por data de chegada e local de origem. A importância da data de chegada é marcar a posição de *pioneiro*, garantir

²⁸ Além do Estado de Rondônia o Marechal Candido Rondon inspira o nome de uma cidade no Estado do Paraná.

através desse marco cronológico que, de fato, ao referir-se ao indivíduo trata-se de um *pioneiro*. Outra função da data de chegada é determinar o nível de dificuldade enfrentada pelo colono. Por se tratar de um ambiente onde tudo estava por se fazer, com toda sorte de dificuldades e perigos, quanto mais antigo o colono, quanto mais dificuldades ele sofreu e superou, maior deve ser a recompensa por esse esforço. Nessa lógica a honra é proporcional às dificuldades.

O autor narra, ainda, um outro fluxo migratório, ocorrido após 1965, e continua a narrar as dificuldades na ocupação da terra, dando ênfase à falta de estradas. O diferencial é que desta vez o texto não dá ênfase a nenhum colono em especial, apenas narra episódios da vida cotidiana sempre dando importância à data de chegada como, por exemplo, o caso do senhor “Sebastião Caetano, *pioneiro* de 1963 que com dor de dente viajou durante 20 dias até Cuiabá”. (1999, p. 39). Exemplos como esse repetem-se mantendo ao longo do texto a mesma forma de apresentação desses atores. Fica evidenciada a importância que se dá à data de chegada, que torna-se nesse discurso um marco definidor de dificuldades e a garantia de que o colono poderá ser contado entre os *pioneiros*.

Do terceiro capítulo em diante o autor aborda apenas mais um tema relevante do passado da cidade. O episódio da *febre*. Um surto de febre que se abateu sobre a cidade no início da década de 1970. Narrado esse fato o autor volta a fazer referência às personalidades políticas contemporâneas empregando para esse fim mais de vinte páginas. Discorre sobre as leis que instituem os símbolos municipais e faz uma breve apresentação dos prefeitos anteriores. Alguns dos governantes anteriores são apenas mencionados enquanto o governo contemporâneo à publicação é referenciado em detalhes, com fotografias da família do prefeito, do vice-prefeito e de alguns secretários. O autor menciona o financiador de seu trabalho no início e no fim do livro, fazendo encaixar no mesmo contexto a figura do prefeito e as personagens históricas. Após várias páginas dedicadas à propaganda política, o texto

passa a fazer o que seria uma divulgação do município, apresentando informações como festas, clubes de serviço e centros tradicionalistas com sede local, além de dados sobre o esporte e o comércio. Essas informações aparecem misturadas a outras relativas ao passado como, *os ciclos econômicos da madeira e do café*, que são apresentadas com o objetivo de justificar as potencialidades e o desenvolvimento do município. Feito isso o autor expõe alguns dados estatísticos que não merecem maior análise e encerra o livro.

2.2 Segunda leitura

O segundo livro, *Tangará da Serra: nova fronteira agrícola e sua urbanização*, foi concebido originalmente como uma Dissertação de Mestrado, defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - UNB. Aires José Pereira, o autor, é graduado em Geografia e antigo morador da cidade. Portanto, além de ser um pesquisador acadêmico conhece a cidade de forma empírica.

O trabalho foi publicado como livro no ano 2000 com apresentação escrita pelo secretário municipal de educação, a despeito do tema principal da pesquisa ser geografia, da formação do autor e de seu vínculo acadêmico, a apresentação do livro frisa sua importância histórica da seguinte forma, “tem ao mesmo tempo uma função didática, pois que poderá ser utilizado nas escolas, e uma função histórica” (PEREIRA, 2000, p. 01). O curto texto da apresentação revela tratar-se de mais um trabalho financiado, e conseqüentemente, sob a influência do Poder Público. Mostra também que, de fato, há uma demanda por livros de história como afirma o Secretário de Educação.

Apesar da proposta do autor não ser de fazer história, o trabalho leva em conta o contexto histórico onde ocorrem as transformações no espaço geográfico. Esse livro não é tão procurado pelos leitores quanto o primeiro, talvez isso deva-se à linguagem acadêmica do texto, pouco atraente para o público que é basicamente formado por estudantes da educação básica. O Secretário encerra a apresentação agradecendo ao prefeito²⁹ pelo estímulo à produção literária.

O livro é dividido em cinco capítulos que por sua vez se dividem em subtítulos. Depois da introdução a primeira preocupação do autor é com a localização de sua pesquisa. São dadas as coordenadas geográficas, altitude média, clima e a região do Estado onde a cidade localiza-se, a região Sudoeste. Porém, ainda no mesmo parágrafo o autor afirma que o município “É também polarizador da região Médio-norte do Estado.” (2000, p. 11). Por que um geógrafo, para quem a localização física de seu objeto é bastante importante, apresentaria a cidade como pertencente a duas regiões ao mesmo tempo sem explicar os motivos de tal definição espacial? Mais adiante retomaremos esse assunto no item *A Região*.

Feita a devida localização da cidade no Estado e na região, o texto apresenta alguns dados do município como: agroindústria, postos de atendimento de saúde, rodovias, abastecimento de água, fornecimento de energia, universidades, atividades culturais etc. Essas informações dão um aspecto de divulgação, uma espécie de propaganda da cidade, uma vez que não são exploradas como objeto de análise pelo pesquisador.

Aires José Pereira inicia o segundo capítulo com a afirmação de que só é possível compreender a cidade “através de seu resgate histórico”(2000, p.19). O autor começa, então, o seu “resgate” pelo final do século XIX quando exploradores subiram o rio Paraguai atingindo a confluência com o rio Bugres onde foi fundada a cidade de Barra do Bugres. Esses

²⁹ O prefeito é o senhor Jaime Luiz Muraro, o mesmo que no ano anterior patrocinou o livro *Tangará da Serra, sua terra, sua gente*.

exploradores extraíam a poaia, que foi o primeiro e mais longo ciclo econômico de Barra do Bugres superando a borracha e a madeira. Ao tratar da economia de Barra do Bugres o texto dá ênfase ao fato de que sua economia foi, desde o princípio, baseada no extrativismo vegetal, ou seja, um modelo econômico onde os produtos não são produzidos sistematicamente em lavouras ou rebanhos.

Ainda sobre esse tema o autor dedica um tópico sobre o modelo extrativista onde é destacado o trabalho do poaieiro, que entrava na mata para colher os arbustos. Esse trabalhador é comparado ao bandeirante por corajosamente adentrar os sertões, e, além da valentia, o autor destaca a exploração do trabalhador por seus patrões. Apesar do trabalhador ganhar aqui status de bandeirante o modelo extrativista é desqualificado quando o autor afirma que “a eles pouco importa se no futuro não vão ter como sobreviver dessa mesma atividade extrativa.” (2000, p. 21). Afirma ainda que o extrativista não tem consciência da depredação ambiental. Todavia o foco principal dessa narrativa não é o trabalhador, este é apresentado como explorado, vítima do modelo econômico. A mesma análise é feita sobre os indígenas, que também trabalhavam com a poaia. O foco está no sistema produtivo que é desqualificado pelo autor.

Na seqüência o texto passa a tratar da decadência do modelo extrativista. Segundo Aires José Pereira tal declínio se deu por dois motivos principais: primeiro porque o mercado internacional da borracha entrou em crise, segundo porque os *patrões da poaia*³⁰, como eram chamados os empresários que exploravam e vendiam o produto, perderam a hegemonia de mercado. Isso se deu porque o comércio descentalizou-se com o advento de rápidas embarcações movidas por motores de popa, permitindo que atravessadores negociassem o produto diretamente com os exploradores, em diferentes pontos ao longo do rio Paraguai,

³⁰ Esses patrões da poaia eram os financiadores das expedições de exploração, forneciam armas, munições e todos os viveres necessários, ajudavam também no sustento da família do trabalhador. Ao final do período de extração o poaieiro normalmente ficava devendo ao patrão, dessa forma gerava-se vínculo e dependência.

(2000, p. 23). Explicadas as causas da decadência econômica o texto fragmenta-se em vários subtítulos abordando assuntos diversos, por vezes perdendo a coerência cronológica e temática.

Dessa forma o autor passa por pontos importantes da história da cidade, o episódio da “Febre” é um deles. Sobre esse acontecimento existem duas versões, e o ponto em comum entre elas é o de que muitas pessoas morreram. Diferente de Milton Rozeira, baseando-se em relatos orais, Aires J. Pereira analisa as duas versões para esse evento que ele prefere chamar de *Malária em Tangará*. O surto cujo principal sintoma era uma forte febre abateu-se sobre a comunidade de Tangará da Serra no ano de 1970 e estendeu-se até o ano seguinte. Em depoimento, a primeira prefeita da cidade, Thais Barbosa, na época enfermeira, afirma tratar-se de uma variante de malária. A segunda versão, defendida por um dos depoentes entrevistados por Pereira, afirma ser a causa da febre um envenenamento causado por uma fazenda que pulverizou a mata com herbicida, com a chuva o veneno contaminou os rios atingindo a população.

Segundo Aires J. Pereira (2000) essa versão seria pouco defendida pela falta de provas e pelo poder econômico representado pela fazenda. Nem a causa ou o número de mortes podem ser precisados, muitos eram enterrados em cemitérios irregulares devido ao provável contágio.

Além das muitas mortes o saldo da febre que se pode ter certeza é a eleição para a prefeitura tangaraense da enfermeira que cuidou das vítimas do flagelo e esposa do prefeito de Barra do Bugres, Thaís Barbosa, que elegeu-se com 95% dos votos alguns anos depois, tornando-se a primeira prefeita de Tangará da Serra.

Após narrar o evento da “Febre” o autor retoma a questão do extrativismo em Barra do Bugres e como este foi ultrapassado por um modelo moderno de produção agrícola e pecuária. Aires J. Pereira afirma que, ao contrário de Barra do Bugres, Tangará da Serra surgiu no contexto de ocupação do Brasil Central, que a exemplo de Brasília é moderna e nasceu a

partir de um “moderno modelo de produção do espaço rural” (2000, p. 28). Dessa forma o texto opõe as duas cidades destacando Tangará da Serra como moderna, a exemplo de Brasília. O sentido de modernidade evocado pelo autor ultrapassa a organização do meio urbano e refere-se à forma como Tangará da Serra produz riquezas, através de um moderno espaço rural. Enquanto Barra do Bugres é atrasada porque nasceu do extrativismo vegetal.

Na seqüência o autor dispõe uma série com diversos depoimentos de *pioneiros* entrevistados por ele mesmo. São relatos de dificuldades de naturezas diversas. Além do perigo de morte que assolou a região com a febre outras situações adversas perseguiram os *pioneiros*. As principais dificuldades são de transporte, por falta de estradas, e falta de gêneros industrializados, pois a princípio não existia comércio local. A subida da serra Tapirapuã aparece como um obstáculo em especial, que a princípio intransponível, foi sendo vencida aos poucos pelos *pioneiros*. Diversos relatos de memória fazem referência à serra representando-a como um entrave quase sobrenatural. Em meio a tantas dificuldades de ordem natural, narradas por Milton Rozeira, Aires J. Pereira apresenta também a oposição dos moradores de Barra do Bugres à colonização de Tangará da Serra como mais uma forma de dificuldade.

A hostilidade dos barra-bugrenses é narrada pelo autor com base em um depoimento de Wanderley Martinez, dono da empresa colonizadora³¹, que acrescenta a inveja dos moradores mais antigos na lista de dificuldades enfrentadas pelos *pioneiros*.

Houve muita dificuldade, principalmente com o pessoal de Barra do Bugres que tinha muita inveja. Eles não faziam exploração comercial de nada, não plantavam lavoura, só exploravam a poaia. Derrubando as matas para o plantio acabava com a renda deles. (PEREIRA, 2000, p. 31).

No mesmo sentido desse depoimento, na página seguinte, Aires J. Pereira transcreve a fala de outro *pioneiro*, o senhor Anfilóbio Chagas Barbosa, que afirma o seguinte, “o povo

³¹ Sociedade Imobiliária Tupã – SITA. Empresa colonizadora que executou os projetos rural e urbano de Tangará da Serra.

daqui era igual o povo de São Paulo, tinha vontade de trabalhar e progredir.” (2000, p. 32). Apesar de dividido em cinco capítulos os dois primeiros atingem quase a metade do livro, não é exagero considerar os trechos dos depoimentos transcritos acima como o centro a partir do qual se constrói a narrativa da primeira metade do livro.

Os dois primeiros capítulos com suas muitas divisões desenham duas cidades distintas, opostas entre si. Ao ler o trabalho de Aires J. Pereira vemos, por um lado, um lugar que representa o atraso e a indolência, por outro vemos o trabalho e o progresso. Ao analisar o extrativismo em Barra do Bugres, Aires J. Pereira conclui que os seus moradores não tinham consciência da depredação ambiental, pois um dia a mata não mais ofereceria seus produtos devido à extração que sofria, mas, ao contrário, não reconhece como destruição do meio ambiente a derrubada total da mata provocada pela implantação do projeto de colonização de Tangará da Serra. Fica nítida a intenção em desqualificar Barra do Bugres, talvez para dar ênfase ao empreendedorismo dos *pioneiros* ou ainda para legitimar o processo de emancipação, que foi conturbado.

Aires J. Pereira organiza os depoimentos de seus entrevistados de forma a opor não apenas os dois modelos de exploração, mas noções diferentes de civilização. No extrativismo não se planta, apenas coleta-se o que oferece o ambiente enquanto que no modelo de produção implantado em Tangará da Serra tem-se um espaço de produção sistematizado e moderno. Da forma como essas questões são colocadas o autor sugere não apenas falta de disposição para o trabalho por parte dos barra-bugrenses, mas que a estes foi imposta uma derrota os obrigando a adequarem-se ao novo e “moderno” modelo de produção implantado pelos *pioneiros* de Tangará da Serra. Na última frase do depoimento de Wanderley Martinez ele afirma, que “Derrubando as matas para o plantio acabava com a renda deles.” (2000, p. 31). Logo, entende-se que os colonizadores de Tangará estariam forçando Barra do Bugres a abandonar sua cômoda postura de extrativista, impondo, dessa forma, à sede do município o

fim do extrativismo e a adesão a um novo modelo de ocupação e produção. De igual forma Aires J. Pereira sugere também um modelo ideal de trabalhador, o paulista, sempre relacionado à figura do neobandeirante, explorador e empreendedor. Idéia justificada pelo depoimento do senhor Anfilóbio, “o povo daqui era igual o povo de São Paulo, tinha vontade de Trabalhar.” (2000, p. 32). O autor narra sua história assumindo o discurso do colonizador, seu depoente.

Os primeiros capítulos apresentam ao leitor uma cidade que surgiu da luta contra dificuldades naturais e contra o atraso que antes da chegada dos *pioneiros* impediam o desenvolvimento da região. De forma bairrista, Aires J. Pereira demonstra acreditar exageradamente em um desenvolvimento que se apresenta fantástico e que não gera desigualdades. Suas análises apresentam os *pioneiros* como precursores da modernidade para região ao passo que Barra do Bugres é descrita como uma sociedade quase pré-capitalista que vivia dos frutos da floresta. O antagonismo sugerido por ele é quase a oposição entre a civilização e a barbárie.

Os argumentos usados pelo autor para explicar a decadência do extrativismo vegetal em Barra do Bugres não esclarecem o suficiente a questão. A afirmação de que a borracha deixou de ser importante para esta cidade não é significativa. A extração da borracha ocorria na entressafra da poaia, no período da seca, de modo que a produção nunca foi significativa, por isso nunca teve mercado certo, ao contrário das raízes extraídas da floresta. O argumento de que a substituição das antigas lanchas por outras embarcações mais ágeis impulsionadas por motores de popa causou a decadência do comércio poaieiro também não esclarece a questão. O advento do motor de popa não fez mais que descentralizar o comércio, todavia não seria capaz de fazer diminuir a demanda, o que certamente se deu por outros fatores. Vejamos outros motivos pelos quais essas questões podem ser explicadas.

Uma melhor explicação para decadência da poaia pode ser o fato de que a emetina³², principal substância extraída da planta, foi substituída em alguns medicamentos por outras substâncias (RAMOS, 1992). Jovino S. Ramos, em entrevista ao autor (2008), nos dá ainda outro motivo para a decadência do modelo econômico de Barra do Bugres. Segundo ele, na década de 1960 os arbustos já eram escassos o que requeria entrar cada vez mais fundo nas matas para sua exploração, encarecendo com isso a produção. Por esse motivo, experiências como a dos laboratórios Silva/Araújo e Russell foram feitas com plantações de poaia. Todavia essas plantações não substituíram o extrativismo e a poaia colhida da mata ainda continuava tendo valor. Jovino afirma ainda que os alcalóides extraídos da poaia foram aos poucos sendo substituídos por outras substâncias na composição dos fármacos, seria esse, então um dos principais motivos para o declínio do extrativismo (RAMOS, 1992). Afetado, principalmente, por fatores externos o mercado poaieiro já encontrava-se decadente quando os *pioneiros* começaram a chegar em Tangará da Serra. Não foi, portanto, por imposição do modelo produtivo implantado com a colonização de Tangará da Serra que a sede do município abandonou o extrativismo, como pretende nos fazer entender Aires José Pereira em seu trabalho.

O autor parece forçar a interpretação no sentido de fazer parecer que foi o perfil neobandeirante dos colonizadores de Tangará da Serra que, com sua disposição para o trabalho e moderno modelo de produção e de urbanização, deram nova direção à economia da região. Qual seria a intenção do autor, e por que desqualificar Barra do Bugres? No decorrer deste trabalho vamos percebendo os motivos dessa postura discursiva, o que já está claro é o jogo de comparações: os trabalhadores *versus* os indolentes, modernos *versus* subdesenvolvidos. Uma identidade se destaca quando o indivíduo é visto, ou se vê, em

³²Segundo Jovino S. Ramos a emetina é o principal alcalóide extraído da poaia, utilizado pela indústria farmacêutica.

relação a alguém que ele não é, ou seja, a identidade é marcada pela diferença (SILVA, 2000). Nessa relação identidade/alteridade o outro, para Aires J. Pereira, é o morador de Barra do Bugres.

Os capítulos seguintes do livro tratam da expansão da fronteira agrícola, da ocupação do cerrado e de questões urbanas como criação de novos bairros e a expansão exagerada do perímetro urbano em relação ao aumento da população, enfim, temas que se afastam da história e de nosso objetivo.

2.3 Terceira leitura

A terceira leitura é a feita da produção de Carlos Edinei de Oliveira. Além do texto aqui analisado ele é autor de vários artigos, é também professor e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Tangará da Serra³³. Seu principal trabalho é sua Dissertação de Mestrado. Defendida em 2002 no Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso esse trabalho foi posteriormente publicado em forma de livro³⁴, com texto idêntico ao da Dissertação o livro foi lançado em 2004. Essa publicação é importante não apenas por ser um trabalho de história produzido por um pesquisador da área, mas também por proporcionar que essa produção ultrapassasse o restrito círculo acadêmico tornando-se conhecida de um público mais amplo.

³³ O Instituto Histórico e Geográfico de Tangará da Serra foi fundado em fevereiro de 2004. Eleita a primeira diretoria Carlos E. de Oliveira assumiu a vice-presidência. Outras informações sobre sua atuação e produção estão disponíveis no Currículo Lattes, conferir no item Fontes.

³⁴ A leitura e as análises do trabalho de Carlos E. de Oliveira foram feitas a partir de um exemplar da Dissertação.

Ao longo das quase 250 páginas pode-se perceber que a Dissertação é resultado de um acurado trabalho de pesquisa baseado em sólida documentação primária, notarial e paroquial, bibliografia produzida por viajantes e exploradores que estiveram na região e principalmente apoiada em vasta documentação oral. O título do trabalho é *Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambientes na construção da colonização de Tangará da Serra – MT*. O trabalho é dividido em quatro partes, sendo essas divididas em dez capítulos. Na introdução o autor nos dá sua hipótese principal, a de que os *pioneiros* tinham duas formas diferentes de representar o ambiente; na primeira consideravam o ambiente como inóspito. Na segunda, destinada a familiares, que por sua vez eram potenciais compradores de terras, através de cartas, para os quais o lugar era representado como a Terra Prometida, lugar de prosperidade e futuro.

No início do texto o autor apresenta dados geográficos sobre o relevo, o clima e a localização da cidade no Estado, a região Sudoeste. Ao iniciar a primeira parte o foco do texto recua ao período anterior à colonização, onde aborda a presença dos primeiros ocupantes da terra, os índios paresís³⁵. Para esse tema são dedicadas algumas páginas frisando a importância da região e de suas características físicas para o povo Paresí. Em seguida narra a passagem de um expedicionário por essas terras no final do século XIX que fez apontamentos sobre a natureza, etnografia e a geografia da região, segundo Oliveira seria esse o “primeiro registro escrito” (2002, p. 42) sobre essas terras. O autor trata também da questão fundiária no Estado, as atividades do Departamento de Terras, a demarcação das glebas pelos picadeiros e agrimensores, a divisão e posterior venda de lotes a pequenos proprietários. O último capítulo

³⁵ Os índios da etnia Paresí se autodenominam Haliti. O nome Paresí também pode ser grafado de outra forma, como, por exemplo, é feito com o nome da cidade de Campo Novo dos Parecis. Sobre o povo Paresí consultar, no item Referência Bibliográfica o trabalho de Hellen Cristina de Souza.

da primeira parte parece conter o centro da problemática proposta pela pesquisa e termina com a análise de representações feitas sobre a Pedra Solteira³⁶.

Na segunda parte o autor dedica um capítulo às famílias e à cartografia da cidade, onde magistralmente apresenta as representações contidas no projeto urbano da empresa colonizadora, na planta da cidade, em que os colonizadores perpetuam seus valores representando o que para eles seriam os migrantes ideais representados pelas avenidas Paraná e São Paulo; o espaço ocupado representado pelas avenidas Cuiabá e Mato Grosso; o desenvolvimento e padrão de modernidade representado pela avenida Brasília. Todas com um ponto de ligação em comum, a avenida Brasil (2002, p. 88). A segunda parte distingue-se bem da primeira, principalmente por seu segundo capítulo que foi construído a partir de fontes paroquiais e cartoriais e apresenta inúmeros gráficos que demonstram a preocupação do autor com aspectos sociais e econômicos. Nesse capítulo são sistematizados dados sobre: profissões, mortes, nascimentos e casamentos. O terceiro capítulo trata do ambiente, da arquitetura, técnicas de construção e dos hábitos alimentares das famílias. Aqui o autor trabalha com temas de diversas ordens em diferentes temporalidades, como, por exemplo, o conteúdo dos caminhões de mudança e a utilização dos quintais com canteiros de plantas medicinais e hortaliças.

A terceira parte, com apenas dois capítulos, retoma a questão econômica, a exploração da poaia, a importância dessa atividade para Barra do Bugres e a vida dos poaieiros. O segundo capítulo dessa parte aborda a fertilidade do solo, o principal argumento utilizado nas propagandas que influenciavam os compradores de terras. Trata ainda dos diversos tipos de cultivares e a vida dos lavradores. A terceira parte é finalizada com o evento da febre, considerando suas diferentes versões, sempre apoiado em fontes orais. A quarta parte com

³⁶ A pedra Solteira é um grande bloco rochoso localizado na Serra Tapirapuã, está presente no brasão de Tangará da Serra e também é mencionado no hino de Nova Olímpia, o município vizinho.

dois capítulos retoma a presença dos índios e expedicionários, porém restrita ao ambiente da Chapada dos Parecis. O autor apresenta as diferentes representações feitas por viajantes e expedicionários sobre a terra ocupada pelos paresís. Dedicou um tópico especial para cada um dos três viajantes que pisaram essas terras: Nicolau Badariotti, Max Schmidt e Roquette-Pinto. [..] Além das representações das famílias de Tangará a respeito da Serra dos Parecis.

O trabalho é bastante abrangente, tratando de uma vasta diversidade de temas. Ocupa-se da relação do homem com o espaço, tanto o espaço selvagem e bruto como o ambiente dominado e civilizado que aparecem numa relação de disputa, entre homem e natureza, onde o ambiente natural é um obstáculo, uma dificuldade a ser superada. As dificuldades impostas pela natureza têm uma história longa, desde o tempo dos expedicionários, passando por Marechal Rondon e chegando aos primeiros colonizadores. O ambiente é sempre apresentado como um obstáculo, até que essa noção dá lugar a uma outra, que surge a partir do momento que o ambiente é totalmente dominado, quando a cidade está estabelecida e passa a existir um ambiente urbano.

Carlos Edinei de Oliveira comprova com seus gráficos que nem mesmo a mortalidade causada pela febre afetou o ritmo de desenvolvimento de Tangará da Serra, “o fluxo migratório de Tangará da Serra não foi afetado pelo episódio da febre.” (2002, p.188). A narrativa é bem construída e sustentada por dados objetivos de forma que o movimento do progresso parece ser inexorável. Segundo essa visão a cidade e seus *pioneiros* estão fadados ao desenvolvimento e ao progresso, um progresso que revela apenas sua face doce. Apesar da grande preocupação com dados demográficos e econômicos, como a tabela de profissões, por exemplo, não aparecem nessa história a oposição entre diferentes classes sociais, é como se o processo de colonização não tivesse gerado também miséria, exclusões, marginalização e a exploração de uns sobre outros. Não que as diferenças sejam negadas, elas estão lá, na figura de meeiros, agregados, empregados ou pequenos proprietários, mas essas diferenças

convivem de forma tão harmoniosamente dócil na história de Carlos E. de Oliveira que Tangará da Serra parece ser mesmo uma *Terra Prometida*.

Fechando o ângulo de sua objetiva Carlos Edinei volta-se para questões que pertencem a temporalidades diversas, quando descreve a espacialidade das casas, principalmente das cozinhas, o conteúdo dos caminhões de mudança e os cultivos dos quintais. O tempo da narrativa não parece ser o mesmo quando trata do fluxo migratório, naturalidade e procedência dos colonos e sazonalidade dos casamentos. Entre essas diferentes abordagens prevalece, porém, a preocupação com a procedência dos migrantes que vieram colonizar Tangará da Serra, como, por exemplo, no “gráfico de casamentos” que também demonstra a origem e naturalidade dos noivos (OLIVEIRA, 2002, p.103).

O capítulo três, *As famílias entre o medo e a esperança*, apesar de relativamente pequeno é bastante revelador, pois é nele que o autor parece revelar o lugar de onde narra, ou como diria Michel de Certeau, o lugar social. “É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas, se organizam.”, (2006, p. 67). O capítulo é produzido a partir de relatos orais com inúmeras transcrições através das quais Oliveira procura destacar “o paradoxo, paredões do medo e platô da esperança.”, (2002, p. 67). Os paredões do medo são as formações rochosas das encostas da Serra Tapirapuã, obstáculo natural quase intransponível para os primeiros que chegaram para ocupar as terras acima dessa serra.

O autor vai dispondo os documentos no texto, intercalando as transcrições, contextualizando-as, mas sem sua interferência. Um trecho desse capítulo é especialmente revelador. No último parágrafo da página 70 aparece o primeiro de uma seqüência de quatro parágrafos com as mesmas características. São todos curtos, contendo transcrição de depoimentos orais que narram as dificuldades do processo de colonização. Em todos eles está organizado, na mesma seqüência, a origem do *pioneiro*, depoente, e a data em que mudou-se

para Tangará da Serra. Obedecendo a uma lógica semelhante à utilizada por Milton Rozeira, Carlos E. de Oliveira destaca o par origem/data de chegada e assim constrói sua narrativa. Vejamos: “Ao descrever as estradas, uma mulher paulista que se mudou para Tangará da Serra, em 1971, relata o medo que sentiu encima de um caminhão Ford: “*As estrada eram péssimas, [...]*” (2002, p.70, grifo do autor)³⁷. Na seqüência lê-se “Gaúcha, residente a partir de 1971 em Tangará da Serra, relata: *Subir a serra era muito difícil [...]*”. (2002, p.71, grifo do autor). Como nesses exemplos os dois parágrafos seguintes trazem as mesmas informações na mesma ordem, origem e data de chegada. Dessa forma o autor valoriza as dificuldades e, por conseqüência, o discurso do pioneirismo, numa narrativa onde os depoimentos compõem o texto sem a interferência do historiador.

Ao elencar uma série de relatos, transcrevendo-os sem que haja explicação ou crítica, permite ao leitor entender que os depoimentos organizados, um após o outro, contam a história da cidade. Ou seja, nesse trecho a história é contada pelos próprios *pioneiros*, os depoentes, guardiões do estoque de memória sobre o passado da cidade.

Seguindo nossa análise encontramos pistas dentro do próprio texto que mostram o lugar social do autor, revelando seu nível de envolvimento com o tema e abrindo possibilidades de compreendermos os embates entre diferentes forças sociais travados no presente, que influenciam sobre as representações que se constroem do passado. Observando a seção de agradecimentos podemos comparar os trechos transcritos anteriormente, do capítulo três, com o texto dessa seção, então veremos que os mesmos elementos estão presentes em ambos. Vejamos o primeiro parágrafo da seção de agradecimentos.

No dia 7 de setembro de 1972, minha família rompia a Serra do Tapirapuã, para avistar o povoado de Tangará da Serra. Nosso destino era a fazenda Bandeirantes; 100 alqueires de terra, de ‘mata virgem’, adquiridas por meu avo

³⁷ Em nota de rodapé o autor especifica a origem do depoimento, se entrevista, carta ou texto publicado em jornal.

Antônio Simões de Oliveira, baiano, mas procedente de São Paulo, que queria usar as terras para a produção do “ouro verde”.(OLIVEIRA, 2002, p.4, grifo do autor).

Nesse curto parágrafo vemos os elementos que são comuns ao estilo de narrativa que se repete em diversas produções sobre a cidade e principalmente nos três trabalhos aqui analisados. Nesse caso, já nas primeiras linhas dos agradecimentos é possível perceber uma forma de narrar que vai se manter ao longo de todo o trabalho. O discurso que não apenas conta, mas constrói a imagem de *pioneiro* como neobandeirante não é incompatível com a trajetória pessoal do autor. Todos os elementos contidos nesse parágrafo são bastante representativos. O nome da fazenda, “Bandeirantes”, evoca o discurso do neobandeirantismo, sempre lembrado e reproduzido ao longo do trabalho. Na seqüência aparece o *fator* dificuldade, representado pelo “romper da Serra do Tapirapuã” e pela “mata virgem”, lugar inóspito a ser desbravado. Quanto ao lugar de origem, apesar da naturalidade baiana, o avô é “procedente de São Paulo”. E por último a data de chegada, que por ser no início da década de 1970, faz dessa família, uma família de *pioneiros*, autorizados a evocar e ostentar tal alcunha.

Nesse trabalho as memórias parecem ser mais que documentos, são memórias particulares que estão muito próximas do historiador, e por isso falam de forma direta revelando o *pioneiro* historiador que há no historiador pioneiro³⁸. A supervalorização de memórias particulares é fruto de um descuido do rigor que se deve a produção historiográfica. Fernando Catroga chama a atenção para o fato de que é preciso reconhecer “que, no testemunho memorial, a separação entre sujeito e objeto é precária.” (2001, p. 48). Contudo, não se trata de anular a subjetividade do historiador uma vez que sua consciência não é um lugar vazio, e este não é desprovido de memórias. Por outro lado é arriscado produzir história com base em experiências particulares.

³⁸ O trabalho de Oliveira é o primeiro trabalho acadêmico em história feito sobre Tangará da Serra.

Assim sendo, o discurso está completo e mantida a regularidade que é comum as mais diferentes produções de autores diversos. A leitura (análise) dos três trabalhos aqui apresentados é o bastante para percebermos uma tendência, ritmo e estilo de se contar o passado, ou seja, de produzir história. O que poderíamos chamar, com um certo exagero, de historiografia tangaraense.

2.4 A região

Retomando uma questão colocada ainda no início do capítulo. Os dois primeiros autores lidos localizam Tangará da Serra como pertencendo a região Médio Norte, ou ainda mesmo como sendo a cidade capital dessa região do Estado. Mas, quando afinal Tangará da Serra tornou-se a capital da região Médio Norte de Mato Grosso? Onde localiza-se essa região e quais municípios a compõem?

Para uma cidade do interior a condição de capital não pode ser mais que regional, para isso faz-se necessário, naturalmente, que haja uma região. As regiões são convenções, segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior “o espaço não preexiste a uma sociedade que o encarna.” (1999, p. 25), ou seja, as regiões não são naturais, elas são construções discursivas, invenções. É esse o caso da região Médio Norte, um lugar que ganhou espírito, na dimensão discursiva, mas que ainda não tem um corpo definido.

Carlos Edinei de Oliveira utiliza diferentes topônimos para localizar o lugar hoje nomeado como Tangará da Serra. Logo na apresentação o autor chama o espaço que vai dar lugar à cidade de *Campos do Tapirapuã* (2002, p. 15), no decorrer do texto surgem mais dois

nomes que aparecem várias vezes, o mais usado é *Vale do Sepotuba*³⁹, mas o nome *Planalto do Tapirapuã* também aparece em diversos trechos. Ainda na apresentação o autor dá as coordenadas geográficas e localiza a cidade como pertencendo a região Sudoeste de Mato Grosso, a partir de quando começa a utilizar os topônimos descritos anteriormente. Diferentemente dos outros dois trabalhos que destacam a região Médio Norte.

O epíteto de capital do Médio Norte é usual, mas essa representação está descolada das nomenclaturas oficiais. Alguns trabalhos que abrangem todo o Estado não localizam Tangará da Serra como fazendo parte da região Médio Norte. Ivane Inêz Piaia em seu livro *Geografia de Mato Grosso* (2003) faz um histórico das diferentes divisões regionais sofridas pelo Estado no período que sucede a criação de Mato Grosso do Sul. Em 1979 efetivou-se a divisão de Mato Grosso com a instalação do novo Estado na sua porção Sul. Após essa divisão Mato Grosso ficou com apenas trinta e oito municípios organizados pelo IBGE em seis microrregiões. Devido à expansão das fronteiras agrícolas o Estado passa a ter oitenta e quatro municípios em 1986 divididos em onze microrregiões. Em 1991 esse número sobe para cento e dezoito. Mato Grosso chega ao ano 2000 com um total de cento e quarenta e dois municípios. Com esse aumento estes passaram a ser organizados em vinte e duas microrregiões, (PIAIA, 2003). Desde o início dessa evolução nunca houve, segundo a literatura consultada, uma região do Estado denominada Médio Norte. Da última divisão, em vinte e duas microrregiões, Tangará da Serra ficou localizada na décima terceira região que leva o seu nome e é composta por cinco cidades.

Há também a divisão por *mesorregiões*, divisão que leva em conta as formas de organização da produção e o desenvolvimento econômico das cidades. Mato Grosso é dividido em apenas cinco mesorregiões e Tangará da Serra faz parte da mesorregião chamada Sudoeste Mato-grossense, a que é utilizada por Carlos E. de Oliveira. Em 2002 o governo do

³⁹ Sepotuba é um importante rio da região.

Estado lança *O Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso* chamado de MT+ 20⁴⁰, um programa de planejamento para os próximos vinte anos. Considerando as características de cada região esse projeto define que Tangará da Serra faz parte de sua oitava região de planejamento, que junto com mais sete municípios formam a região Oeste. Observemos que em mais essa divisão administrativa não aparece nenhuma região nomeada como Médio Norte. De igual forma o livro *Mato Grosso e seus Municípios* de João Carlos Vicente Ferreira localiza Tangará da Serra da seguinte forma, “Localização geográfica – Microrregião 530 – Tangará da Serra. Sudoeste mato-grossense.” (1997, p. 622).

As duas primeiras produções analisadas ao localizarem Tangará da Serra como pertencendo à região Médio Norte, destacando sua condição de capital, não estão apenas reproduzindo uma nomenclatura popular, mas produzindo um espaço que aos poucos vai se sedimentando enquanto região. As regiões “São espaços que se institucionalizam, que ganham foro de verdade” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p. 27). Essa construção discursiva, ainda que não tenha alcançado sua legitimação pelo estado, é uma representação sobre o município que ultrapassa suas fronteiras reivindicando o lugar de capital. A necessidade de atribuir à cidade o status da capital leva o geógrafo Aires J. Pereira a definir duas localizações para seu objeto de estudo. Em um mesmo parágrafo Aires apresenta o lugar de seu estudo da seguinte forma:

O mesmo situa-se entre os paralelos 14 e 15 e entre os meridianos 57° 15' 00" e 59 10' 00", a Sudoeste do Estado de Mato Grosso, [...] É portanto, um município pólo de desenvolvimento econômico no Estado de Mato Grosso. É também polarizador da região Médio-norte do Estado. (2000, p. 11).

A invenção da capital depende da invenção da região, os textos ao se referirem à região Médio Norte não explicam sua correta localização e nem os municípios que a compõem. É

⁴⁰ Esse Plano de Desenvolvimento pode ser encontrado no site do Governo do Estado de Mato Grosso. Consultar endereço eletrônico no item Fontes.

dessa forma que essa região inventada aparece também no livro *Tangará da Serra, sua terra, sua gente* de Milton Rozeira, que no seu início apresenta Tangará da Serra como pertencente a “uma próspera região, considerada a capital do Médio Norte de Mato Grosso.” (1999, p. 6). Desse modo é construída a representação de Tangará da Serra como capital de uma região que existe apenas enquanto discurso.

A história produzida pelos três trabalhos aqui analisados sistematizam as narrativas organizando o passado e dando outro suporte à essa memória que até então estava restrita ao universo da oralidade, sujeita à morte junto com seus portadores. O ato de transcrever, copiar os relatos orais para textos escritos, não é simplesmente o uso de um tipo particular de fonte, ao final é a memória dos *pioneiros* ganhando corpo e sobrevida. De igual forma a relação entre passado e presente revela o lugar de seus autores dentro do contexto por onde circulam as narrativas por eles utilizadas como fontes para seus trabalhos. Podemos entender, então que esses trabalhos rememoram, perpetuam e atualizam o passado da cidade e de seus *pioneiros*.

Fazer essas leituras sobre a cidade é imprescindível para compreensão das representações criadas sobre seu passado. Sem elas nossa compreensão ficaria prejudicada, não fazer essas leituras seria ignorar importantes fontes de representações. Esses trabalhos, e suas formas de interpretar são criadores de saberes, é através deles que muitas pessoas tomam conhecimento da história da cidade.

Melhor entendida a dinâmica do pioneirismo como discurso, os espaços por ele ocupados e a regularidade com que propõe suas narrativas podemos seguir adiante, agora fazendo outras leituras.

CAPÍTULO III

3 O PIONEIRISMO E SUAS CONSTRUÇÕES: AS CIDADES FÍSICA E IMAGINADA

*O passado, conservando o sabor do fantasma,
recuperará a luz e o movimento da vida, e se tornará
presente.*

Charles Baudelaire

O projeto de colonização de que deu origem à cidade de Tangará da Serra foi um sucesso imobiliário. Os colonizadores⁴¹ de Tangará eram paulistas do interior, da cidade de Tupã. Eram negociadores de terras que vieram para região e fundaram uma empresa colonizadora, a Sociedade Imobiliária Tupã para Agricultura - SITA⁴². Wanderlei Martinez, um dos proprietários, recebera de herança, após a morte de seu pai, as glebas Santa Cândida, Santa Fé e a gleba Esmeralda (PEREIRA, 2000).

Antes de pertencer aos colonizadores as terras acima da Serra Tapirapuã eram divididas em grandes glebas que aguardavam a implantação de uma colônia japonesa. Segundo Milton Rozeira (1999), o projeto dos japoneses para região não concretizou-se porque Brasil e Japão ficaram em lados opostos durante Segunda Guerra Mundial. Alguns descendentes de japoneses chegaram a receber terras, mas como o projeto não chegou a ser executado vários proprietários venderam seus títulos sem que fosse feito na terra qualquer tipo de investimento.

⁴¹ Aqui o termo “colonizadores” faz referência aos investidores, donos das terras e da empresa colonizadora, por isso frisamos que eram paulistas do interior, diferenciando-se do termo “colono”.

⁴² A origem paulista dos proprietários das terras, Tupã São Paulo, fortalece o discurso do neobandeirantismo.

A terra que antes foi território de índios e explorada por poaieiros, agora viria a ser efetivamente colonizada.

Ao contrário dos exemplos das Colônias Agrícolas Nacionais e de Brasília os projetos de colonização em Mato Grosso seguiram, quase que exclusivamente, sob a direção da iniciativa privada, nesse sentido, o caso de Tangará da Serra não é exceção. A efetiva colonização iniciou-se, no final da década de 1950, com as atividades da SITA, que foi responsável pelos projetos dos loteamentos, rural e posteriormente do urbano. A partir de então o espaço começa a tomar outra configuração, sendo novamente medido e demarcado por interesse de alguns dos antigos proprietários, japoneses, juntamente com os novos investidores que pretendiam re-dividir as glebas em lotes menores. Seguindo o modelo de colonização já experimentado pelo Governo Federal durante a década de 1940, a intenção era atrair para região agricultores que se tornariam pequenos proprietários.

Os trabalhos de demarcação feitos pela SITA começaram em 1959. Wanderley Martinez veio fazer o reconhecimento de suas terras junto com agrimensores, picadeiros e outros trabalhadores que vieram para iniciar a ocupação. O primeiro trabalho foi o de localizar cada gleba e depois dividi-las em lotes menores, apenas num segundo momento houve a preocupação com o perímetro urbano. De volta a São Paulo Wanderley Martinez contratou os serviços do engenheiro Américo Carnevali (OLIVEIRA, 2002) a fim de que criasse uma planta para seu projeto de cidade. Inicialmente a cidade foi projetada fazendo parte de um esquema onde o núcleo urbano era rodeado primeiro por um anel composto por chácaras, depois por um segundo anel feito de sítios um pouco maiores e por último ficavam as fazendas. Tangará da Serra foi projetada para crescer e se desenvolver sem ter problemas de vazios urbanos, desenvolvendo-se do centro para as periferias. Enfim, um projeto que se pretendia moderno.

3.1 Ruas de memória

Por sua colonização recente Tangará da Serra é uma cidade que conta com um grande estoque de memória coletiva, muitas pessoas que fizeram parte do processo de fundação da cidade ainda circulam por suas ruas, relembrando e carregando consigo suas memórias, estes são os *pioneiros*, portadores da memória viva da cidade. Apesar de não ser eu um *pioneiro*, nem este trabalho ser um relato de memórias, gostaria de começar este item relembrando memórias que anteriormente pertenciam a um *pioneiro*, e agora também me pertencem, porque as herdei através da oralidade. Para que não pare algum mal entendido sobre as noções de memória e história utilizados neste trabalho afirmo, como Pierre Nora, que “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual.” (1993, p. 9).

Minhas mais antigas lembranças da cidade são de minha adolescência⁴³, quando a região central da cidade já era toda pavimentada e já havia jardins nos canteiros centrais da avenida Brasil. Por mais de uma vez um simpático senhor contou-me a mesma história. Lembrava-se do tempo em que era necessário ligar a tração do Jipe⁴⁴ para subir um leve aclive na avenida Brasil. A narrativa dessas lembranças era feita com empolgação e a riqueza de detalhes dava a impressão de estarmos vendo o ambiente diante de nossos olhos. Dizia-me este senhor que bem na frente da Escola 13 de Maio, quando se começa a subir para Cidade Alta⁴⁵, apesar da pouca inclinação do terreno, somente carros com tração nas quatro rodas conseguiam vencer o barreiro que se formava ali na época das chuvas.

⁴³ Por volta do ano de 1990.

⁴⁴ Jeep é uma marca que virou conceito. O termo Jipe genericamente designa veículos com tração nas quatro rodas.

⁴⁵ É o nome de um dos bairros da cidade.

O narrador descrevia um pequeno trecho da principal avenida da cidade nos tempos em que a conheceu com essas dificuldades. Depois de apresentar o ambiente caótico sugeria comparações com o presente, o ambiente urbanizado, asfaltado, limpo e organizado da região central. Onde o adolescente só podia ver asfalto, canteiros e passeios pavimentados o velho podia fazer ver, através de suas memórias, um ambiente de muitas dificuldades, mas que ficaram no passado, superadas pelo progresso.

Tempos depois, ao relembrar essas histórias, percebi que aquelas narrativas eram carregadas de significados e continham elementos bastante significativos sobre a forma regular com que o passado da cidade é narrado. Essa memória, da qual me apropriei, e que a reproduzo neste texto é um exemplo de como o passado de Tangará da Serra é contado por seus narradores e a cidade vai sendo apreendida pelas novas gerações através da oralidade. Os elementos representativos da narrativa são; em primeiro lugar, a avenida Brasil, ao longo da qual se acomoda o centro comercial com as principais lojas, bancos, praças e os mais freqüentados bares e lanchonetes. Desde o princípio foi lugar de encontros e reuniões populares tornando-se lugar de muitas memórias, como veremos mais adiante.

Em segundo lugar destaca-se o elemento dificuldade, abordado principalmente no segundo capítulo, está presente em todas as narrativas de *pioneiros*. Nesse exemplo aparece a dificuldade mais comum de todas, a de locomoção pela precariedade das vias. O terceiro elemento dessa narrativa sobre o passado é a Escola 13 de Maio, o lugar exato do cenário descrito. O dia 13 de maio é a data quando se comemora a emancipação política de Tangará. É o dia da conquista da liberdade, a independência em relação a Barra do Bugres. Perpetuada e rememorada de diversas formas a data 13 de maio está presente direta ou indiretamente como marco de uma conquista, um lugar de memória, (NORA, 1993). O tempo a partir de quando a cidade tornou-se livre para estabelecer suas metas e alcançar *o progresso com seus*

próprios esforços, e principalmente, o momento a partir de quando começa a contar sua própria história.

Tangará da Serra foi primeiramente um lugar para onde pessoas começaram migrar a fim de se estabelecerem como agricultores. A propaganda que atraía os colonos argumentava que as terras, além de serem muito férteis eram baratas e ideais para o plantio de café, (GUIMARÃES NETO, 2002). A organização do núcleo urbano surgiu em um segundo momento, a partir de quando a distinção entre os ambientes urbano e rural foi acentuando-se e os indivíduos foram tornando-se urbanos, mas sempre com uma forte ligação com o meio rural. Em entrevista ao tablóide comemorativo publicado pela Prefeitura Municipal por ocasião do décimo sexto aniversário da cidade, Wanderley Martinez, responde da seguinte forma a questão colocada.

E a formação da cidade, como foi que aconteceu? Vimos que a influência aumentava, resolvemos projetar a cidade sob a gerência do arquiteto Américo Carnevali, com o trabalho de agrimensura de Belizário de Almeida em 1961. (PREFEITURA MUNICIPAL, 1992, p. 2).

Como vimos no segundo capítulo Aires J. Pereira saúda o surgimento de Tangará da Serra como uma cidade moderna. Inaugurada em 1960 a imagem de Brasília é evocada na tentativa de atribuir a cidade um aspecto de modernidade, seu projeto urbanístico somado ao fato de ser construída sobre o Planalto Central é o parâmetro ideal de modernidade para Tangará da Serra. O projeto da nova cidade adquire ares de moderno principalmente quando comparado com Barra do Bugres, que por sua vez surgiu sem planejamento e como resultado de um modelo econômico extrativista (PEREIRA, 2000). A identidade é construída e vai tomando forma a partir do outro que mostra-se diferente, nesse sentido Brasília é tomada como parâmetro de modernidade e organização ao passo que Barra do Bugres é o exemplo de cidade que cresceu sem nenhum projeto que a ordenasse, por isso os *pioneiros* comparam Tangará da Serra com a antiga sede do município e criticam seu modelo de desenvolvimento. Cuiabá, a capital, também não poderia ser o paradigma de cidade moderna, não apenas pelo

fato de também não ser projetada e desenvolvida do ponto de vista urbanístico, mas também porque os mato-grossenses, genericamente designados como de cuiabanos, não serviam como modelo de homem, de indivíduo, que satisfizesse o ideal colonizador. Logo, suas cidades também não serviriam como modelo.

A pretendida modernidade expressa na planta da cidade tem um forte teor simbólico e discursivo, é possível afirmar isso pela reação provocada na sede do município. A administração pública de Barra do Bugres foi levada a investir na modernização da cidade, seus administradores perceberam que várias famílias estavam deixando a cidade e mudando-se para cima da serra. A causa atribuída a essa debandada era o moderno traçado urbano de Tangará da Serra, que num futuro próximo prometia ser uma cidade importante na região. Diante dessa situação a Prefeitura resolveu expandir o perímetro urbano de Barra do Bugres para que fosse construída a *cidade alta* (RAMOS, 1992, p. 85). Na parte alta da cidade foi criado um novo bairro, nele deveriam ser construídos alguns prédios públicos e reservados terrenos para construção de outros no futuro, haveriam praças e o traçado das ruas e avenidas seriam modernos com quarteirões dando forma de tabuleiro à cidade que ficaria com seus equipamentos urbanos numa disposição semelhante aos de Tangará da Serra. Com uma melhor estrutura urbana acreditavam não mais perder moradores para seu mais destacado distrito.

O desejo de se ter uma cidade organizada, preparada para o crescimento ordenado alimentava o orgulho de se morar em um cidade moderna e planejada. Esse planejamento, no entanto, é logo desfeito. A planta do perímetro urbano de Tangará previa um centro cívico onde deveriam ser construídos os principais prédios públicos e para o qual confluem as principais avenidas. As novas vias deveriam ser largas, as principais foram feitas com pista dupla e projetadas para colher o tráfego das várias ruas que dividem os quarteirões. Estes por sua vez são todos quadrados o que dá à cidade o molde de um tabuleiro de xadrez. O sonho de

Wanderley Martinez projetado por seu arquiteto, Américo Carnevali, não resistiu à primeira administração. Na mesma entrevista, anteriormente mencionada, quando indagado sobre a cidade e seus administradores Wanderley Martinez responde o seguinte.

Thais Barbosa, Antonio Porfírio e Manoel de Andrade souberam harmonizar a seqüência de prioridades que o município requer. Outrossim com o advento de Brasília, nosso arquiteto também projetou Tangará dentro dos princípios sócio-urbanísticos modernos. Porém me dói que a prefeita Thais Barbosa tenha modificado o projeto original. Por exemplo, tínhamos o centro cívico todo num núcleo só. Seriam os cartórios, Fórum, exatorias e hoje está espalhado. Aonde está edificada a Igreja Matriz seria outra praça para melhor aeração da cidade, devido o calor. (PREFEITURA MUNICIPAL, 1992, p. 2).

Thais Barbosa, a primeira prefeita⁴⁶, fez prolongar a avenida Brasil, sobre os quarteirões que formavam o centro cívico, localizado bem no centro do projeto original. No lugar foi construída uma grande rotatória no cruzamento das duas principais avenidas; avenidas Brasil e São Paulo. Nos quatro lados desse cruzamento os quarteirões foram reservados para instalação de prédios públicos, sendo que em um desses foi construída a Prefeitura Municipal, todavia o centro cívico foi desestruturado porque o espaço reservado que restou do projeto inicial não foi suficiente para acomodar os prédios públicos apesar da cidade ainda pequena. Segundo a opinião de Wanderley Martinez a prefeita contribuiu para a desorganização da cidade afetando seu traçado moderno inspirado em Brasília.

A partir da rotatória a cidade é dividida em quatro setores correspondentes aos pontos cardeais; N, S, E, W. Essas letras complementam os números das casas em seus respectivos setores. Inicialmente as ruas da cidade ganharam uma numeração muito simples, as paralelas à avenida Brasil tinham números ímpares e as ruas paralelas à avenida São Paulo tinham números pares. Aos poucos esses números foram sendo substituídos por nomes de *pioneiros*.

Uma substituição significativa foi o nome da avenida São Paulo por Tancredo Neves. Na véspera do aniversário da cidade, dia 12 de maio de 1985, foi promulgada uma lei alterando o nome da avenida São Paulo para Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves,

⁴⁶ A primeira gestão teve duração de 6 anos, de 1977 até 1982.

em homenagem póstuma ao presidente da República falecido naquele ano. Movidos pela comoção causada pela morte do primeiro presidente civil depois de um longo período de ditadura, os políticos da cidade substituíram o nome da avenida ligando, com isso, Tangará da Serra ao contexto nacional, mas por outro lado perdeu-se o vínculo representativo com a origem neobandeirante paulista. Ao se darem conta do prejuízo causado ao neobandeirantismo paulista tomaram uma providência, no dia 23 de outubro do mesmo ano uma das ruas que corta o centro da cidade, a rua 16, foi nomeada como rua São Paulo⁴⁷.

⁴⁷ Conferir no item Anexos as Leis através das quais essas mudanças foram promovidas.

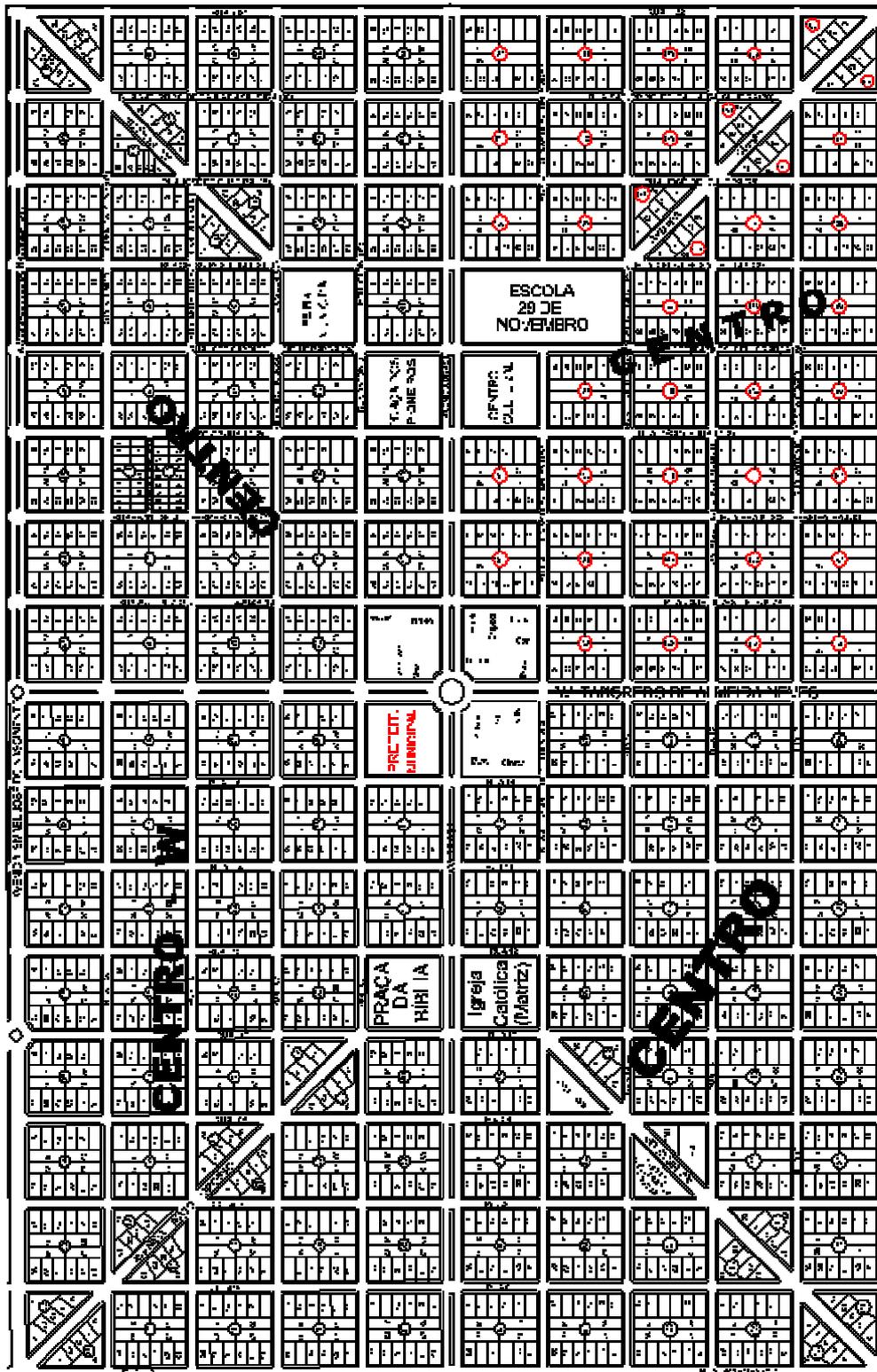


Figura 4 – planta atual da região central da cidade. Mantém-se o mesmo perímetro da planta original, mas com algumas modificações. Fonte: Secretaria Municipal de Infra-estrutura – SIMFRA.

A avenida Brasil, a principal da cidade, desde o princípio foi o centro das atenções. Antes de pavimentada e da construção dos canteiros centrais essa avenida era feita de uma pista bem larga ao longo da qual foi se desenvolvendo o centro comercial. Os principais eventos da pequena cidade como desfiles cívicos, manifestações políticas ou religiosas aconteciam sempre nessa avenida fazendo dela um lugar de muitas memórias. Com o tempo, em torno da avenida foram se instalando: bares, mercearias, mercadinhos, lojas de roupas e tecidos e até um cinema, sendo que entre esses estabelecimentos comerciais vários eram voltados a atender as atividades ligadas ao campo. Formou-se ali o centro comercial da cidade, instalado em edificações de madeira, entre algumas construídas em alvenaria que aos poucos foram substituindo as primeiras. As lojas de roupas e tecidos tinham suas prateleiras e expositores cobertos com plástico transparente para evitar que a poeira da avenida sujasse os produtos antes de serem vendidos. O problema da poeira era amenizado pelo caminhão pipa da prefeitura que molhava as principais vias antes do asfaltamento. As ruas do centro da cidade ganharam asfalto durante a administração de Antonio Porfírio de Brito, o segundo governo municipal,⁴⁸ que pavimentou as principais avenidas e ruas, apenas na região central da cidade. Junto com o asfalto foi também construída a Praça da Bíblia num impulso de urbanização naquele período.

Com o asfaltamento o centro da cidade se modernizou ganhando aspecto de ambiente urbano, limpo e organizado com seus espaços definidos. Nesse período, a década de 1980, surgiram vários prédios em alvenaria e gradualmente os antigos foram sendo derrubados dando lugar aos novos, maiores e mais altos, sobrados comerciais e residenciais. Essas mudanças alteraram o estilo do centro da cidade num impulso de urbanização, afastando definitivamente o ambiente urbano daquele semi-rural e desordenado do passado. O contraste está quase sempre presente e é muito satisfatório para o pioneirismo, contado por suas

⁴⁸ A segunda administração municipal vai de 1983 até 1988. O asfaltamento e outras melhorias no centro aconteceram entre 1985 e o final desse governo.

histórias. Contrastar entre o antes e o agora dá um tom de evolução e progresso ao pioneirismo e mais emoção às narrativas. A avenida Brasil como lugar de memória é um bom exemplo disso, antes do asfaltamento quando era uma larga pista de terra sem canteiros ela fora campo de pouso para pequenas aeronaves.

Diversos relatos de memória relembram o tempo em que pequenos aviões aterrissavam ali. Edson E. Pereira em seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a história de Tangará da Serra fala dos aviões que pousavam na avenida e apresenta uma fotografia com a imagem de um pequeno avião rodeado de pessoas, a legenda diz tratar-se do “primeiro avião a pousar em Tangará da Serra, hoje avenida Brasil” (2007, p. 17). Esse registro é lembrado também por muitas pessoas, entre elas a senhora Beth Ramon que em entrevista ao autor (2008) narra suas lembranças deste lugar contando que “Inclusive vinha um pastor de avião, ele aterrissava no meio da rua, pastor Albino, onde ele fazia as pregações no meio da rua com um telão⁴⁹.” O relato dessa senhora é confirmado por Carlos Edinei de Oliveira ao transcrever os relatos do padre José Egberto Pereira, “Os presbiterianos começaram o templo, mas apenas está nos alicerces. Eles podem contar com o pastor que vem de Rosário Oeste de avião. A Congregação Cristã possui avião e jeep.” (2002, p. 107). Os aviões pousavam na avenida Brasil, o lugar mais apropriado para a aterrissagem na cidade que ainda não dispunha de um aeroporto. A avenida de pista de terra feita em campo de pouso no passado é contrastada com a avenida asfaltada e com canteiros centrais. Dessa forma as memórias dos *pioneiros* têm um caráter evolutivo, o discurso do pioneirismo tem essa característica, de sempre dar um sentido de evolução, ascensão e progresso.

Um outro lugar de memórias e palco de experiências urbanas é a Praça da Bíblia. No projeto original da cidade, o idealizado por Wanderley Martinez, havia espaço reservado para construção de duas praças. Com as várias alterações no traçado da cidade o lugar reservado

⁴⁹ Terminada a entrevista a depoente afirmou estar equivocada quanto ao nome do pastor, mas lembra tratar-se de um líder religioso.

para uma delas foi destinado para construção da igreja católica, no espaço restante, em frente à igreja, foi construída a Praça da Bíblia. Contemporânea ao asfaltamento do centro, a Praça da Bíblia ocupou o lugar antes destinado a festas, comícios e reuniões populares, mas antes disso, no período da emancipação, havia no lugar dessa praça um galpão onde instalou-se a Câmara e a Prefeitura Municipal. Segundo relata o senhor Antonio Alvez Moreira, em entrevista ao autor (2008) naquele lugar “Não tinha nada, na época só tinha um galpão na Praça da Bíblia, né, um galpão lá em madeira, foi onde a prefeitura se instalou ali”. A fotografia a seguir mostra o lugar descrito pelo depoente.

Essa fotografia pertence ao Centro Cultural Municipal que possui um arquivo fotográfico, com diversas imagens da cidade. Esse arquivo não possui nenhum tipo de arranjo que organize essas fotografias, elas se misturam em uma miscelânea onde se encontram diferentes tipos de fotografias; reproduções são guardadas junto com documentos originais, as coloridas junto com as preto e branco e assim elas se acumulam em pastas que são guardadas em gavetas. Não há catalogação e não se dispõe de informações como data ou autor da fotografia. Apesar dessas deficiências é possível visualizar o centro da cidade, identificar ruas e avenidas com suas construções em madeira, também os telhados em quatro águas, bastante comuns principalmente em fotografias aéreas.



Figura 5 – Exemplar de edificação em madeira, primeira Prefeitura e Câmara Municipal, década de 1970 – Acervo Centro Cultural.

Tangará da Serra, a princípio, foi ocupada por muitas famílias protestantes, fato que levou o padre da cidade, na década de 1960, a classificá-la como núcleo de colonização protestante. A Praça da Bíblia talvez seja o resultado da presença do número significativo de famílias adeptas ao protestantismo que migraram para cidade (OLIVEIRA, 2002). Todavia não há registro de disputas entre estas e os católicos, mas a preocupação do padre e a presença de diferentes igrejas não católicas mostra que o número de cristãos não católicos era, de fato, significativo. Antes de urbanizada a praça central da cidade chamava-se Pio XII, em 1984 foi renomeada através de Lei Municipal e passou a denominar-se Praça da Bíblia.

Esses lugares de memória são pontos de ancoragem, lugares que a mente dos antigos moradores da cidade se ligam para não deixarem as lembranças do passado à deriva, soltas no tempo, sujeitas ao esquecimento. Sobre os lugares de memória Pierre Nora propõe de forma metafórica que “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos.”

(1993, p. 25). Para ele os lugares de memórias não são necessariamente lugares topográficos, espaços físicos da cidade ou do campo, mas lugares aos quais atribui-se uma aura simbólica. Os lugares de memória podem ser de diferentes formas, mas só o são de fato quando significam, fazem lembrar o passado e alimentam relatos sobre ele. Nesse mesmo sentido Fernando Catroga em suas reflexões sobre os lugares de memória afirma que “estes só serão suscitadores de recordações quando lhes é atribuído um valor simbólico.” (2001, p. 23).

Nesta curta descrição de alguns lugares e experiências urbanas foi possível perceber em parte como funciona o discurso do pioneirismo e como a cidade é narrada, desde o princípio de sua história, como moderna e próspera apesar da simplicidade do núcleo urbano com suas edificações e organização elementares. As narrativas sempre contrastam a precariedade do núcleo inicial e a cidade do presente. A avenida que no passado serviu como pista de pouso e exigia veículos com tração na quatro rodas é agora pavimentada e ajardinada. Essas transformações no ambiente urbano foram vividas pela geração que conheceu o ambiente inóspito da colonização, por isso os significados e representações dão às narrativas a sensação de evolução e progresso.

É por isso que o tosco do passado, das primeiras edificações e do esboço de organização urbana não é objeto de saudade, O discurso do pioneirismo não deixa lugar para o saudosismo dando um sentido sempre evolutivo onde o passado deve ser substituído por algo novo e mais moderno. Talvez seja comum a núcleos urbanos, como o de Tangará da Serra, inicialmente com características semi-rurais, que a memória não se materialize na arquitetura urbana, fazendo dela um lugar para si. Essa arquitetura não serviu como suporte onde a memória pudesse fixar-se. As primeiras edificações por serem toscas tinham caráter provisório, não agregavam valor simbólico. Sendo assim a memória foi apegar-se a outros suportes, outros lugares, que são encontrados no ambiente urbano, como já vimos, e em ambientes naturais

como a Serra Tapirapuã e a Pedra Solteira, ou seja, outros lugares de memória, como veremos mais adiante.

Os lugares de memória no ambiente urbano estão sempre ligados ao espaço, como nos exemplos da avenida Brasil e da praça da Bíblia, mas nunca ligados à arquitetura. Sendo assim, desprendido da memória, o patrimônio material não é importante enquanto lugar que guarda o passado da cidade. Seguindo esse raciocínio é possível afirmar que não há patrimônio material que tenha valor para memória ou para identidade tangaraense. Por não haver memória ou outro valor sentimental não há preocupação alguma com a preservação do patrimônio arquitetônico uma vez que as primeiras edificações têm no imaginário dos *pioneiros* um caráter provisório. Não há uma tradição a ser mantida, senão a do pioneirismo, que por sua vez independe desse patrimônio arquitetônico.

Como resultado dessa forma de conceber as narrativas pretéritas, ordenar o tempo e preservar a memória, o passado nunca é idealizado de forma a permitir o desejo de a ele retornar. Organizando-o dessa forma as narrativas produzidas pelo pioneirismo nunca têm sentido saudosista, o passado nunca é lembrado como tempo ideal, antes, é rememorado como superação, como tempo de dificuldades e lutas entre o homem e o ambiente. Embate vencido pelos *pioneiros*, do qual eles são os atores e ao mesmo tempo os narradores. Não havendo necessidade de preservar o passado em nome de uma tradição, a destruição das primeiras edificações e a desconfiguração das ruas se deu sem nenhuma manifestação contrária, ocorrendo isso, tão logo essas edificações perderam seu valor utilitário e as ruas sua funcionalidade. Ao contrário do que possa parecer isso não significou a destruição de vestígios do passado e, por consequência, da memória, mas é sinônimo de vitória sobre as dificuldades, é sinônimo de modernização e esta, por sua vez é a manifestação dessa vitória sobre a natureza, segundo faz entender o pioneirismo.

O caráter moderno do discurso do pioneirismo se dá pelo desapego à tradição. No livro *Os cinco paradoxos da Modernidade* Antoine Compagnon afirma que “O moderno seria o que rompe com a tradição, e o tradicional o que resiste a modernização.” (1996, p. 9). O pioneirismo em Tangará da Serra tem essas características, não se apegou a nenhuma tradição, não tomou como seu o legado de nenhuma das culturas regionais que para cá migraram, tampouco absorveu os costumes da região. Ao contrário disso, tem por qualidade não resistir, mas desejar a modernização.

Vejamos como Tangará da Serra diferencia-se do exemplo de Cuiabá que nas décadas de 1960 e 1970 experimentou um surto de desenvolvimento. Suzana Guimarães (2007) faz uma leitura sobre esse período vivido pela capital de Mato Grosso, onde a chegada de muitos migrantes, vindos de diversas regiões do país, e o desenvolvimento econômico decorrente do fato de Cuiabá ter se tornado o “Portal da Amazônia” provocaram tensões entre diferentes setores da sociedade; por um lado os que defendiam a manutenção do patrimônio arquitetônico da capital, por outro lado havia o interesse imobiliário que provocava a demolição dos prédios antigos para dar lugar a novos edifícios comerciais. Os defensores do patrimônio arquitetônico, entre outros argumentos, afirmavam que as construções antigas faziam parte da memória da cidade, memórias que preservavam as tradições cuiabanas e por isso não poderiam ser destruídos em nome dos interesses econômicos trazidos pelos migrantes, indiferentes a essas tradições e a memória materializada nas edificações que queriam demolir.

Diferente da experiência de Cuiabá onde os vestígios do passado são confrontados pelos migrantes, em Tangará da Serra não há passado antes dos *pioneiros*, porque não havia cidade. O passado da região, indígena e extrativista, é negado pelo pioneirismo o considerando um entrave ao desenvolvimento. Os migrantes são os iniciadores do processo de colonização e urbanização, portanto, o passado os pertence ou são eles considerados o próprio passado da

cidade, como fazem acreditar as representações produzidas pelo pioneirismo. Conforme esse discurso o tempo não é teleológico, o passado é caótico e sem ter que esperar pelo futuro, o presente é vivido como resultado de suas conquistas sobre a natureza e os homens a ela equiparados.

A forma como o discurso do pioneirismo organiza o passado e conta sua história da cidade dispensa o patrimônio arquitetônico. Como consequência, por ter caráter temporário e não serem lugares de memória, não precisaram ser preservados, por isso foram substituídos assim que possível. Isso leva ao entendimento de que os *pioneiros* têm a noção de serem também eles próprios lugares onde a memória está preservada como se fossem os portadores da memória⁵⁰ somados aqueles lugares já mencionados, que não são edificações, mas lugares topográficos aos quais se atribuí significados. Ao contrário do exemplo de Cuiabá, o embate em Tangará da Serra não vai se dar em torno da preservação, ou não, do patrimônio arquitetônico, mas em definir quem é ou não *pioneiro*, ou seja, quem tem autoridade para narrar o passado e por quem esse lugar de narrador pode ser ocupado. Sem apegos saudosistas, desligado de um passado material, o pioneirismo glorifica o tempo presente, o tempo em que as memórias podem ser narradas pelos *pioneiros*, vestígios ideais do passado, estes sim, dignos de serem preservados. Gerenciando o passado dessa forma o pioneirismo se posta como um discurso de poder, marcando suas diferenças e delimitando seu espaço. É, por excelência, um discurso moderno⁵¹.

Não houve com o patrimônio arquitetônico a mesma preocupação dedicada ao patrimônio natural, como veremos adiante este ganha significação e um alto valor simbólico ao passo que a arquitetura foi entendida como transitória, e no momento que se tornou um

⁵⁰ Para Pierre Nora não existem mais homens-memória em si mesmos, esse autor prefere trabalhar com a noção de lugares de memória. Jacques Le Goff aplica esse conceito ao analisar sociedades tradicionais, sem escrita.

⁵¹ Sobre a noção de modernidade alguns autores têm uma idéia diferente do que os apresentados neste trabalho. Alain Touraine, por exemplo, não entende a modernidade como uma fase totalmente superada pelo que usualmente chamamos de pós-modernidade.

entrou ao processo de modernização foi eliminada. Nesse caso o termo patrimônio expressa mais a coleção de exemplares de edificações em madeira do que a conotação de alto valor simbólico, ou histórico, usualmente designada por essa expressão. O desenvolvimento rápido, assim como o descreve o pioneirismo, deu às experiências urbanas, ainda que de um passado recente, um caráter temporário permitindo saudar o presente como resultado da evolução, o progresso. Nesse aspecto o pioneirismo lembra a modernidade baudelaireana descrita por Antoine Compagnon (1996) como a *criação do novo*, é esse aspecto moderno do discurso do pioneirismo que o afasta do saudosismo.

3.2 A narrativa da gênese urbana e a pedra fundamental da cidade

Retornemos no tempo ao período dos primeiros movimentos de colonização, final da década de 1950, vejamos a descrição do ambiente através da narrativa de Wanderley Martinez que abriu os primeiros caminhos com o objetivo de ocupar a região. Em entrevista ele descreve como foram os primeiros contatos com o ambiente, faz uma narrativa do que foi o “ato inaugural” que aqui vamos chamar de narrativa gênese.

Nesse período ainda não existia a cidade, portanto não havia definição alguma entre espaço urbano e rural. Havia apenas projetos, as glebas ainda nem eram conhecidas dos colonizadores portanto os projetos não eram sequer elaborados ou escritos, o que vai acontecer somente depois do ambiente bem conhecido, mensurado e dividido. Era, portanto, impossível saber se o projeto de colonização daquele espaço prosperaria ou não. Alguns projetos de colonização sucumbiram sem que tivessem o menor êxito, a dificuldade para escoar a produção era uma das principais causas que levavam à falência tentativas de

colonização. Jovino S. Ramos (1992) descreve em seu livro o fracasso de um projeto de colonização no município de Barra do Bugres poucos anos antes de se iniciar a colonização de Tangará da Serra. Segundo Jovino no ano de 1955 houve a tentativa de implantação de uma colônia, projeto de uma imobiliária paulista de estabelecer um núcleo populacional, onde posteriormente viesse a se tornar uma cidade, num lugar chamado Paraguari. O projeto sucumbiu por completo.

Julgando por esse exemplo colonizar era um negócio com um certo risco. Demandava um investimento imobiliário considerável e não se tinha a garantia de sucesso. Os fundadores de cidades eram, portanto, negociadores que se dispunham a correr o risco de sofrer prejuízos e perder o investimento, mas por outro lado estavam certos de que se obtivessem sucesso os lucros seriam fabulosos.

O que no princípio eram apenas incerteza e trabalho duro para demarcar e efetivamente tomar posse das terras tornou-se no futuro um momento histórico, ao qual foi atribuído significados e por conseqüência adquiriu caráter memorável, instituindo-se como marco e o momento da fundação da cidade. Anos depois, ao narrar seu primeiro contato com as terras o empreendedor *pioneiro* estava certo de ter protagonizado um evento memorável. O trabalho duro de demarcação das terras no passado transforma-se em rito, em tomada de posse, enfim, torna-se em ato fundante na narrativa do colonizador. Chamamos de narrativa gênese não somente por ser uma das primeiras descrições, mas porque tornou-se paradigma, um modelo a partir do qual o passado vai ser interpretado e narrado.

Wanderley Martinez o mais proeminente dos sócios da SITA foi entrevistado, em 1992, por ocasião das comemorações do décimo sexto aniversário da cidade. Entre muitas perguntas, perguntaram-lhe de onde veio a inspiração para o nome que deu à cidade. A resposta é uma narrativa com todos os elementos que vão ser reproduzidos pelas outras narrativas sobre o passado da cidade. É como se ao narrar Wanderley Martinez ditasse a

matriz explicativa da história de Tangará da Serra. Presente na memória de muitos outros *pioneiros* essa forma de contar o passado vai manter sua regularidade e se reproduzir para além das memórias de cada indivíduo. Vejamos trechos da entrevista e as respostas do fundador da cidade.

Wanderley Martinez, natural de Vera Cruz Estado de São Paulo, desde 1958 mora em Tangará da Serra. É indubitavelmente um dos fundadores do lugar. Como colonizador e agropecuarista, derramou o seu suor com denodo e amor, tem acompanhado palmo a palmo o progresso desse pedaço de solo brasileiro que desponta como protótipo de município do Estado de Mato Grosso. Wanderley é o nosso entrevistado e fala sobre Tangará da Serra desde de sua origem até os nossos dias.

Pergunta: Como foi inspirado o nome Tangará da Serra?

Wanderley: À época, o deslocamento de Nova Olímpia para cá era muito difícil. Vínhamos pela estradinha, às vezes, a pé e tínhamos de dormir às margens do Angelim. Na madrugada era lindo o cantar da passerada. Despertou-me a curiosidade um pássaro que cantava e dançava igualmente a um que eu já conhecia em Santa Catarina. E como já existia a cidade Tangará, em Santa Catarina, resolvi dar aqui, o nome de Tangará da Serra.(PREFEITURA MUNICIPAL, 1992, p.2).

A resposta do antigo dono das terras pode ser considerada como a descrição do ato fundante. Essa narrativa pode ser chamada de gênese por dois motivos; primeiro porque nomeia o lugar, o povoado que no futuro seria uma cidade. Em segundo lugar por ser certamente a primeira representação criada sobre o lugar, lançando os fundamentos da cidade antes mesmo que ela existisse. A resposta à pergunta começa com a descrição do trajeto realizado pelos primeiros exploradores entre Nova Olímpia e Tangará da Serra. Esse momento tinha uma particularidade porque era a primeira vez que alguém penetrava as terras com a finalidade de explorá-las, diferentemente dos índios, expedicionários e poaieiros. Isso faz de Wanderley Martinez e os que o ajudavam no reconhecimento e demarcação das terras protagonistas desse acontecimento, *pioneiros*.

Nova Olímpia é hoje um município que faz fronteira com Tangará da Serra, mas no final da década de 1950 não era mais que uma vila com algumas casas. A importância de Nova Olímpia estava em ser o último lugar habitado antes da Serra Tapirapuã. Saindo de Nova Olímpia em direção a Tangará, antes da Serra, está o córrego Angelim descrito por Martinez como o lugar onde ouvia-se pássaros cantando. Porém, antes de falar dos pássaros Wanderley

Martinez lembra das dificuldades enfrentadas. O dormir à margem do córrego significa esperar um novo dia para enfrentar o grande obstáculo formado pela Serra, uma dificuldade natural assim como a estradinha por ele lembrada, através da qual, às vezes, tinha-se que seguir a pé. Esses obstáculos impostos pela natureza estão aí presentes, uma natureza que não se deixava dominar com facilidade se colocando no caminho dos colonizadores. Seguir a pé era às vezes a única saída, pois os caminhos precários não permitiam o trânsito de veículos no período chuvoso.

Na seqüência o narrador passa de um ambiente que o impõe dificuldades a um outro bucólico, onde pássaros cantam graciosamente ao amanhecer. Assim uma outra natureza é possível. Para além das dificuldades há um lugar que permite novas descobertas é ele que surge na narrativa como terreno para os símbolos. Não há somente mais a natureza das feras selvagens ou dos insetos impertinentes, mas uma outra exuberante, de onde vem a inspiração para o topônimo. Nessa natureza idealizada não há dificuldades, ela é o lugar toponímico, um lugar do qual se possa ter orgulho é esse o ambiente a ser evocado quando da escolha dos signos que irão compor os símbolos cívicos da cidade.

Pode-se afirmar que Wanderley Martinez está narrando o ato de fundação da cidade, temos aí todos os componentes necessários para isso. Está ali o fundador, homem do século XX, um paulista adentrando *destemidamente* as florestas de Mato Grosso com a bravura de um bandeirante e o espírito empreendedor característico do neobandeirantismo. Na cena descrita o fundador estava tomando posse das terras e, nesse momento, nomeia o lugar tomando por referência um elemento da natureza, o pássaro, e um outro referencial, a cidade com o mesmo nome no Estado de Santa Catarina, sugerindo talvez um alvo a ser alcançado, o nível de desenvolvimento econômico daquela cidade e seu Estado. O ato de nomear é uma expressão de poder e controle, a partir daí a terra está totalmente submetida ao desbravador. O ato fundante está completo, pelas mãos do pioneiro que primeiro é desbravador e depois

narrador de sua própria aventura. Feito isso, vencidos os obstáculos, o *pioneiro* assume o seu lugar de empreendedor, desbravador de sertões e se auto-representa como neobandeirante.

Há de se explicar o “estar completo” do ato fundante afirmado anteriormente. Ele não completou-se no tempo do acontecimento uma vez que muitas outras ações foram necessárias para que a terra fosse ocupada e a cidade efetivamente existisse, também porque, diferente da antiguidade, o que chamamos de ato fundacional não é um ritual. Todavia o ato está completo porque a narrativa, construída anos mais tarde, é uma representação que dá sentido completo ao evento e assim explica as origens da cidade, é o início de sua história, sua gênese. Esse discurso sobre o passado não simplesmente conta, mas constrói. A partir da primeira, as narrativas não são passivas são, antes, um discurso que constrói, fabrica significados e não simplesmente descrevem os fatos do passado. O discurso inscreve, dá forma ao passado, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior eles são “linguagens que não apenas apresentam o real, mas instituem reais.” (1999, p. 23). Isso é a essência do que chamamos de discurso do pioneirismo.

Os *pioneiros* são duplamente construtores, primeiramente foram os edificadores da cidade, material, física, quando do processo de colonização, e ao mesmo tempo que construíram uma outra cidade, a imaginada, erigida através de suas narrativas, representações orientadas pelo discurso do pioneirismo. Essas representações povoam o imaginário dos colonizadores compondo um estoque de memória do qual o grupo dos *pioneiros* é o depositário. Essas memórias geram disputas, segundo Jacques Le Goff “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder.” (1996, p. 426).

Essa disputa se dá em Tangará da Serra pelo fato dos *pioneiros* julgarem que algumas pessoas consideradas como tal, de fato, não são dignas desse status. Essa preocupação provocada pela “invasão” do território dos *pioneiros* levou à criação de estratégias de delimitação. Apesar destes não formarem um grupo homogêneo desenharam um território

próprio expulsando dele os considerados ilegítimos. Esse território social começa a ser delimitado por práticas discursivas que desautorizam a fala de quem está fora de suas fronteiras, está posto um embate entre representações. Nesse sentido Roger Chartier afirma que:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (1990, p. 17).

Os domínios dos *pioneiros* são demarcados e defendidos através de suas representações, da forma como contam o passado da cidade desde suas origens. Não há, porém disputas entre diferentes matrizes explicativas, entre diferentes formas de representar o passado, ao contrário, as explicações sobre o passado são semelhantes, mantendo uma regularidade que, como já mencionamos antes, dá o tom às narrativas orais e até mesmo a trabalhos acadêmicos. O que está em disputa é o status atribuído aos primeiros colonizadores. Com as homenagens, as estratégias de preservação da memória, ser considerado um *pioneiro* tornou-se uma distinção social muito importante em Tangará da Serra, obter tal status significa estar autorizado a contar a história da cidade, com a autoridade de testemunha ocular, quiçá ser homenageado como tal.

Como vimos no segundo capítulo os trabalhos sobre Tangará da Serra foram construídos com importante contribuição de fontes orais. De forma semelhante a rádio difusão e em menor escala a TV contribuíram muito para que a condição de *pioneiro* se tornasse uma posição de destaque e um status desejável. Em março de 1988 foi inaugurada a primeira Rádio da cidade. Com um nome bastante sugestivo, Rádio Pioneira, essa radiodifusora AM transmitiu durante alguns anos programas⁵² de entrevistas com *pioneiros* da cidade

⁵²A Rádio Pioneira de Tangará da Serra (AM. 560 KHZ.) exibiu dois programas de entrevistas com pioneiros: Nos Bastidores do Rádio e Pioneiros na Pioneira.

potencializando, dessa forma, o valor representativo das narrativas do passado e, por consequência, de seus narradores, os *pioneiros* (ANDRADE, 2004).

Ao relatarem suas memórias sobre o passado da cidade diante das câmeras da TV ou do microfone do rádio os *pioneiros* fortalecem a tradição oral. Essa forma, via oralidade, de conhecer o passado é de grande importância se considerarmos que a sociedade brasileira valoriza pouco a leitura, some-se a isso o fato de que a cidade conta com uma pequena produção historiográfica. Essas são as condições ideais para fortalecer a distinção social de quem ostenta o “título⁵³” de *pioneiro*.

Com importância crescente o discurso do pioneirismo começa delimitar seus espaços, isso se dá sobretudo no final da década de 1980, porque ao longo desse período a cidade recebeu novas levas de migrantes. Essa delimitação se dá através de algumas estratégias, sendo a principal delas a prática de apresentar os *pioneiros* ou qualquer situação que os envolva, sempre acompanhados da data de chegada dos mesmos, como vimos no segundo capítulo. Essa é uma forma de garantir que realmente a pessoa referenciada pode ser considerada pioneira. Não apenas nas produções literárias, mas também nos programas de rádio a estratégia é a mesma, apresentar a pessoa sempre vinculada à data em que mudou-se para a cidade. Sendo assim o recuo no tempo ganha importância, uma vez que a história vai sendo contada numa seqüência cronológica partindo dos fatos mais antigos possíveis em direção ao tempo presente.

Os *pioneiros* não estão limitados a um passado de dificuldades por eles narrado, tampouco confinados aos registros já feitos de seus depoimentos, antes são participantes diretos da disputa social pelo poder. Para Jacques Le Goff, “a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder” (1996, p. 476). Nesse sentido os *pioneiros* jogam com suas representações do passado num jogo de interesse que acontece

⁵³ Não há em Tangará da Serra um título com o qual os pioneiros são homenageados, as homenagens geralmente são póstumas. Quando em vida são feitas de forma variada, geralmente oferecidas pela Câmara Municipal.

no presente e não no passado. Os mortos entram para um lugar reservado na memória da cidade, mas aos vivos interessa, no presente, gozar do status de *pioneiro*. Garantidos pelo prestígio que construíram, os *pioneiros* contam a história da cidade e ao mesmo tempo mantêm suas lutas pela delimitação de um espaço social que lhes é próprio. Esse território de onde fala o *pioneiro*, garante autoridade a sua narrativa, a autoridade de quem vivenciou os eventos e por isso pode narrá-lo como “realmente foram”. Em suas análises Roger Chartier afirma que as lutas de representações são o embate “onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social.”(1990, p.23). Dessa forma o pioneirismo através de suas narrativas ordena e dá sentido ao passado, ao passo que mantém o status dos *pioneiros*, os distinguindo dentre os demais cidadãos.

A história contada pelos *pioneiros* através de suas narrativas é a prática discursiva que os garantem como tal, é portanto, objeto de poder como afirmamos anteriormente com base em Le Goff. A história, não apenas a dos *pioneiros*, é construída a partir do presente e não do passado, são jogos de interesse entre os grupos sociais no presente que determinam como o passado vai ser contado. Como na ficção de George Orwell, o passado é interpretado, reinterpretado e dado a ler de acordo com os embates travados entre diferentes forças sociais no presente. “Quem controla o presente, controla o passado e quem controla o passado controla o futuro” (KEITH JENKINS, 2001, p. 41).⁵⁴ Ou como prefere Fernando Catroga que afirma ocorrer uma “incessante mudança do presente em passado e as conseqüentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito” (2001, p. 16). De forma bem sucinta, essas disputas são a luta pelo poder. Passemos a outro exemplo.

⁵⁴ O historiador Keith Jenkins faz menção ao terceiro capítulo do livro 1984 de George Orwell quando este explica o lema do Partido.

Produzindo representações e “verdades” os *pioneiros*⁵⁵, ou o que tenho chamado de discurso do pioneirismo, limita sua fronteira impedindo que outras levas de migrante possam ostentar essa condição e assumir o “título de pioneiro”. Essa demarcação é tênue, não estabelecendo um marco definido por um evento importante ou uma data limite. Apesar de não haver um marco temporal claramente definido, a década de 1980 aparece como um dos extremos da fronteira cronológica, limite reivindicado para definir quem é ou não *pioneiro*. O exemplo a seguir é o de uma prática utilizada como estratégia para delimitar os domínios desse grupo. Num programa de rádio⁵⁶ onde os *pioneiros* eram homenageados, o apresentador pergunta à uma senhora sua opinião sobre homenagens prestadas à *pioneiros*.

A senhora acha justo essas pessoas que chegaram na década de 80 serem homenageadas como pioneiras de Tangará da Serra?

Eu acho isso errado, devem ser homenageadas as pessoas que chegaram, que sofreram, que souberam dar duro aqui, que passaram coisas difíceis aqui. Eu sei como foi difícil aqui no começo, que a gente saía, queria comprar alguma coisa e não achava o que comprar, vinha na rua. Olha, pra te dizer a verdade aqui em Tangará parecia um cemitério abandonado, tinha até tristeza quando eu vinha aqui, porque eu saí de uma cidade para vir pra cá. (OLIVEIRA, 2002, p. 74)⁵⁷.

Os migrantes que chegaram em Tangará a partir do início da década de 1980 são, de modo geral, interpretados como sendo de origem sulista, sobretudo gaúchos. Esse período está relacionado com a expansão da fronteira agrícola sobre o cerrado⁵⁸, crescimento demográfico e desenvolvimento econômico da cidade (PEREIRA, 2000). Na década de 1980 foram criados vários outros municípios, que como Tangará da Serra surgiram a partir de projetos privados de colonização. Com isso Tangará da Serra deixa de ser “o fim da linha”, a última cidade na região de abrangência da rodovia MT – 358. A expansão da fronteira

⁵⁵ Os filhos e netos de pioneiros comportam-se de forma semelhantes a eles, preservando e defendendo a memória de seus ascendentes, contudo não constituem uma segunda geração de pioneiros, tampouco reivindicam serem equiparados a eles.

⁵⁶ Programa, *Nos Bastidores do Rádio*, veiculado pela Rádio Pioneira no dia 12 de maio de 2001.

⁵⁷ O apresentador é o senhor Manoel Ciriaco da Silva, a entrevistada é a senhora Iracema Casagrande.

⁵⁸ O cerrado não era cultivado anteriormente por falta de técnicas, sendo a correção com o uso do calcário a principal delas. A expansão da fronteira agrícola subsidiada pelo governo (principalmente na década de 1980) é um dos motivos do rápido desenvolvimento de Tangará da Serra já anteriormente discutido.

agrícola sobre o cerrado, proporcionou um rápido desenvolvimento regional e é nesse momento que Tangará da Serra começa a se instituir como cidade pólo na região. A pergunta feita pelo radialista à senhora entrevistada refere-se aos migrantes que chegaram à região nesse contexto. É bom lembrar também, que os autores analisados no segundo capítulo produziram seus trabalhos entre o final da década de noventa e o início da década seguinte, estavam, portanto, vivendo essas tensões e sob suas influências.

A pergunta, da forma como foi elaborada sugere um tipo de resposta e revela o lugar social e a causa defendida pelo entrevistador, também ele um *pioneiro*, assim como sua entrevistada. A pergunta coloca na resposta a obrigatoriedade de opinar sobre serem justas ou não as homenagens. A resposta atende a provocação da pergunta, e a senhora emite sua opinião declarando ser injusta as homenagens a pessoas que chegaram na década de 1980 e explica o porquê dessa injustiça. O espaço do *pioneiro* é delimitado e a argumentação é baseada nas dificuldades enfrentadas durante o processo de colonização. Conforme sugere a resposta, as dificuldades definem a condição, mais do que o fato de ser precursor. Resultando na seguinte fórmula: quanto maior a dificuldade maior deve ser o mérito. Por essa razão, ao relatarem suas memórias os primeiros colonizadores dão tanta ênfase às dificuldades vividas. O diálogo popularizado pelas ondas do rádio sugere que para ser *pioneiro* é preciso ter sido “purificado” pelas imensas dificuldades como quem tem que passar pelo purgatório para alcançar o paraíso.

O tipo de defesa exemplificado pelas perguntas e respostas parece indicar uma ameaça sofrida pelos por esses colonos mais antigos, provocada por aqueles que chegaram durante a década de 1980. Todavia não há sequer esboço de qualquer forma de reivindicação organizada por parte dos que chegaram nesse período, no sentido de serem reconhecidos como *pioneiros*. Da mesma forma como o grupo dos que estavam presentes no processo de colonização, os que chegaram a partir desse período também não formam um grupo

homogêneo. O que desperta a reação dos mais antigos é o fato de algumas pessoas que chegaram na década de 1980 receberem homenagens na condição de pioneiras. Isso acontece porque as pessoas homenageadas alcançaram posição de destaque na sociedade, sendo eles principalmente políticos, empresários ou agricultores que enriqueceram rapidamente. Isso é possível porque algumas dessas pessoas são, de fato, pioneiras em áreas específicas em determinado segmento do comércio ou de serviços, independentemente de terem chegado no início da efetiva colonização. A condição de *pioneiro* é um status desejado e o embate entre diferentes grupos sociais no presente faz, por seu interesse, atribuir a alguns indivíduos esse status, causando essa tensão entre os colonos contemporâneos ao processo de colonização e os que chegaram depois. A inclusão desses novos indivíduos significa alterar a forma de explicar o passado da cidade, explicação que é o resultado de negociações tensas entre esses diferentes grupos na organização do passado. Fernando Catroga chama a atenção para o fato de que essas tensões sociais se dão num ambiente de “estreita relação entre memória, identificação, filiação e distinção.” (2001, p. 28).

O pioneirismo é uma distinção social e um lugar de poder que não se restringe ao grupo dos colonizadores, mas que pode ser ampliado para acomodar outros indivíduos. Considerando a entrada desses novos atores, o pioneirismo em Tangará da Serra afasta-se do sentido unicamente colonizador neobandeirante adquirindo uma nuance de empreendedorismo, isto é, além do *pioneiro* colonizador, precursor, temos também o *pioneiro* empreendedor. Essa possibilidade provoca a reação daqueles que efetivamente estiveram no processo de colonização ao mesmo tempo em que permite a renovação do grupo, dando a ele uma sobrevida. São, portanto, os interesses de grupos sociais e políticos do presente que vão inserindo no passado novos atores e dando-lhe, com isso, novas possibilidades de leitura e interpretação. Segundo Fernando Catroga isso é possível porque essas relações “determinam que cada presente construa sua própria história.” (2001, p. 22).

Como vimos no capítulo anterior a relação do Poder Público com a história, financiando publicações de livros, direciona a forma que o passado chega até o presente, ou seja, privilegia a produção de uma história que satisfaz os interesses do momento, interferindo assim na forma como as pessoas tomam conhecimento do passado. O poder Público, nesse caso o Municipal, ou o poder do grupo social formado pelos colonos, relaciona-se com o conhecimento no sentido de legitimar ou refutar, ao sabor de seus interesses, a forma como conhecemos o passado. Segundo Keith Jenkins isso acontece:

Porque o conhecimento está relacionado com o poder e porque, para atenderem a interesses dentro das formações sociais, os que têm mais poder distribuem e legitimam tanto quanto podem o “conhecimento”. (2001, p. 51, grifo do autor).

3.3 A pedra fundamental e suas representações no troféu e no Brasão

Vejam como o passado é simbolicamente evocado pelo poder público e relacionado com indivíduos ou grupos a ele ligados. Em 1998 o, então prefeito, Jaime Luiz Muraro instituiu por meio de Decreto⁵⁹ o troféu Tangará de Ouro. Na semana que antecedeu as comemorações do vigésimo segundo aniversário da cidade, o prefeito estabeleceu através de Decreto o troféu como honraria a ser conferida a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do município. O mesmo Decreto que instituiu a honraria apresenta uma lista com vinte e dois nomes de homenageados, personalidades de fora ou moradoras do município. O Artigo segundo do Decreto lista os nomes e a ocupação de cada homenageado; são deputados, prefeitos, empresários, governador do Estado entre outros. Nessa lista nenhuma pessoa encaixa-se no perfil que descreve aqueles *pioneiros* mais antigos.

⁵⁹ Decreto Nº 128/GP/98, de 07 de Maio de 1998. Conferir no item Anexos.

Segundo o critério dos colonizadores mais antigos, os defensores desse espaço, o próprio prefeito não pode ser considerado *pioneiro*, ao contrário encaixa-se perfeitamente no perfil do migrante da década de 1980. Ele é natural de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul, veio para região na década de 1980. O prefeito que instituiu o troféu é engenheiro agrônomo e fazendeiro, diretamente ligado à ocupação do cerrado pela monocultura da soja. (ROZEIRA, 1999). Talvez por não ter o perfil do antigo colonizador o prefeito não homenageou nenhum deles com o troféu que evoca o passado da cidade e carrega seus símbolos. A necessidade de se delimitar o espaço excluindo da condição de *pioneiro* os migrantes mais recentes, talvez seja uma resposta a atitudes semelhantes a essa do Poder Público, ao deixar os mais antigos de fora da festa da entrega do troféu.

Apenas mais duas⁶⁰ vezes o Troféu Tangará de Ouro foi utilizado para homenagear personalidades. No ano 2000 quando o mesmo prefeito que o criou homenageou 13 pessoas, sendo apenas uma delas descrita pelo Decreto como pioneira. A última edição do Tangará de Ouro foi em 2004 quando a prefeita em exercício Ana Maria Monteiro de Andrade concedeu o troféu a dez pessoas, sendo quase todas elas descritas pelo Decreto da Prefeitura como pioneiras, entre essas pessoas, Wanderley Martinez, proprietário da empresa colonizadora.

O Decreto que institui o troféu especifica como ele deve ser feito e o significado de suas representações. Com isso os símbolos do município, escolhidos desde o momento de sua fundação por Wanderley Martinez são evocados e rememorados através das significações do troféu. A peça é de criação de uma artista local. Trata-se de uma peça fundida em bronze com dezoito centímetros de altura, folheada em ouro, pesando em média 360 gramas. A base do troféu é a Pedra Solteira onde está assentado um passaro tangará em vôo livre no sentido vertical (PREFEITURA MUNICIPAL, DECRETO 128/GP/98, 1998).

⁶⁰ Respectivamente através dos Decretos: nº 093/GP/2000, de 13 de abril de 2000 e do Decreto nº 129/GP/2004 de 23 de abril de 2004. Conferir no item Anexos. Este último Decreto é o único que não especifica a ocupação ou outra informação a respeito dos homenageados. É possível saber tratar-se de pioneiros pela notória popularidade das pessoas, como por exemplo, Wanderlei Martinez e Iracema Casagrande.

A pedra solteira é um elemento bastante representativo, escolhida como um dos signos que compõem o brasão do município, assunto que trataremos detalhadamente logo a seguir. Essa pedra é também um lugar de memória sempre lembrado por diferentes narrativas, como a transcrita a seguir, publicada pelo Jornal Diário da Serra por ocasião das comemorações do aniversário da cidade.

Os problemas enfrentados foram muitos, uma vez, por exemplo, em que teve que ir até Barra do Bugres para receber o salário, Iracema não conseguiu chegar em casa porque havia chovido e passou a noite próximo à Pedra Solteira na Serra Tapirapuã. (DIÁRIO DA SERRA, 13/05/2005).

A pedra solteira é um grande bloco rochoso de aproximadamente sete metros de altura localizada na Serra Tapirapuã, na margem da rodovia MT 358. Com a duplicação da pista a Pedra ficou fazendo parte de um ponto de parada onde a estrada abre-se em um amplo estacionamento. No ano 2000, quando a pista da MT – 358 foi duplicada no trecho da Serra Tapirapuã houve um certo alvoroço diante da possibilidade de se destruir a Pedra para execução das obras. A mídia fez repercutir essa possibilidade alarmando a população. Em defesa do símbolo do município, o prefeito em exercício foi conferir de perto a notícia, conforme matéria do jornal Diário da Serra.

Esta não é a primeira vez que esta obra gera denúncias. Recentemente o prefeito em exercício Fábio Martins Junqueira foi pessoalmente verificar o conteúdo do projeto de duplicação da rodovia, porque havia comentários de que a "Pedra Solteira", patrimônio do município de Tangará da Serra seria explodida. (DIÁRIO DA SERRA, 10/11/2000).

A obra de duplicação acabou sendo embargada por falta de licenciamento ambiental. Os serviços foram reiniciados somente depois de cinco meses, depois que tudo foi regularizado, dando plenas garantias de que a Pedra Solteira não seria afetada. No mês do aniversário da cidade, o jornal Diário da Serra noticia os motivos que estariam ameaçando um dos símbolos do município.

De acordo com a notificação apresentada pela FEMA aos engenheiros responsáveis, as obras incluíam desmatamento irregular no local, além de explosões de rochas com o uso de dinamite sem a devida autorização. (DIÁRIO DA SERRA, 24/5/2001).

Ainda em 2001 Chiquinho Garcia, o deputado estadual que representava a cidade comprometeu-se a criar uma lei que garantisse a preservação da Pedra Solteira. O jornal Diário da Serra noticia a preocupação do deputado em preservar o símbolo municipal e transcreve trechos de seu discurso.

O Deputado Estadual Chiquinho Garcia apresentou na última quarta-feira, Projeto de Lei propondo o tombamento da Pedra Solteira⁶¹ como sendo Patrimônio Histórico do Estado de Mato Grosso. [...].

“Ela representa para nós, por exemplo, o que representa para os cuiabanos a viola de cocho e as igrejas históricas de Cuiabá. Nada mais justo que nos preocupemos em mantê-la intacta.” [...].

“A valorização e o resgate dos bens culturais, históricos e ambientais é tão importante quanto a preservação da própria vida. Isso porque a identidade de um povo está sintetizada na expressão desses valores”, discursa o Deputado Chiquinho. (DIÁRIO DA SERRA, 26/08/2001).

Sem preocupar-se com exageros o deputado compara o valor dos bens históricos com o valor da própria vida. Materializado na Pedra Solteira o patrimônio simbólico é supervalorizado, as representações que dele são feitas ganharam ainda mais importância diante da ameaça de destruição. A ameaça à Pedra fez mover-se primeiro o prefeito e depois o deputado estadual que saíram em defesa, não apenas do bloco de rocha, mas das significações a ele atribuídas. Roger Chartier chama a atenção para a importância das representações sociais afirmando que “mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são reais a partir do momento que comandam atos.” (1990, p. 18). Para Roger Chartier as representações que povoam o imaginário coletivo são construções idealizadas. Ele problematiza a questão sugerindo que analisemos o seguinte.

⁶¹ A mesma reportagem faz menção ao fato da Pedra Solteira estar representada no hino e no Brasão municipal.

Pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, a revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (1990, p. 19).

Para os *pioneiros*, antes que houvesse asfalto, e até mesmo a estrada, a Pedra Solteira era um marco para aqueles que subiam a Serra, é um ponto de referência e um lugar de memória. Não é incomum que as narrativas de memória relembrem a Pedra Solteira, sempre associada às dificuldades enfrentadas para superar o grande obstáculo natural formado pela Serra Tapirapuã e seus paredões rochosos. Para os índios parecis a pedra é um elemento muito importante. O mito de origem pareci explica que esses índios viviam dentro de uma pedra e, por um pequeno buraco, aos poucos foram saindo da pedra e nascendo para o mundo (SOUZA, 1997). Como os pareci, os tangaraenses têm, também um pedra nas narrativas de suas origens. Distante aproximadamente 22 quilômetros da cidade, a Pedra Solteira é a pedra fundamental da cidade. Para quem sobe, tal pedra fica quase no final da Serra Tapirapuã que é sempre lembrada pelas dificuldades que impunha aos colonizadores. Só é possível, então, passar por ela quem já subiu quase toda a Serra. Mas ao contrário da Serra, a Pedra é lembrada como local de vitória e não de dificuldades, vitória daqueles que venceram o maior obstáculo natural enfrentado pelos colonizadores. Daí a importância simbólica da Pedra Solteira e sua perpetuação através do Hino da cidade, do Brasão Municipal e do troféu Tangará de Ouro, para lembrar apenas os meios oficiais para essa representação. Juntamente com o passaro e a Serra, a Pedra é símbolo da cidade, lugar de memória e objeto de representações sobre o qual se atribui significados que ajudam a ordenar e explicar o passado da cidade.

Anteriormente tratamos de como essas representações foram surgindo a partir de seus referentes e consolidando-se como lugares de memória para a cidade, como foram construídos através desses diferentes marcos, contados e recontados por muitas narrativas. Passemos

agora ao conjunto de signos que formam o Brasão Municipal, os símbolos e seus significados oficiais.

A emancipação de Tangará da Serra em maio de 1976 foi a conclusão do processo iniciado quando da chegada dos *pioneiros*, a partir de quando os migrantes depararam-se com os antigos moradores do lugar e surgiram as primeiras indisposições entres esses diferentes grupos. As diferentes concepções de cada grupo criaram tensões a partir das quais desenharam-se tipos, estereótipos. Essas querelas alimentaram as representações do outro, do espaço e principalmente da própria condição, assim os símbolos foram ganhando significados que tornaram-se oficiais com a emancipação. A ânsia por libertar-se da sede e tornar-se cidade, perpetuou-se no Brasão Municipal. A liberdade é representada de duas formas: uma evoca a data da abolição da escravatura, 13 de maio, indicando o fim da submissão de Tangará da Serra em relação a antiga sede do município. A outra está representada por algemas abertas, que lembram a aparência de uma corrente com seus elos quebrados, lembrando o fim da submissão. Talvez por coincidência os símbolos municipais foram instituídos pela Lei Municipal número 13. Entre eles o Brasão Municipal que é apresentado e tem cada um de seus elementos descritos em detalhes, além de explicados seus respectivos significados oficiais. É importante observar que o caráter oficial impede que a atribuição de significado aos elementos seja demasiadamente ufanista ou preconceituosa. Todavia não se pode esquecer que o contexto no qual o símbolo foi elaborado era de tensão entre as duas cidades. Vejamos a descrição do Brasão segundo a lei que o criou.



Figura 6 – Brasão Municipal – fonte, Secretaria de Indústria Comércio e Turismo.

O brasão municipal é composto por um escudo no centro do qual está representada a Pedra Solteira, sobre ela sobrevoam três pássaros da espécie tangará. A Pedra Solteira⁶² está assentada sobre uma planície verde que representa os campos verdejantes de onde se espera farta colheita. Abaixo da Pedra Solteira, na base do escudo, estão as algemas de prata, abertas, dando ênfase à liberdade conquistada. Abaixo do escudo, sobre uma faixa, está inscrito o nome da cidade entre a data de sua emancipação política. O escudo é encimado por uma coroa mural e ladeado por galhos de café com suas frutas (PREFEITURA MUNICIPAL, LEI Nº 13, 29/07/1977). Segundo a propaganda da empresa colonizadora o café era a lavoura que atestava a fertilidade do solo e prometia prosperidade aos *pioneiros*. Somando-se aos grilhões quebrados a data 13 de maio completa a representação de liberdade, idealizada pelos tangaraenses. As referências à liberdade no Brasão Municipal lembram, de forma indireta,

⁶² Após a criação do município de Nova Olímpia, em 1986, a Pedra Solteira ficou localizada dentro de seu território, não pertencendo, portanto à Tangará da Serra.

Barra do Bugres, seus moradores e a querela vivida entre eles. Assim foi perpetuada a liberdade que os *pioneiros* idealizam e reivindicam como conquistada de Barra do Bugres.

3.4 O pioneirismo nas ruas

O pioneirismo é um discurso que, naturalmente, não existiria sem os primeiros colonizadores, mas tal discurso acaba sendo maior que protagonistas no sentido de que ultrapassa a duração da vida de seus criadores. O pioneirismo cria um lugar social, um lugar de poder e como tal é mantido e ultrapassa o período de existência do grupo de colonizadores. Do contrário o tomaríamos como um discurso que acomoda apenas os precursores, os desbravadores, porém, se assim fosse, ele não sobreviveria por muito tempo além da vida dos *pioneiros*. Todavia o pioneirismo não morre com os *pioneiros*, antes perpetua-se de diferentes formas. Na região do Médio Araguaia, por exemplo, a forma encontrada pelos *pioneiros* para preservar suas memórias e defender sua identidade pioneira foi a realização de uma festa anual, a *Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste* realizada na cidade de Nova Xavantina em Mato Grosso (LIMA FILHO, 1992).

Um outro exemplo de como o pioneirismo se perpetua é o da cidade de Canarana que comemora o dia do *pioneiro*. O Jornal de Mato Grosso, publicado em Cuiabá, na primeira semana de agosto de 1978 traz uma reportagem sobre as comemorações e homenagens aos *pioneiros*.

Com uma festa que traduziu toda simplicidade e pureza do colono, a comunidade de Canarana comemorou o Dia do Pioneiro, tendo como convidado de honra o Governador Garcia Neto, que juntamente com o senhor Norberto Schwants, presidente da Coopercana, inaugurou o monumento ao pioneiro.

O primeiro parágrafo da reportagem noticia a visita do governador do Estado à cidade localizada na região do baixo Rio Araguaia por ocasião das comemorações do dia do pioneiro quando entre outros eventos foi inaugurado um monumento aos homenageados pela data comemorativa. Uma forma de fazer perpetuar a memória dos colonos daquela cidade.

Perpetuado pelo discurso do pioneirismo o colono ganha status de imortal quando deixa de existir e passa à um outro domínio, o da morte. Segundo Jacques Le Goff a morte é o “domínio em que a memória é particularmente valorizada.” (1996, p. 535). Limitado aos domínios da morte o *pioneiro* deixa de habitar a sociedade e passa a habitar a memória, perpetuando-se de alguma forma. Essa nova condição, a “vida” após sua morte também depende das lutas entre os diferentes grupos sociais pelo poder, no presente. Essas lutas vão determinar-lhe o seu novo “corpo”, um lugar que evite a corrosão causada pelo tempo e sua “segunda morte”, o esquecimento.

Para sobreviver à morte do corpo e passar a fazer parte da memória da cidade o *pioneiro* precisa encontrar materialidade em um novo “corpo” para que sua memória permaneça. Em Tangará da Serra isso se dá através, principalmente, da nomeação de ruas e outros lugares públicos. Desde o primeiro ano de administração municipal, muitos logradouros públicos da cidade recebem novos nomes em homenagem a antigos moradores. Emancipada no ano de 1976 o município de Tangará da Serra foi instalado somente no dia primeiro de fevereiro do ano seguinte. A data da emancipação foi o momento a partir do qual Tangará da Serra começou a contar sua própria história. Foi o que os vereadores da Primeira Legislatura começaram a fazer.

A recém instalada Câmara Municipal recebeu, para ser apreciada na quarta sessão⁶³ ordinária do dia 05 de abril de 1977, uma indicação do Poder Executivo solicitando aprovação de um projeto de lei para que a rua Presidente Dutra, no distrito de Progresso, passasse a se

⁶³ Registrado no primeiro Livro Ata na página 10. Arquivo da Câmara Municipal de Tangará da Serra.

chamar Palmira M. Tayano em memória a mãe do vice-prefeito, recentemente falecida. Solicitava também que a rua Augusta passasse a se chamar Gustavo M. Arraes em homenagem a um dos primeiros colonos da cidade, também recentemente falecido. Pedro Alberto Tayano, o primeiro vice-prefeito de Tangará da Serra fora proprietário de grandes áreas de terra no Distrito do Progresso. Foi empresário no ramo imobiliário e idealizador do loteamento urbano da Vila Progresso, antes que esta se tornasse distrito. Pedro A. Tayano mudou-se para o Distrito de Progresso apenas no ano de 1976, apesar de manter negócios em Tangará da Serra desde alguns anos antes (SILVA, 1998). Nesse mesmo ano filia-se a chapa que venceu as eleições municipais tornando-se vice-prefeito, todavia ele não conclui seu mandato, que na época era de seis anos, falecendo em março de 1981. No ano seguinte, a Prefeitura Municipal fundou em um dos bairros da cidade uma escola primária que em sua homenagem é batizada com seu nome. Em 1983 a Câmara Municipal aprovou a substituição do nome da praça Santa Filomena no Distrito de Progresso que passou a se chamar Praça Pedro Alberto Tayano. Assim, de forma oficial os *pioneiros* vão ganhando sobrevida e o pioneirismo ampliando seu poder enquanto discurso.

No mesmo ano a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 11/83⁶⁴ que homenageava postumamente o senhor Antonio Hortolani atribuindo seu nome à rua 9, paralela à avenida principal. Antonio Hortolani foi durante muitos anos gerente da SITA, a empresa colonizadora. O álbum *Desbravadores Tangaraenses* (SILVA, 1998) atribui a Antonio Hortolani o surgimento da Vila Mineira. Próxima ao centro da cidade essa vila teria surgido quando em meados da década de 1960 muitas famílias vindas de Minas Gerais, sem ter onde morar acomodavam-se em barracões feito de lona plástica. Foi então que o senhor Hortolani destinou uma área do perímetro urbano para que essas famílias se acomodassem.

⁶⁴Registrado no segundo Livro Ata, página 68. Ver item Fontes.

Desse modo a cidade vai tomando forma, ordenando o ambiente urbano e também seu passado colonizador e perpetuando a memória de seus primeiros colonizadores.

Com a emancipação o passado, ainda que pouco distante, vai tornando-se memória, eternizada através de atos oficiais que vão fixando essa memória nas instituições, nas praças e principalmente nas ruas, ao ritmo que os primeiros colonos vão deixando de fazer parte da sociedade dos vivos e passando aos domínios da memória, território que em Tangará da Serra é dominado pelo pioneirismo.

Assim Tangará da Serra vai tornando-se uma cidade de *pioneiros*, os homens que andavam por suas ruas agora as nomeiam, mesmo que o cidadão menos informados ou os visitantes nem se dêem conta, ou mesmo que as ruas não tenham placas lembrando o nome do homenageado o passado está ali, fixado naquele lugar e, pela força da lei, assegurado para posteridade. É assim que os primeiros colonos ganham sobrevida e a memória se perpetua.

A Câmara municipal de Tangará da Serra é a pia batismal de ruas e outros lugares públicos. Desde a emancipação essa prática é constantemente retomada pelo Legislativo, é uma forma de agradar famílias inteiras, às vezes numerosas e influentes. Como resultado disso um vereador apresentou um Projeto de Lei com a intenção de regulamentar essa prática, conforme descreve a matéria do jornal Diário da Serra.

Pelo projeto, ficam proibidas as alterações propostas no período de 6 meses que antecede às eleições municipais, estaduais e federais. A colocação de nomes em ruas e prédios públicos fica mais rigorosa. Quem pretender terá que justificar a proposta e conseguir um parecer favorável do Instituto Histórico e Geográfico de Tangará da Serra. (DIÁRIO DA SERRA, 30/05/2004) ⁶⁵.

⁶⁵ O Instituto Histórico e Geográfico de Tangará da Serra foi fundado em fevereiro de 2004. É uma instituição pouco ativa, não promove reuniões periódicas e nem eventos, tampouco dispõem de revista ou qualquer outra publicação. Não foi possível acessar as atas do Instituto por não haver quem por ele responda oficialmente, não há arquivos ou mesmo um lugar onde o Instituto é instalado. As poucas informações que dispomos, como data de fundação e eleição da primeira diretoria, foram possíveis saber através da leitura de jornais.

Desde o princípio de sua autonomia política até essa primeira tentativa de regulamentação, muitos daqueles primeiros colonos foram incorporados à memória da cidade, através da nomeação de ruas ou instituições públicas. Um exemplo emblemático é a Praça dos Pioneiros. Apesar de não levar o nome de nenhum dos antigos colonos, de forma genérica a Praça rememora todo o grupo daqueles que estiveram no processo de colonização. Essa abrangência estende-se também aos que ainda não estão limitados aos domínios da memória e podem usufruir dessa homenagem ainda em vida. A alguns quarteirões da prefeitura, localizada no centro da cidade, a Praça dos Pioneiros ocupa todo um quarteirão. Em três de seus lados é cercada por ruas com nomes de antigos moradores da cidade, sua frente é para a Avenida Brasil. A praça é um lugar destinado à realização de eventos, com uns poucos canteiros, quiosques e um palco para shows. Apesar do nome não há na praça nenhum monumento ou placa dedicada aos *pioneiros* ou a memória deles. A praça e seu nome são por si só um monumento que como outros foi projetado e construído baseado em representações e discursos. Nada de importante ou memorável aconteceu ou ocupou o lugar da praça antes de sua construção. Não era, portanto, um lugar de memória. A praça foi construída e nomeada para fixar ali um “memorial” aos colonizadores e seus feitos. Apensar da ausência de um monumento a praça tem poder de perpetuação, ou como explica Jacques Le Goff o “monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva).” (1996, p. 536, grifo do autor).

Construída em 1997, a Praça dos Pioneiros ganhou esse nome depois do projeto ter sido discutido e aprovado pela Câmara Municipal⁶⁶ e referendado pelo prefeito. A lei que nomeia a praça é a efetivação de atos oficiais comandados pelo discurso do pioneirismo, uma demonstração de como seu poder é capaz de legitimar-se através do Poder Público. Como no

⁶⁶ A praça foi nomeada através da Lei Municipal nº 1.274/97 de 20 de fevereiro de 1997. Ver Anexos.

caso das ruas e outras homenagens, a Praça é uma forma de ligar o passado ao presente, fazer lembrar e rememorar a obra dos fundadores da cidade. O pioneirismo é uma forma específica de narrar o passado, porém não é todo o passado que interessa, mas apenas o que faz perpetuar a memória dos *pioneiros*. Nomear ruas e praças é uma forma de monumentalizar o passado e dar lugares à memória.

A noção de história utilizada pelo pioneirismo permite uma analogia com a divisão da história proposta pela historiografia tradicional, nesse sentido é como se o período antes da chegada dos colonizadores fosse considerado o tempo pré-histórico. O município de Tangará da Serra localiza-se em uma região antes ocupada por índios da etnia Pareci. Todo o patamar acima da Serra Tapirapuã e abaixo da Serra dos Parecis, além de grande parte da chapada de mesmo nome era território anteriormente ocupado por índios. Todavia, os parecis, não têm espaço na memória da cidade, não há em Tangará ruas ou outros lugares públicos com nome indígena, ou qualquer referência que lembre os antigos ocupantes dessas terras. Ao contrário de Cuiabá, onde o indígena é evocado e lembrado como parte do passado, junto com os bandeirantes⁶⁷, em Tangará o elemento indígena foi esquecido do passado e da história da cidade, contados pelo pioneirismo. Somente fora do espaço urbano dois lugares receberam nomes indígenas, a Serra Tapirapuã e o rio Sepotuba⁶⁸, apesar de que esses nomes já eram consolidados antes da colonização de Tangará da Serra. Dessa forma o elemento autóctone foi relegado ao ostracismo, foi alijado da construção da memória dirigida pelo discurso do pioneirismo. Os embates entre os diferentes grupos, no presente, não permitiram que os

⁶⁷ A título de exemplo o palácio do Governo do Estado de Mato Grosso chama-se *Palácio Paiaguás*. Isso não significa dizer que Cuiabá seja um exemplo de democracia nesse sentido, mas o elemento indígena, ao menos, não foi negado ou de todo esquecido como em Tangará da Serra.

⁶⁸ Alguns mapas antigos trazem o nome Bocaiuva para a Serra Tapirapuã. O rio Sepotuba tem, também, oficialmente o nome de *Tenente Lira*, em homenagem a um oficial da Comissão Rondon desaparecido em suas águas. Nesses dois casos os nomes indígenas são preponderantes, pela popularidade que têm, apesar de dividirem espaço com os outros topônimos.

indígenas conseguissem espaço na memória e no âmbito do que é considerado como histórico em Tangará da Serra.

3.5 O álbum

A preocupação em se preservar a memória dos *pioneiros* e ao mesmo tempo delimitar o espaço por eles ocupado levou o locutor de rádio Ciriaco da Silva a desenvolver um significativo trabalho, trata-se de *Desbravadores Tangaraenses: a fé na terra*⁶⁹, um álbum de figurinhas. O álbum é feito de nove páginas com espaços numerados para receberem as figurinhas. Além das páginas destinadas às figurinhas, o álbum possui outras dedicadas a figuras de destaque, geralmente políticos ou professores. A esses, toda uma página é dedicada, sendo dividida apenas com o espaço reservado para publicidade. Tem-se um resumo de sua biografia, onde se conta a origem, a data em que se mudou para Tangará, alguns de seus feitos e a atividade que desenvolvia na cidade.

As figurinhas são reproduções de fotografias dos *pioneiros* da cidade, os “desbravadores” tangaraenses. Com o nome da pessoa e o número correspondente ao espaço a ser preenchido no álbum, as figurinhas preenchem nove espaços em cada página. Abaixo desses espaços há um pequeno trecho da história de vida ou dos feitos realizados pelo respectivo “desbravador”. Essas pequenas histórias de cada pessoa começam sempre com a data de chegada. Todos os textos começam exatamente iguais com a frase, *pioneiro de,*

⁶⁹ *Desbravadores Tangaraenses: a fé na terra*. Tem um número que identifica o exemplar, número através do qual se fizeram os sorteios. Não há informação sobre tiragem, data de publicação ou a gráfica que o produziu. É possível conhecer a data através do Decreto que o reconhece como sendo de valor histórico. O Decreto 269 de 28/09/1998 da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra. Ver item Anexos.

seguida do ano em que o mesmo mudou-se para cidade. A disposição das figurinhas no álbum obedecem a uma seqüência cronológica crescente.

A figurinha número 1 é a do morador mais antigo, o senhor Marçal Teodorico da Cruz, *Pioneiro de 1932*, e a última figurinha é a da senhora *Maria Angélica, Pioneira de 1969*. Na tentativa de não deixar escapar os primórdios da história o autor preocupa-se em recuar o máximo possível no tempo. Nesse afã a primeira figurinha afasta-se da noção de *pioneiro*. Segundo o histórico correspondente à número um, o senhor Marçal era um poaieiro, explorava o ambiente desde 1932. Contudo os poaieiros não tinham pretensões de colonizar o espaço, ao contrário, a colonização contribuiu para o fim da atividade extrativista na região, também o fato de explorar o lugar desde 1932 não parece ter muita importância para o processo de colonização, que iniciou-se em 1959. Portanto, a rigor, o senhor Marçal não encaixa-se no perfil da maioria dos antigos colonizadores. Ao organizar o álbum por data de chegada o autor cria uma hierarquia que não é apenas cronológica, mas de valores, pois quanto mais antigo é o residente, mais ele esteve envolvido no processo de colonização, conseqüentemente, mais garantida está sua condição de “desbravador”.

A capa do álbum é ilustrada com três fotografias que se sobrepõem. A primeira, no alto da capa, é a mais antiga e mostra a cena de homens trabalhando com toras de madeira numa área de derrubada. Uma referência à primeira etapa da colonização, a retirada da mata, é a primeira interferência dos colonos no ambiente e a vitória deles sobre a natureza. No meio, a segunda fotografia é a imagem de uma igreja construída em madeira, um exemplar da primeira arquitetura, a que anteriormente nos referimos a ela como tosca e efêmera. A igreja representa a fé do idealizador do álbum que era também, conhecido como *Mané Padre*. A frente da igreja está tomada por muitas pessoas: homens, mulheres e crianças que posaram para câmera junto do padre e uma imagem sacra. Abaixo dessa, a terceira e última fotografia é uma tomada de aérea, uma visão panorâmica da cidade, já pavimentada e com alguns prédios.

A disposição das fotografias na capa sugere ao observador uma idéia de evolução. No sentido em que lemos, de cima para baixo, temos uma narrativa visual da história da cidade, uma evolução linear, é a marcha do progresso que caracteriza o discurso do pioneirismo. Discurso que na capa do álbum é feito de forma imagética.

A capa do álbum é uma montagem fotográfica que busca dar testemunho de uma verdade. A função das fotografias ali é a de atestarem a evolução do tempo, desde o mais distante passado, assim como está registrado nas imagens. Preferimos entender as imagens fotográficas, não como recortes congelados da realidade, mas como representações feitas a partir do real. O que foi registrado pela imagem, seu referente, de fato existiu num determinado tempo e espaço, mas a imagem fotográfica é uma linguagem que constrói documentos. Pensada como documento a fotografia deve ser pensada também como monumento (LEITE, 2001). Boris Kossoy (2001) aconselha que para compreender a fotografia é necessário desmontá-la em seus elementos constitutivos. É com esse olhar que devemos observar a capa do álbum.



Figura 7 – Ilustração da capa, álbum Desbravadores Tangaraenses.

Ao abrir o álbum de figurinhas o leitor encontra a Apresentação, que conta em curtos parágrafos o processo de fundação da cidade e explica que os desbravadores incluídos no álbum são muitos daqueles que contaram suas histórias no programa de rádio *Pioneiros na Pioneira*. O autor encerra a apresentação identificando-se como *historiador Ciriaco da Silva*. Ciriaco era um militante da causa do pioneirismo, militava pela preservação da memória dos primeiros moradores da cidade e pela delimitação de seu território social, ele era defensor de um discurso que o legitimava enquanto pioneiro. O autor do álbum é também um dos homenageados e tem sua própria figurinha entre os *desbravadores tangaraenses*. Manoel Ciriaco da Silva é o *pioneiro* da figurinha de número 37 abaixo da qual lê-se o resumo de sua trajetória, narrada da seguinte forma.

Pioneiro de 1963, do Seminário direto a Tangará, coordenador dos movimentos religiosos, animador do primeiro serviço de alto-falantes do povoado, funcionário do escritório da SITA, efetuou o primeiro censo, professor, farmacêutico, etc.(SILVA, 1998, p. 19).

Os álbuns circulavam entre alunos das escolas do município e o objetivo de se colar as figurinhas dos primeiros moradores da cidade era concorrer a prêmios. Nove sorteios foram realizados, referente as nove páginas do álbum. Para concorrer, as páginas deveriam estar completamente preenchidas com as figurinhas. O álbum sorteado deveria estar com a página referente ao sorteio que o contemplou preenchida completamente e as anteriores também, sob pena de não receber a premiação. Assim os álbuns iam recebendo as figurinhas à medida que os sorteios iam acontecendo de forma que os participantes viam-se obrigados a adquirir todas as figurinhas.

O álbum foi um fabuloso meio de divulgação e legitimação do pioneirismo que, de forma didática, fez-se conhecido de um público muito importante, as novas gerações que por ele foram ensinadas. O álbum tornaram conhecidos os *pioneiros* e suas histórias para as novas gerações, ao mesmo tempo que contribuiu para dar sentido ao passado e marcar o lugar dos

desbravadores. Assim a memória desse grupo passa adiante, didaticamente contando sua história ao mesmo tempo em que amplia sua base atingindo um público não alcançado pelo rádio.

PIONEIROS DESBRAVADORES DE TANGARÁ DA SERRA



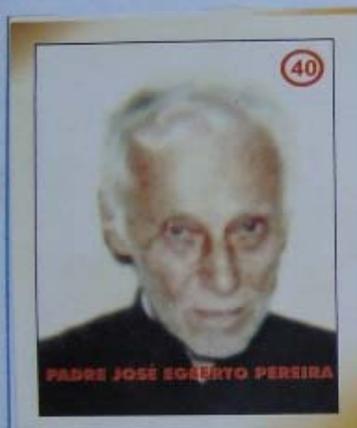
Pioneiro de 1963, do Seminário direto a Tangará, coordenador dos movimentos religiosos, animador do primeiro serviço de alto-falante do povoado, funcionário do escritório da SITA, efetuou o primeiro censo, professor, farmacêutico e etc.



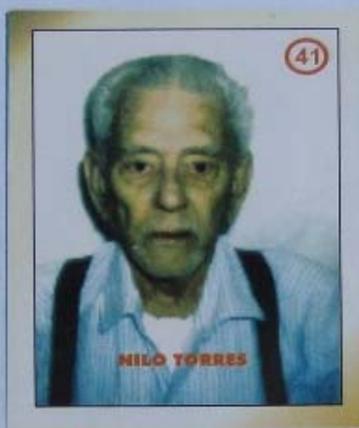
Pioneira de 1963, família de grandes cafeicultores da região, primeira professora da área rural lotada na extinta Escola denominada Stº. Antônio da rede Municipal antes localizada as margens da estrada de acesso a Deciolândia.



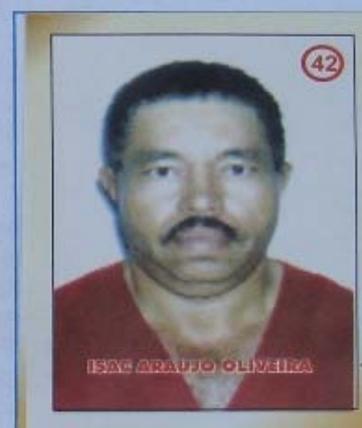
Pioneira de 1963, mãe de dezessete filhos, sessenta e um netos, dezoito bisnetos. Família dedicada a lavoura e criação de gado leiteiro, religiosos por tradição, fabricantes do queijo caipira. Na fazenda construíram uma casa com 22 peças para atender a família.



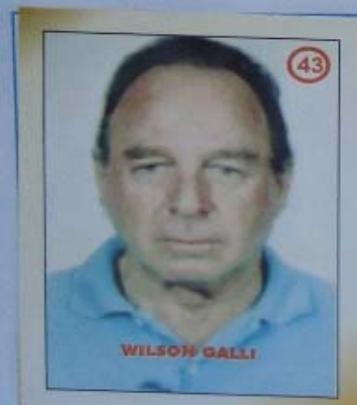
Pioneiro de 1963, primeiro pároco de Tangará da Serra, adquiriu os terrenos para a casa Paroquial e das irmãs, aumentou a capela existente, conseguiu área para uma escola agrícola (projeto frustrado). Celebrava missas nos sítios viajando de bicicleta.



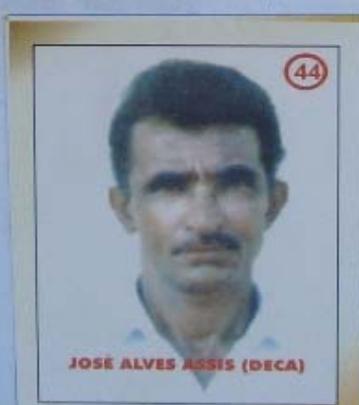
Pioneiro de 1963, com a família instalou uma sapataria de fabricação e consertos de calçados, artigos de selaria em geral. Fundador da Igreja Presbiteriana de Tangará da Serra, ex-vorador, articulador das Instituições Educacionais. (In Memoriam).



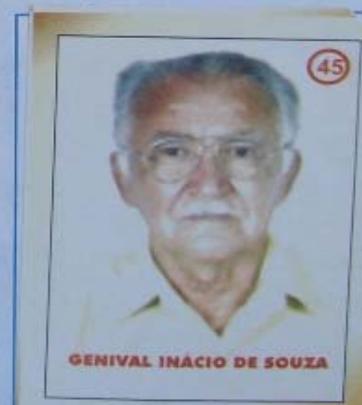
Pioneiro de 1963, agricultor e proprietário às margens do córrego Ararão, abriu estradas no braço, incomodado pelas abelhas que sugavam suor, as vezes almoçava andando pelos picadões. Certa vez, correu de uma onça pintada chegando em casa sem fala.



Pioneiro de 1963, 1º na mecanização do cerrado, 1º campo de experiência de soja, 1º secador de grãos, vendeu terras pelo plano especial do B. do Brasil, 1º sistema de irrigação. Em tempo de poucas viaturas, também o 1º a colidir a outro veículo numa rua quase deserta.



Pioneiro de 1963, oito dias de viagem de SP. a Tangará, mesmo assim ainda em N. Olímpia obrigou-se a alugar uma carroça de roda dura para finalmente chegar com a mudança na linha 12, onde dedicou-se a lavoura por vários anos.



Pioneiro de 1963, de Jaciara MT., direto para Tangará da Serra, dedicou-se a plantação de hortaliças na Vila Alta, na época enfrentou dificuldades para o transporte devido a inúmeros atoleiros (Hoje entre Hiper Gotardo e a TCA) na Av. Brasil.

Figura 8 – página preenchida com figurinhas, álbum Desbravadores Tangaraenses.

O álbum contribui também para definição do espaço social demarcado pelo pioneirismo, colocando a data de chegada como critério indispensável para o conceito *pioneiro*. Definido por esse critério o conceito afasta outros indivíduos ou grupos de migrantes mais recentes. A leitura do álbum sugere que quem não está em suas páginas não é um dos primeiros a chegar na cidade, ou ao menos não é contemporâneo aos *desbravadores* presentes ali, o que dificilmente permitirá que tal pessoa seja considerada pioneira.

Por fim, o álbum é a glorificação daqueles que depositaram sua *fé na terra*, esperaram, trabalharam e viram a fé materializar-se em cidade que se fez *moderna e próspera*. Essa é uma idéia tipicamente idealizada que silencia as desigualdades e o jogo de interesse entre os diferentes grupos ao contar sua história de heróis do passado. As narrativas sobre os desbravadores parecem vir de um tempo mítico, sendo que o mito não é necessariamente uma história falsa, mas uma história que se torna significativa. O mito é segundo, Alessandro Portelli, uma matriz de significados, uma trama de oposições, também afirma que o fato dessas narrativas “se embasarem em fatos não invalidam sua condição mítica.” (1996, p. 124).

Atentemos também para o fato de que a memória do pioneirismo mantém uma relação estreita com o poder oficial. As manifestações que perpetuam essa memória não são próprias da cultura popular, como por exemplo, festas, músicas, poesias ou qualquer outra forma de manifestação popular que rememore os primeiros migrantes e o processo de colonização que os gerou. As formas de rememoração e de perpetuação da memória dos *pioneiros* de Tangará da Serra são todas oficiais, ou oficializadas.

A memória preservada e manifestada através do pioneirismo em Tangará da Serra é por sua natureza oficial por meio dos Poderes Públicos, Prefeitura e Câmara Municipal, que criam e decretam leis oficializando a memória dos mortos, e por incidência revivendo a dos vivos. É a efetivação do poder do discurso do pioneirismo que consegue comandar atos como os que nomearam diversas ruas, escolas, praças e até mesmo o álbum de figurinhas, que é

considerando de valor histórico através de um Decreto municipal. Há uma alimentação mútua entre Poder Público e pioneirismo, já que o Poder Público se beneficia das homenagens por serem elas agradáveis às famílias dos homenageados, parcela considerável e muitas vezes influentes da população, a simbiose completa-se porque o pioneirismo torna-se cada vez mais forte a medida que agrega novos nomes à memória oficialmente perpetuada por essas homenagens.

O pioneirismo em suas construções é o discurso em funcionamento, é para Roger Chartier (1990) as representações sociais comandando atos. São as construções dos lugares de memória, lugares aos quais atribui-se valor simbólico (CATROGA, 2001), lugares que deflagram lembranças. Essas lembranças acumuladas é o que convencionalmente chamamos de memória coletiva. A forma como essas memórias são organizadas em um “depósito” é o que Jacques Le Goff (1996) chama de linguagem de armazenamento e que denominamos aqui como discurso do pioneirismo.

Poderíamos dizer que o pioneirismo é uma linguagem, de fato, é um discurso. É através dele que os lugares foram escolhidos para guardarem as memórias, é por ele que o “mito” fundacional é narrado da forma como foi descrito e, principalmente é por ele que os pioneiros têm autoridade para narrar o passado em uma narrativa apropriada, inclusive por produções acadêmicas, e finalmente é por ele que as ruas perpetuam suas memórias.

O pioneirismo é um discurso poderoso, capaz de comandar atos que literalmente tornam a memória oficial, cria múltiplas representações e imagens visuais, como o Brasão municipal com seus significados e a capa do álbum de figurinhas, uma narrativa visual fabulosa. É esse o discurso que nos esforçamos por capturar com esta narrativa que segue agora para suas últimas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer as últimas considerações a respeito do tema sobre o qual discorreremos por três capítulos, reconhecemos que a história não é capaz de captar o todo, a despeito de tentativas passadas de se fazer uma história total, as narrativas sobre o passado sempre deixam lacunas. Todos os objetos da história são por natureza fugidios e não há metodologia capaz de captar o real, já há algum tempo essa deixou de ser a pretensão dos historiadores. Ciente disso a intenção sempre foi a de contribuir, da melhor maneira possível, para as discussões a respeito do tema abordado e principalmente contribuir para a compreensão do objeto, somando nosso trabalho com aqueles que já se lançaram ao desafio de produzir história sobre Tangará da Serra.

Pode-se dizer que o produto de nosso trabalho é uma história de colonização pelo objeto e contexto estudados, todavia nos esforçamos para não reduzi-lo a uma abordagem centrada no processo de colonização em si mesmo, mas nos empenhamos em fazer uma história onde o homem e suas manifestações estivessem no centro das preocupações. O foco esteve sempre voltado para os atores sociais envolvidos no processo de colonização.

Procuramos olhar a colonização de perto para que esse olhar aproximado buscasse enxergar mais os indivíduos que os rearranjos demográficos, mais os homens em suas manifestações cotidianas que a construção de novos espaços geográficos e a ampliação das fronteiras agrícolas.

Nesse sentido buscamos como diferencial não fechar a análise sobre o processo de ocupação do espaço pelos *pioneiros*, nem nos preocupamos muito em fazer grandes narrativas sobre os primeiros contatos com o ambiente natural. Nossa preocupação não esteve em fazer uma história dos desbravadores de *terras desabitadas* e inóspitas e nem dos feitos desses

desbravadores, o ato de ocupar e desbravar, ou seja, a ação de domar a natureza bravia não está no centro de nossa preocupação. Nos interessamos mais pelas representações posteriormente construídas sobre esses fatos do que em narrá-los apenas. Considerando isso nos interessamos principalmente pelas representações feitas a partir do momento em que o ambiente já não era de todo inóspito e já era possível perceber a diferença entre o mundo rural e o ambiente urbano que se desenvolvia. Por isso, produzir história de colonização, ao nosso ver, requer que tratemos do processo de desenvolvimento do ambiente urbano e do homem que o constrói, não apenas fisicamente, mas também através de suas representações.

Por isso, de diferentes formas, os relatos de memória estão presentes ao longo de todo o texto, mas é principalmente no terceiro capítulo que essas memórias vão relatar as representações coletivas criadas sobre o espaço urbano em formação. Ao falarmos de construções representativas sobre o espaço tornou-se necessário problematizarmos a memória coletiva, a identidade cultural e os embates que as envolvem na dinâmica da sociedade. O desprezo pela arquitetura em madeira, o desejo de modernizar-se rapidamente e os lugares de memória são resultados da forma como a memória coletiva é gerenciada, da mesma forma o que permanece e o que pode ser dispensado, quem é pioneiro e quem não pode ser. Por isso o discurso do pioneirismo é o organizador das memórias e do passado da cidade.

Fomos buscar as representações contidas na memória coletiva, sobretudo daqueles indivíduos considerados *pioneiros*, mas também nos preocupamos em fazer uma leitura sobre as representações que já foram construídas a partir dessa memória coletiva, organizada pelo pioneirismo, a saber, as contidas nas produções bibliográficas. A necessidade de lermos as visões já produzidas sobre a cidade resultou no segundo capítulo, uma leitura dos livros que narram o passado da cidade. Esses trabalhos são instrumentos de saberes e produtores de representações. O resultado das *leituras da cidade* nos mostra que os relatos de memória dos *pioneiros*, narrados por eles mesmos, são reproduzidos nas produções bibliográficas que

analisamos, assim sendo, com esses livros, o discurso do pioneirismo amplia-se, perpetuando os depoimentos e contando a história à maneira que lhe convém. As leituras do segundo capítulo atestam uma forma regular de narrar e também invenções como, por exemplo, a Região Médio Norte.

Para compreendermos as diferentes representações e o embate entre elas é que selecionamos esse recorte cronológico e não outro. A ação desbravadora dos primeiros migrantes tem início no final da década de 1950, todavia escolhemos centrar nossas análises a partir da emancipação, evento carregado de significados e disputas entre diferentes representações. Mesmo depois da emancipação, quando os barra-bugrenses afastaram-se do centro do palco e Tangará da Serra esteve livre para contar sua própria história surgiram outros embates. Desta feita os *pioneiros* que estiveram presentes no processo de colonização começaram a demarcar seu território social, colocando às fímbrias desse espaço outros habitantes que não participaram com eles dos sofrimentos inerentes a ação desbravadora. É aí que ganha relevância o que chamamos de *fator dificuldade*. Quanto maior a dificuldade, maior o mérito. Tomando isso por princípio, os que migraram a partir da segunda metade da década de 1970 muito dificilmente serão contados entre os precursores, por isso a década de 1980 pode ser considerada uma baliza cronológica que separa os *pioneiros* e os que assim não podem ser considerados.

Os caminhos da reflexão que propomos levam o leitor interessado a perpassar todos os períodos da história da cidade, isso porém, não significa dizer que foram aqui narrados todos os fatos. A construção de conhecimento em história não se dá pela compilação de eventos, mas pelas perguntas que os historiadores fazem às fontes, através das quais os eventos chegam até seu tempo. Nesse sentido o que nos esforçamos por fazer, o tempo todo, foi perceber as tensões que permeiam as relações sociais. Ao estudarmos o discurso do pioneirismo vimos que ele provoca tensões em no mínimo dois momentos distintos: primeiro,

quando se constrói um estereótipo para os moradores de Barra do Bugres, ou de forma genérica, para os mato-grossenses. O segundo momento é quando os moradores mais antigos preocupam-se em delimitar um espaço social próprio, distinguindo-se dos que chegaram mais tarde e, às vezes, são homenageados como *pioneiros*, injustamente segundo seus critérios. Todas essas representações estão expressas no trabalho através das diferentes formas utilizadas pelo pioneirismo: os relatos de memória e sua regularidade, o álbum de figurinhas, a estratégia de nomear ruas e a difusão de depoimentos através do rádio, entre outras. Todas essas são formas de legitimar o espaço delimitado pelo pioneirismo, são monumentos construídos por esse discurso.

Apesar das agruras ficamos felizes em fazer com que, aos poucos, a narrativa fosse ganhando corpo, revelando aos olhos do leitor alguns aspectos da cidade e a forma como são narrados pelos discursos que os contam. Nos preocupamos em produzir um texto que não se tornasse prolixo, mas que ao mesmo tempo desse conta de narrar aspectos da cidade que contemplasse seu processo de colonização, o grupo dos *pioneiros* com suas representações do passado e as tensões na disputa pelo poder, em suas diferentes formas e níveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Um leque respira: a questão do objeto em História*. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. *Retratos de Foucault*. São Paulo: Nau Editora, 2000.

ANDRADE, Alex Sandre Marques. *Tangará da Serra: pioneirismo e identidade cultural*. Cáceres, 2004. Monografia (Graduação em História) Departamento de História, Universidade do Estado de Mato Grosso.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. *Legislação imobiliária da União: anotações e comentários às leis básicas*. Brasília: 2002. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao>>. Acesso em: 05 abr. 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito Antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Lisboa: Quarteto, 2001.

CENTIRIÃO, Luiz Ricardo Michaelson. *A cidade colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1990.

COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da Modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1969.

COULANGES, Fustel de; NUMA, Denis. *A cidade antiga: Estudo sobre o Culto, o Direito e Instituições da Grécia e de Roma*. Tradução: Fernando de Aguiar. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. *São Domingos: a outra face de Sorriso (1992 – 2000)*. Cuiabá 2002. monografia (Graduação em História) Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. Alva-ciord, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870 – 1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Edson Emídio. *A memória do café em Tangará da Serra no período de 1962 a 1980*. Tangará da Serra, 2007. Monografia (Graduação em História) Departamento de História, Universidade do Estado de Mato Grosso.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840) crise e estagnação do Projeto Colonial*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em História) Departamento de História da Faculdade Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUIMARÃES, Suzana Cristina Souza. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde. Política do colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: Unicen, 2002.

_____. *Cidades da mineração: memórias e prática culturais, Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HEINST, Andréia de Cássia. *Pioneiros do Século XX: memórias e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'Oeste*. Cuiabá, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenções das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT – Imprensa Universitária, PROEDI, 1982.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Pioneiros da Marcha para o Oeste: memória e identidade na fronteira do Médio Araguaia*. Brasília, 1992. Tese (Doutoramento em Antropologia) Departamento de Antropologia, UNB.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. *Rumo a uma história visual*. In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 33 – 56.
- MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.
- MIRANDA, Graci Ourives de. *A Poaia: Um estudo em Barra do Bugres*. Cuiabá, 1983. Monografia (Especialização em história e historiografia de Mato Grosso) Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e sua escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- MOURA, Carlos Francisco. *A expedição Langsdorff em Mato Grosso*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1984.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 7 – 28, dez. 1993.
- NOVAIS, Fernando A. *Condições de privacidade na colônia*. In: _____. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. I, Coleção. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *Família e Natureza: as relações entre famílias e ambientes na construção da colonização de Tangará da Serra – MT*. Cuiabá, 2002. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Aires José. *Tangará da Serra: nova fronteira agrícola e sua urbanização*. Tangará da Serra: Gráfica São Francisco, 2000.

PIAIA, Ivane Inês. *Geografia de Mato Grosso*. 3 ed. Cuiabá: EDUNIC, 2003.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONCIANO, Nilton Paulo. *O processo civilizador do Sul de Mato Grosso: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados*. In: ANALECTA, Guarapuava v. 2 no 1 p. 93 - 101 jan./jun. 2001.

RAMOS, Jivino S. *Barra do Bugres: história, folclore, curiosidades*. Cuiabá: Gráfica Atalaia, 1992.

ROZEIRA, Milton. *Tangará da Serra, Sua Terra, Sua Gente*. Campo Mourão: Polvo, 1999.

SILVA, E. P. *O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso 1870-1930*. Cuiabá: Entrelinhas, 2004.

SILVA, Jovam Vilela da. *A Divisão do Estado de Mato Grosso: uma visão histórica - 1892 – 1977*. Porto Alegre, 1982. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Hellen Cristina de. *Entre a aldeia e a cidade: educação escolar Paresí*. Cuiabá, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Os nomes da cidade no Brasil colonial. Considerações a partir da Capitania do Rio Grande do Norte. *Mercator*, Fortaleza, ano 2, n. 3, p. 53-60, 2003.

VILLAS BOAS, Orlando; VILLAS BOAS, Cláudio. *A marcha para o Oeste*. São Paulo: Globo, 1994.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

FONTES

Câmara Municipal

- ATA. 4º sessão ordinária, 05 abr. 1977.
 ATA. 4º sessão extraordinária, 08 jul. 1977.
 ATA. 1º sessão ordinária, Segunda Legislatura, 07 fev. 1983.
 ATA. 2º sessão ordinária, Segunda Legislatura, 14 fev. 1983.
 ATA. 3º sessão ordinária, Segunda Legislatura, 21 fev. 1983.
 ATA. 13º sessão ordinária, Segunda Legislatura, 02 maio 1983.
 ATA. 14º sessão ordinária, Segunda Legislatura, 09 maio 1983.

Jornais

- DIÁRIO DA SERRA, ano IV, nº 1151, Tangará da Serra, 10 nov. 2000.
 DIÁRIO DA SERRA, ano V, nº 1309, Tangará da Serra, 24 maio 2001.
 DIÁRIO DA SERRA, ano V, nº 1311, Tangará da Serra, 26 ago.2001.
 DIÁRIO DA SERRA, ano VII, nº 1430, Tangará da Serra, 13 maio 2004.
 DIÁRIO DA SERRA, ano VII, nº 1747, Tangará da Serra, 30 maio 2004.
 O JORNAL DE MATO GROSSO, ano II, nº 80, Cuiabá, de 2 a 8 de ago. 1978.

Fontes orais

- ANTONIO Alves Moreira. Em entrevista ao autor. Tangará da Serra, 21 out. 2008.
 BETH RAMON (Izabel Sanches Rodrigues). Em entrevista ao autor. Tangará da Serra, 15 out. 2008.
 JOAQUIM José Goulart. Em entrevista ao autor. Tangará da Serra, 27 dez. 2008.
 JOVINO S. Ramos. Em entrevista ao autor. Barra do Bugres, 03 mar. 2008.

Outras fontes

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Estado de Mato Grosso. *O que é o Centro Geodésico*. Cuiabá: 2004. Disponível em: <http://www.al.mt.gov.br/V2008/ViewConteudo.asp?no_codigo=5828>. Acesso em: 10 jun. 2008.
- CURRÍCULO DA PLATAFORMA LATTES. Carlos E. de Oliveira. CNPq. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- MAPAS de Mato Grosso. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2008.
- MATO GROSSO. O Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso: MT + 20. Disponível em: < <http://www.sad.mt.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL de Tangará da Serra. Publicação comemorativa ao 16º aniversário de emancipação política e administrativa. Tangará da Serra: 1992.
- SILVA, Ciriaco da. *Desbravadores Tangaraenses: a fé na terra*. Tangará da Serra: s/ ed, 1998.

ANEXOS



Gabinete do Prefeito

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Estado de Mato Grosso

LEI Nº 1.274/97, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1.997.

DÁ DENOMINAÇÃO DE “PRAÇA DOS PIONEIROS” À ÁREA DE RESERVA LOCALIZADA ENTRE A AVENIDA BRASIL, RUA JOSÉ CÂNDIDO MELHORANÇA (24), RUA ANTÔNIO HORTOLANI (09), RUA DÉCIO BURALI (22), NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT.

O Engº JAIME LUIZ MURARO, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - A Área de Reserva localizada entre Avenida Brasil, Rua José Cândido Melhorança (24), Rua Antônio Hortolani (09) e Rua Décio Burali (22), no Município de Tangará da Serra-MT., denominar-se-á “ **PRAÇA DOS PIONEIROS** ”.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e sete.



Engº JAIME LUIZ MURARO
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.



Profº FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Secretário Municipal de Administração



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI Nº 187/GP/85, de 12 de Maio de 1.985.

O Senhor ANTONIO PORFÍRIO DE BRITO, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

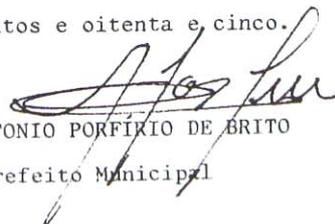
Artigo 1º - A Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT. através da presente Lei, presta homenagem póstuma ao Dr. Tancredo de Almeida Neves, atribuindo o seu nome a uma das Avenidas desta cidade.

Artigo 2º - A Avenida São Paulo da Planta Geral Original da Cidade de Tangará da serra, passa a denominar-se " Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves".

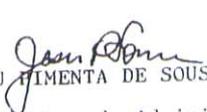
Artigo 3º - O Poder Legislativo Municipal em conjunto realização Sessão Solene enaltecendo a pessoa do homenageado, no dia 12/05/85, por ocasião das Festividades do IX aniversário da Municipalidade.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da serra, aos doze dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e oitenta e cinco.


ANTONIO PORFÍRIO DE BRITO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura Municipal, e publicada por afixação no lugar de costume, em data supra.


JESU FIMENTA DE SOUSA
Secr. Mun. de Administração



Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ESTADO DE MATO GROSSO

LEI Nº 212/85, de 23 de outubro de 1985

Altera a denominação de Logradouro Público e dá outras providências:-

O Senhor ANTONIO PORFÍRIO DE BRITO, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:-

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Artigo 1º - A Rua 16 da Planta Geral da Cidade de Tangará da Serra - Mt. passa a denominar-se Rua São Paulo.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, aos vinte e três dias do mes de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco.


ANTONIO PORFÍRIO DE BRITO
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal de Administração, e publicada por afixação em data supra no lugar de costume.


JESU PIMENTA DE SOUSA
Sec. Mun. de Administração



CÂMARA MUNICIPAL
TANGARÁ DA SERRA
ESTADO DE MATO GROSSO

nete do Presidente

LEI Nº 149/84, DE 22 DE MARÇO DE 1.984.

O Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe faculta o inciso IV, do artigo 14, da Lei nº 3.770, de 14/09/76, Faço saber que a Câmara Municipal Decreta e eu Promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Passará a denominar-se "Praça da Bíblia" a atual "Praça Pio XII" situada em frente a Igreja Matriz desta cidade.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra aos 22' (vinte e dois) dias do mês de Março do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro.

Sr. SEBASTIÃO ANALIZ SOARES

=Presidente=



Gabinete do Prefeito

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Estado de Mato Grosso

DECRETO Nº 269/GP/98, DE 28 DE SETEMBRO DE 1.998.

RECONHECE COMO ATIVIDADE CULTURAL ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS.

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO
NO LOCAL DE COSTUME
EM 28, 09, 98

Nº	604
Destino	33

O Prof. **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, Prefeito Municipal em Exercício, de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

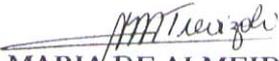
Art. 1º - Fica reconhecida como atividade cultural a edição do “**ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS**”, sob a forma de figurinhas coláveis, tendo como título “Desbravadores Tangaraenses – A fé na Terra”, de autoria do Historiador Manoel Ciriaco da Silva, portador da Cédula de Identidade – RG nº 227.472, SSP/MT., residente e domiciliado há mais de 35 (trinta e cinco) anos neste Município de Tangará da Serra-MT., conforme exemplar que faz parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e oito.


Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.


NEUZA MARIA DE ALMEIDA TREVISOLLI
Secretária Municipal de Administração e Controle Interno Interina

DECRETO Nº 093/GP/2000, DE 13 DE ABRIL DE 2.000.

CONCEDE DISTINÇÃO HONORÍFICA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 128/GP/98, DE 07 DE MAIO DE 1.998.

O Engº **JAIME LUIZ MURARO**, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica distinguido com a homenagem “Troféu Tangará de Ouro” no ano em curso, as seguintes personalidades:

- **Jamil Boutros Nadaf** – Presidente da Federação do Comércio;
- **Pedro Jamil Nadaf** – Presidente da Associação do Comércio de Cuiabá;
- **Dr. Carlos Roberto C. Pinheiro** – Juiz de Direito e Diretor do Fórum;
- **Eliel Ferreira Porto** – Vereador;
- **José Turatti** – Produtor;
- **Ana Maria Rodrigues Masson** – Gerente da Caixa Econômica Tangará da Serra;
- **Levi Delcaro** – Empresário;
- **José Crestani** – Produtor;
- **Argemiro Pedro Lanza** – Empresário;
- **José Amauri Pereira** – (Amauri Tangará) cineasta;
- **Dr. João Medeiros** – Diretor da UNICEM;
- **Sandra Luiza Freire** – Diretora UNITAS;
- **Hélio Tavares** – Pioneiro;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil.

Engº JAIME LUIZ MURARO
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

Engº Agrº RICARDO MANOEL ARIOLI SILVA
Secretário Mun. de Administração e Controle Interno

DECRETO Nº 129/GP/2004, DE 23 DE ABRIL DE 2004.

CONCEDE DISTINÇÃO HONORÍFICA NOS TERMOS DO DECRETO Nº 128/GP/98, DE 07 DE MAIO DE 1.998.

A Sra. **ANA MARIA MONTEIRO DE ANDRADE**, Prefeita Municipal em Exercício de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica distinguido com a homenagem “**Troféu Tangará de Ouro**” no ano em curso, as seguintes personalidades:

- **Blairo Borges Maggi – Governador do Estado de Mato Grosso;**
- **José Mansano Vicera;**
- **Luiz Antônio Pagot – Secretário de Estado de Transportes e Obras;**
- **Antônio Porfírio de Brito;**
- **José Amando Barbosa Mota;**
- **Iracema da Silva M. Casagrande;**
- **Terezinha Zompero Martinelli;**
- **Darci Alves Moreira;**
- **Vandereley Martinez;**
- **Maria Arlene Neves**

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro.

Ana Maria Monteiro de Andrade
Prefeita Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

JOSÉ JUNIOR PIMENTA DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Controle Interno

DECRETO Nº 128/GP/98, DE 07 DE MAIO DE 1.998.

**INSTITUI O TROFÉU “ TANGARÁ DE OURO ” E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Engº **JAIME LUIZ MURARO**, Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída no âmbito municipal a honraria “Troféu Tangará de Ouro”, a ser conferida à personalidades que tenham se distinguido em prol do desenvolvimento do Município de Tangará da Serra-MT.

Parágrafo 1º - O “Troféu Tangará de Ouro” será fundido em bronze, com 18 cm de altura, folheado em ouro mil, com peso médio de 360 gramas, constituindo-se de uma base simbolizando a pedra solteira e encimado por um tangará em vô livre, criação do artista plástico Edison Spotalis.

Parágrafo 2º - A Pedra Solteira, além de representar um símbolo da emancipação político-administrativa do Município, representa na Mitologia Paresi, a criação do homem, nascido da pedra.

Parágrafo 3º - O Tangará em vô livre, no sentido vertical simboliza o crescimento da cidade de Tangará da Serra.

Art. 2º - Ficam distinguidas com a homenagem “Troféu Tangará de Ouro” no ano em curso, as seguintes personalidades:

- **Dante Martins de Oliveira – Governador do Estado de Mato Grosso;**
- **Júlio José de Campos – Senador da República;**
- **Jonas Pinheiro – Senador da República;**
- **Murilo Domingos – Deputado Federal;**
- **Wellington Fagundes – Deputado Federal;**
- **Pedro Henry – Deputado Federal;**
- **Manoel Ferreira de Andrade – Deputado Estadual;**
- **Jaime Veríssimo de Campos – Prefeito Municipal de Várzea Grande;**
- **Alvair Rother – Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis;**
- **Fábio Martins Junqueira – Vice Prefeito de Tangará da Serra;**
- **Valter Albano – Secretário de Estado da Fazenda;**
- **Vitor Cândia – Diretor do D.V.O.P;**
- **Carlos Henrique do Amaral Queiróga – Superintendente da Caixa Econômica Federal;**
- **Odéssio Sartoretto – Empresário;**

- **Aléssio Di Domênico – Empresário;**
- **Ney Luiz Lorenzetti – Empresário;**
- **Frei Constantino Deon;**
- **Shirley Aparacida Poppi Garcia – Diretora da Escola Raio de Sol;**
- **Daiana Lenz – Miss Mato Grosso;**
- **Vilson Soares Ferro – Professor;**
- **Wanderley Reck – Desportista;**
- **Daniel Cabixi – Representante da População Indígena.**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e oito.

Engº JAIME LUIZ MURARO
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

Vice-Prefeito Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Secretário Municipal de Administração e Controle Interno

CARTA DE CESSÃO

Tangará da Serra, 21 de Outubro de 2008

Eu, ANTONIO ALVES MOREIRA, brasileiro, casado, RG nº 105.240-SSP-MT e CPF nº 021.800.301-34, declaro para todos e quaisquer fins que **C E D O** os direitos sobre o depoimento oral prestado no dia 21 de outubro de 2008, na cidade de Tangará da Serra-MT, ao Sr. Alex Sandre Marques Andrade, pesquisador vinculado ao Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Para ser usado integralmente ou em partes, sem restrições de prazos, desde a presente data. Da mesma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a essa instituição.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente Carta de Cessão.



ANTONIO ALVES MOREIRA

CARTA DE CESSÃO

Tangará da Serra, 15 de outubro de 2008.

Eu, Lizabel Santos Rodrigues, brasileira, estado civil solteira, RG nº 228.28255/MT e CPF nº 10921540191. Declaro para todos e quaisquer fins que CEDO os direitos sobre o depoimento oral prestado no dia 15 de outubro 2008, na cidade de Tangará da Serra ao senhor Alex Sandre Marques Andrade, pesquisador vinculado o Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Para ser usado integralmente ou em partes, sem restrições de prazos, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle a essa instituição.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Rodrigues 12/10/08

CARTA DE CESSÃO

Tangará da Serra,

27 de dezembro de 2008.

Eu, *Joaquim José Goulart* brasileiro, estado civil *Casado*. RG
nº *5242215* e CPF nº *742854951-04*. Declaro para todos e quaisquer
fins que CEDO os direitos sobre o depoimento oral prestado no dia 27 de dezembro 2008,
na cidade de Tangará da Serra ao senhor Alex Sandre Marques Andrade, pesquisador
vinculado o Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul - PUCRS. Para ser usado integralmente ou em partes, sem restrições
de prazos, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das
citações a terceiros, ficando vinculado o controle a essa instituição.

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente carta de cessão.

Joaquim José Goulart